



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (FFCH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA (PPGMUSEU)

IRACI OLIVEIRA DOS SANTOS

A TRAJETÓRIA DO CURSO DE MUSEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
(1969-2010)

Salvador

2019

IRACI OLIVEIRA DOS SANTOS

**A TRAJETÓRIA DO CURSO DE MUSEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
(1969-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Museologia.

Orientadora: Profa. Dra. Sidélia Santos Teixeira.

Salvador

2019

Santos, Iraci Oliveira dos
S237 A trajetória do curso de museologia da Universidade Federal da Bahia (1969-2010) /
Iraci Oliveira dos Santos. – 2019.
158 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Sidélia Santos Teixeira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Salvador, 2019.

1. Museologia – Estudo e ensino. 2. Formação profissional. 3. Currículos.
I. Teixeira, Sidélia Santos. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 069

IRACI OLIVEIRA DOS SANTOS

A TRAJETÓRIA DO CURSO DE MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (1969-2010)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Museologia pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Profa. Dra. Sidélia Santos Teixeira – Orientadora

Doutora em Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha – Banca Interna

Doutor em História Social pela Universidade Católica de São Paulo
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Álamo Pimentel – Banca Externa

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Sul da Bahia

Para Minha Mãe.
Ao Meu Pai (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

“Agradecer,
Ter o que agradecer.
Louvar e abraçar!”.
(Maria Bethânia)

A trajetória da vida profissional de um indivíduo é construída por diversos obstáculos e também de realizações. Esse caminho é trilhado coletivamente, através do auxílio que recebemos de pessoas que são essenciais para nossas conquistas. Agradeço a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente nesta caminhada. São essas pessoas por quem tenho gratidão!

Agradeço ao Universo, por ouvir os meus pedidos e realizá-los conforme foi a sua vontade e seu tempo, dando forças para conciliar estudo – em Salvador/BA, trabalho – Maceió/AL e família – em Santo Amaro/BA.

Ao Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia e aos professores, especialmente à professora Suely Moraes Cerávalo, por ter me orientado inicialmente, e à professora Sidélia Teixeira, por continuar na conclusão desta dissertação. Ao professor Álamo Pimentel e ao professor Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha, que aceitaram o convite para compor a Banca de Avaliação e por todas as suas contribuições: gratidão!

À professora Maria Célia Santos, pelas suas significativas contribuições.

À Minha Mãe – Dona Nininha –, gratidão por tudo e desculpa pela ausência. Te amo sempre e para sempre...

Ao meu companheiro, Enoque, pelo cuidado e auxílio. Gratidão, Meu Bem.

Aos meus filhos, desculpem pela ausência. Amo vocês.

Às minhas irmãs/comadres, Cema, Dete e Nita, que estiveram presentes, cuidando da Minha Mãe quando eu estava longe: gratidão sempre, irmãs.

Aos colegas do PPGMuseu/UFBA turma de 2016 e aos colegas da Graduação em Museologia, em especial à minha turma de 2002.

A todas as minhas pessoas, muito obrigada por caminhar comigo neste planeta, por contribuírem com meu trabalho, com a minha vida. Sintam-se todas abraçadas.

Gratidão!

“Tudo tem o seu tempo determinado, e
há tempo para todo propósito debaixo do céu”.

(Eclesiastes 3:1)

SANTOS, Iraci Oliveira dos. A TRAJETÓRIA DO CURSO DE MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (1969-2010). Orientadora: Sidélia Santos Teixeira – 158f. il. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

O presente trabalho é motivado pelos resultados de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Museologia, para conclusão da dissertação de Mestrado na Universidade Federal da Bahia. Trata-se de uma pesquisa histórica sobre a trajetória do primeiro curso criado no Brasil em âmbito universitário, concebido, gestado e nascido como um curso de graduação na Universidade Federal da Bahia. Retoma os currículos que deram base à formação desde a gênese, passando por todos os currículos mínimos aprovados, até o atual Projeto Pedagógico do curso. Neste trabalho, são apresentados aspectos históricos envolvendo o desenvolvimento do Curso de Graduação em Museologia da UFBA, que este ano completa 50 anos. Foram utilizados os métodos de análise documental, com o objetivo de levantar os fatos históricos da criação e do desenvolvimento do curso de Museologia da UFBA; pesquisa bibliográfica; revisão da literatura e pesquisa documental. As fontes primárias da pesquisa desta dissertação constituíram-se de textos legais, programas, projetos, relatórios e jornais. Inicialmente, apresenta-se o contexto em que se deu a sua criação, seguida da atuação e do desenvolvimento, expondo suas atividades e matrizes curriculares que contribuíram para a modernização do ensino da Museologia no Brasil.

Palavras-chave: Museologia. Formação. Currículo.

SANTOS, Iraci Oliveira dos. THE PATH OF THE MUSEOLOGY COURSE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF BAHIA (1969-2010). Advisor: Sidélia Santos Teixeira - 158f. il. Dissertation (Master in Museology) - Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2019.

ABSTRACT

The present work is motivated by the results of research developed in the Graduate Program in Museology, for the conclusion of a Master's dissertation at the Federal University of Bahia. I point out that this is a historical research on the trajectory of the first course created in Brazil in university, conceived, gestated and born as an undergraduate course, at the Federal University of Bahia. It resumes the curricula that underpinned the formation of this genesis, passing through all the approved minimum curricula, until the current Pedagogical Project of the course. This paper presents historical aspects involving the development of the UFBA Museology Undergraduate Course, which this year celebrates its 50th anniversary. The methods of documental analysis were used, with the objective of raising the historical facts of the creation and development of the course of Museology of UFBA. The methods used were bibliographic research, literature review and documentary research. The primary sources of research in this dissertation consisted of legal texts, programs, projects, reports, and newspapers. Initially, I present the context of its creation, following its performance and development, exposing its activities and its curricular matrices that contributed to the modernization of the teaching of Museology in Brazil.

Keywords: Museology. Formation. Curriculum.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1.1 Meu Caminhar	11
1.2 Por que estudar o Curso de Graduação em Museologia da UFBA?.....	16
1.3 Estrutura Geral da Dissertação	22
2 MUSEU, MUSEOLOGIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	23
2.1 Museu e Museologia.....	23
2.2 O Currículo e a Formação Profissional	34
3 O CURSO DE MUSEOLOGIA DA UFBA	39
3.1 O Primeiro Curso Universitário em Museologia do Brasil	41
3.2 A criação do Currículo Mínimo do Curso de Museologia da UFBA	50
3.3 O Currículo do Curso de Museologia da Bahia (1970)	56
3.4 Primeira Turma do Curso de Museologia da UFBA	68
3.5 O Vestibular de 1972	73
3.6 Os Primeiros Diplomados do Curso de Bacharelado em Museologia da UFBA	78
3.6.1 Docentes Recém-Contratados do Curso de Museologia da UFBA.....	79
4 AS TRANSFORMAÇÕES DO CAMPO DA MUSEOLOGIA NA EXPERIÊNCIA DA UFBA	87
4.1 Primeira Reforma Curricular	87
4.2 Segunda Reforma Curricular.....	90
4.2.1 O Currículo do Curso de Museologia da Bahia (1991)	92
4.3 O Departamento de Museologia da UFBA.....	97
4.4 O Currículo do Curso de Museologia da UFBA (2000)	107
4.5 Projeto Político Pedagógico do Curso de Museologia da UFBA 2010.....	113
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	125
ANEXO A - Discurso de Rodrigo de M. F. Andrade	131
ANEXO B - Parecer nº. 971/69 e Resolução nº.14/1970.....	136
ANEXO C - Parecer de 01 de julho de 1970	141
ANEXO D - Parecer nº. 450/73	144
ANEXO E - Referencia da Disciplina Téc. de Museu II (1974)	146
ANEXO F - Currículo (1991)	150
ANEXO G - Currículo (2000)	153
ANEXO H - Decreto nº. 83.327	156
ANEXO I - Parecer CES 492/2001	157

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.
(Paulo Freire)

1.1 Meu caminhar

A construção da minha vida profissional consiste em várias referências – escola, colegas, professores, local de trabalho, amigos e família. Os saberes que venho desenvolvendo na minha trajetória foram construídos através da minha vida profissional e afetiva. Nasci em Santo Amaro – “melhor lugar do mundo!”, cidade do Recôncavo Baiano, a mais nova de uma família de 12 filhos. Filha de uma dona de casa (baiana) e de um empregado público (sergipano). Minha Mãe sempre cobrou empenho nos estudos, ela sabia muito bem o que é viver sem, e por isso queria que fosse diferente com os filhos. Meu Pai, um grande sonhador e entusiasta da busca pelo conhecimento, sempre comprava livros e revistas, proporcionando um mundo de possibilidades para conhecer histórias e lugares.

Toda a minha formação foi realizada em instituição pública, o ensino fundamental em escola do município e o ensino médio em escola estadual, onde fiz curso técnico em Contabilidade. Finalizei o ensino médio sem saber, ao certo, que percurso tomaria em seguida, uma vez que tinha acabado de perder meu pai e, naquele momento, fazer vestibular não era algo que passava pela minha cabeça.

Quando resolvi voltar a estudar e fazer cursinho pré-vestibular, a formação em assistente social passou a ser a minha primeira opção, ao me encantar pelo serviço social, após a experiência que tive em trabalhar no Núcleo de Atendimento Psicológico (Napsi), uma ONG que prestava atendimento psicológico à população de baixa renda na região do Pelourinho, na cidade de Salvador. Então, em 2001, fiz seleção e fui aprovada na Universidade Católica de Salvador (Ucsal) para o curso de Serviço Social. Admito que fiquei surpresa com o currículo, com a quantidade de disciplinas, e não consegui compreender a relação com a formação naquele curso. Fiquei desanimada durante todo o período em que permaneci no curso e não pude me adaptar ao espaço, às disciplinas e aos professores, então decidi trancar a faculdade. Mas, antes, pensei muito em não desistir e na importância de ter uma formação superior. As minhas dúvidas em relação ao curso, as

incertezas, mesmo sem entender, eu já interrogava indiretamente sobre a minha trajetória profissional.

A minha mãe sempre foi a minha maior incentivadora; embora sem ter formação, sabia da importância e estimulava a minha graduação. Lembro quando ela foi comigo até os Correios, para fazer a inscrição para o vestibular da UFBA, com o juramento de que moraria comigo em Salvador até finalizar o curso, se eu fosse selecionada. E assim ela fez, ficou comigo até a colação de grau, dando segurança e conforto diários na minha trajetória, o que fez grande diferença no meu caminhar.

Então, em 2002, ingressei no Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), cheia de curiosidades, dúvidas e expectativas sobre o curso e a universidade. Foi um período que envolveu mudanças, perdas, medos e conflitos internos que sempre me levaram a reavaliações constantes. A escolha profissional – assim me parece e foi o meu caso – é um período de crise em qualquer momento da vida, pois não é só questão de cumprir novas atividades, e, sim, de adaptar-se a uma nova identidade profissional, algo que será construído ao longo da vida, mediante as relações com os outros, com o mundo e consigo.

As aulas iniciaram em julho de 2002, devido a uma greve de quase seis meses que atrasou o calendário acadêmico. Foi ao longo dos primeiros semestres que tive os nortes necessários para entender o curso e seus desenvolvimentos, assim como as disciplinas ofertadas pelos outros cursos para formação do bacharel em Museologia. No primeiro semestre, apenas uma disciplina do Colegiado de Museologia era ofertada, Introdução à Museologia, com a professora Dra. Rosana Nascimento, que possibilitou os conhecimentos teóricos necessários para pensar os museus, sua história e suas consequências no campo profissional. No segundo semestre, cursei a disciplina Introdução à Documentação, também ministrada pela professora Rosana, que discorreu entre a teoria e a prática dos processos de documentação museológica. E a disciplina Introdução à Conservação, ministrada pela professora Dra. Maria das Graças Teixeira, com quem obtive informações dos agentes de deterioração nos diversos tipos de suportes museológicos, que finalizou com a preparação do diagnóstico de conservação.

Ao longo da graduação, realizei algumas práticas para desenvolver minhas habilidades na área de educação e pesquisa. Em 2005, no Projeto de Atuação Pedagógica do Museu Afro da UFBA; na Escola de Educação Internacional da Bahia – The Global School; como também na Atividade Curricular em Comunidade (ACC) do Curso de Geografia, “O bairro em imagem vai à escola”, no Curuzu e Ribeira, coordenado pelo

professor Ângelo Serpa, que visava à aplicação de um vídeo-documentário como instrumento metodológico em escolas públicas, apresentando a opinião dos moradores sobre diversos aspectos, como: infraestrutura urbana, lazer, comércio, serviços, saúde e cultura, entre outros.

Após me formar, em 2006, e já atuando como profissional Museóloga, fiz uma especialização no Instituto de Ciência da Informação da UFBA, com a estratégia de me manter próxima da academia, simultaneamente estudando como aluna especial no Programa de Pós-Graduação da Escola de Belas Artes e também trabalhando na empresa Doc-Expõe, onde atuei no Centro de Documentação e Referência da Odebrecht (CDR).

Em 2009, realizei seleção pela Secretaria Educação do Estado da Bahia, para atuar como docente da Educação Profissional, onde ingressei como professora Técnica e Orientadora de Estágio no Centro Estadual de Educação Profissional em Turismo do Leste Baiano (Ceep), na cidade de Santo Amaro-BA, no período de 2010 a 2015. Desenvolvi atividades no Eixo do Turismo, Hospitalidade e Lazer com os cursos Técnicos: Guia de Turismo, Hospedagem, Cozinha e Eventos, nas modalidades de Educação Profissional Integrada¹, subsequente², concomitante³ e Proeja⁴ médio.

Dentre as inúmeras atividades realizadas como docente no Ceep, pude desenvolver ações que proporcionaram reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural e as construções que abarcaram as visões de interpretação da história, além de discutir os conceitos de memória, oralidade, bens culturais e políticas preservacionistas. Uma das atividades desenvolvidas foi a “Gincana Cultural – Santo Amaro: um lugar e suas memórias”, uma atividade transdisciplinar envolvendo os corpos docente, discente, administrativo e de apoio da escola. A atividade buscava desenvolver nos estudantes um conhecimento a mais sobre a cidade de Santo Amaro e seus Patrimônios Culturais, bem

¹ Na modalidade de educação profissional integrada ao ensino médio, o estudante faz os dois cursos numa mesma instituição.

² Na modalidade subsequente, a formação profissional é voltada para estudantes que já concluíram o ensino médio.

³ A forma concomitante — que é privilegiada no Pronatec — significa que o estudante vai fazer o curso técnico e o ensino médio ao mesmo tempo, mas em instituições diferentes.

⁴ O Proeja foi criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005, e denominado Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Criado para atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, o programa teve, inicialmente, como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Por meio do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006, é ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proeja>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

como seus processos de preservação e conservação, através da realização de pesquisa sobre os patrimônios locais.

Durante essa temporada como professora técnica, tive a oportunidade de ter contato com uma literatura relacionada aos aspectos referentes à docência e à formação profissional. Isso ocorreu com o Curso de Especialização em Metodologia de Ensino para a Educação Profissional, uma das ações do Projeto de Formação Continuada de Professores da Educação Profissional da Rede Pública da Bahia, implementado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia/Superintendência de Educação Profissional (Suprof), em parceria com a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), que visava à valorização dos professores das Escolas e Centros de Educação Profissional da Rede Pública de Ensino do Estado da Bahia, nos 27 Territórios de Identidade⁵. A proposta de formação era explorar limites teóricos com referência prática de uma educação integrada e humana, discutindo e ampliando os referenciais dos professores sobre os fundamentos do currículo, a organização do trabalho pedagógico, o compromisso com os conhecimentos e os limites e as possibilidades do financiamento da educação. O Curso de Especialização em Metodologia de Ensino para a Educação Profissional⁶ foi ofertado durante o ano de 2013, o que contribuiu para as leituras e reflexões iniciais sobre educação e formação profissional.

⁵ O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se podem distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. Territórios de Identidade da Bahia: 1 Irecê; 2 Velho Chico; 3 Chapada Diamantina; 4 Sisal; 5 Litoral Sul, 6 Baixo Sul; 7 Extremo Sul; 8 Médio Sudoeste da Bahia; 9 Vale do Jiquiriçá; 10 Sertão do São Francisco; 11 Bacia do Rio Grande; 12 Bacia do Paramirim; 13 Sertão Produtivo; 14 Piemonte do Paraguaçu; 15 Bacia do Jacuípe; 16 Piemonte da Diamantina; 17 Semiárido Nordeste II; 18 Litoral Norte e Agreste Baiano; 19 Portal do Sertão; 20 Sudoeste Baiano; 21 Recôncavo; 22 Médio Rio de Contas; 23 Bacia do Rio Corrente; 24 Itaparica; 25 Piemonte Norte do Itapicuru; 26 Metropolitano de Salvador; e 27 Costa do Descobrimento. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

⁶ Com os seguintes Componentes Curriculares: Trabalho e Educação (Carga Horária – 45h); Pressupostos filosóficos, sociais e políticos que fundamentam a ação pedagógica na educação profissional (Carga Horária – 60h); Fundamentos pedagógicos e epistemológicos da prática educativa na Educação Profissional (Carga Horária – 60h); Pesquisa em Educação Profissional I – Organização do Projeto de Pesquisa Didática de Intervenção Social – PPDIS (Carga Horária – 30h); Fundamentos e construção do Currículo Integrado na Educação Profissional (Carga Horária – 45h); Concepções e Princípios Históricos e Psicossociais da Educação de Jovens e Adultos e sua relação com a Educação Profissional (Carga Horária – 45h); Oficinas I: Construção coletiva de práticas pedagógicas para Educação profissional (Carga Horária – 90h); Oficinas II: Organização e Práticas do trabalho Docente da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos (Carga Horária – 45h); Pesquisa em Educação Profissional II – Elaboração do Projeto de Pesquisa Didática de Intervenção Social – PPDIS (Carga Horária – 30h). Disponível em: <<http://educacaoprofissional.uneb.br/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

No ano de 2015, retornei à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, como discente da disciplina FCHJ54 – Gênero e Patrimônio do Programa de Pós-graduação em Museologia, que teve como docente a profa. Maria das Graças Teixeira, do Departamento de Museologia da UFBA. A ementa da disciplina tinha o objetivo de trazer a reflexão crítica sobre a relação Patrimônio e Gênero e sua influência na construção do sujeito e seus discursos indenitários, entendendo essa relação como legitimação de poder e construção social. Foi o objetivo de ampliar meus conhecimentos sobre o tema proposto pela disciplina o que me motivou a participar da seleção.

O meu interesse pelo tema surgiu após um Encontro sobre identidade que preferi em parceria com um grupo de colegas professoras da escola em que atuava, em novembro de 2014, na cidade de Santo Amaro – I Encontro de Crespas e Cacheadas de Santo Amaro e Recôncavo –, em que pude observar o quanto as narrativas das participantes eram muito ricas e que elas ansiavam por dar voz às suas memórias, o que me levou a buscar mais informações sobre o tema.

Minha participação na disciplina como aluna especial no período de 2015.1 proporcionou uma viagem ao passado, um passeio pela minha formação, e me fez refletir sobre minhas experiências acadêmicas e profissionais, o que propiciou a aproximação com o curso de Museologia da UFBA. Essa aproximação com a pesquisa, com os colegas e as discussões em sala de aula fez pensar na preocupação compartilhada pelas professoras Maria Célia Santos e Heloisa Helena Costa, em algumas das suas publicações sobre o curso, que falavam da necessidade de escrever “a longa e rica trajetória do Curso de Museologia da Bahia”.

Ingressei como estudante regular do Programa de Pós-Graduação em Museologia da UFBA em 2016, em busca de conhecimentos e com ferramentas que não tinha no passado, mas certa de que os estudos sobre a trajetória do curso de Museologia da UFBA e seus currículos estão sendo fundamentais para a construção do meu percurso profissional. Espero estar contribuindo para a sistematização dessa área do conhecimento, mas, especialmente, poder contar o percurso do Curso de Museologia da UFBA.

No mesmo período, entrei na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), como técnica administrativa, no cargo de museóloga, onde tenho sido presenteada em experiência diversas, diálogos e contatos com vários universos e pessoas. Estive na coordenação do Núcleo de Ação Educativa e Pesquisa do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (Naep/MTB), onde participei e desenvolvi alguns projetos até fevereiro de 2019. Hoje, estou lotada em outro setor da Universidade – a Pinacoteca

Universitária, continuando a minha atuação na área da Ação Educativa, colaborando com alguns projetos de extensão e conhecendo pessoas que fazem parte da minha vida profissional e afetiva. Agora, concluindo o Mestrado com mais instrumentos e com a consciência de tudo o que aprendi no decorrer dessa trajetória e nas relações humanas construídas, são referenciais identitários fundamentais para minha formação profissional, o que me faz entender o meu papel enquanto museóloga e, principalmente, perceber a função dos conhecimentos apresentados por mim, como profissional que interagem com a comunidade onde está inserida, tendo a Museologia como instrumento transformador da sociedade e valorização do ser humano.

Certamente, eu não compreendia, mas a pesquisa realizada fez pensar na minha história, sobretudo nas análises produzidas a respeito do currículo enquanto uma construção social. Agora, consigo perceber que todas as referências, sejam familiares ou as relações constituídas na escola, são complementares do cotidiano curricular e devem ser levadas em consideração por todos aqueles que concordam nestes elementos como realidades/ferramentas/experiências indispensáveis à formação do sujeito.

1.2 Por que estudar o curso de Museologia da UFBA?

“Se as coisas são inatingíveis... Ora!
 Não é motivo para não querê-las...
 Que tristes os caminhos, se não fora
 A mágica presença das estrelas!”.
 (Mario Quintana)

Pesquisar a trajetória do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)⁷ é uma gratificante oportunidade de reunir informações, memórias e histórias deste que foi o primeiro curso criado no Brasil em âmbito universitário, concebido, gestado e nascido como um curso de graduação, dentro de uma instituição federal, no final da década de 1960⁸.

⁷ A Universidade Federal da Bahia foi criada em 8 de abril de 1946, através do Decreto-Lei 9.155/1946 (BRASIL, 1946), instituição em que funciona o curso de graduação em Museologia. Iniciou suas atividades em 18 de fevereiro de 1808, quando o príncipe regente Dom João VI instituiu a Escola de Cirurgia da Bahia, primeiro curso universitário do Brasil. No século XIX, introduziu os cursos de Farmácia (1832) e Odontologia (1864), a Academia de Belas Artes (1877), Direito (1891) e Politécnica (1896). Isaías Alves cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1941). Disponível em: <<https://www.UFBA.br/historico>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

⁸ Os anos 1960 foram, não só para as universidades do Brasil, como para as da América Latina, anos de repressão e expansão. A repressão política nas universidades derivou da confrontação estudantil e,

No ano em que o curso completa 50 anos de criação, este estudo apresenta a trajetória da graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)⁹, criada em 1969, vinculada ao Departamento de História, pioneiro nas regiões Norte e Nordeste e dentro de uma universidade. O primeiro currículo apresentava uma formação profissional voltada para a atuação em museus, com o objetivo de estudo e/ou preservação em coleções de objetos artísticos ou de valor artístico, histórico ou científico, tombamento, inventários institucionais, conservação e montagem de exposição, procurando, assim, difundir a cultura local.

O projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Museologia da UFBA (PPGMuseu/UFBA)¹⁰, no ano de 2016, teve como objetivo pesquisar o curso de Museologia, sua criação, implantação e desenvolvimento no período de 1969 (Reforma Universitária¹¹) a 2010 (última Reforma Curricular¹²) e significa contribuir para

eventualmente, docente com os regimes militares que emergiram relativamente na mesma época em alguns países latino-americanos. Para os militares, sobretudo no início, os problemas do ensino superior eram uma questão de polícia e disciplina. Com diferentes ênfases em um e outro país, reitores eleitos foram substituídos por coronéis, professores foram demitidos, estudantes foram presos, as ciências sociais acabaram sendo banidas e a educação cívica obrigatória foi introduzida. Amplos setores das universidades foram destruídos e desmoralizados, enquanto milhares de estudantes se engajaram na guerrilha urbana. Paradoxalmente, entretanto, a universidade recriada pela reforma de 1968, em um período de acirramento da repressão política-ideológica no país, incluía medidas de efetiva democratização interna e substancial aumento da participação de estudantes e docentes na gestão da instituição. Incluía ainda medidas que promoviam o fortalecimento de valores acadêmicos (a estruturação da carreira e a valorização da pesquisa). Devido à profunda cisão que ocorrera entre as bases desse sistema (alunos e docentes) e o governo militar, a nova estrutura universitária, exatamente na medida de sua vocação democrática e de fortalecimento de valores acadêmicos, dificultava o controle ideológico e político por parte do regime autoritário. Em função disso, montaram-se mecanismos paralelos não-acadêmicos de controle político-ideológico, que se constituíram como elemento corruptor e perturbador de todo o sistema, enfraquecendo os sistemas de mérito, que a estruturação da carreira deveria revigorar, destruindo a autonomia e fortalecendo os sistemas de cooptação e clientelismo. Nesse processo, docentes e estudantes refugiam-se numa postura de oposição intransigente e, atribuindo “à ditadura” todos os males da universidade, eximem-se de uma reflexão mais aprofundada sobre os problemas que ela enfrentava.

O segundo processo diz respeito ao modo pelo qual o Governo atendeu à explosiva demanda por ensino superior. Isso foi feito de duas maneiras: pela ampliação das vagas no ensino público e pelo estímulo à expansão do setor privado. A expansão de ensino superior, que se inicia nos anos 1960 e se intensifica ao longo da década de 1970, é um fenômeno bastante conhecido. Em cerca de vinte anos, o número de matrículas no ensino superior vai de 93.902 (1960) para 1.345.000 (1980), sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentam as maiores taxas de crescimento. (SAMPAIO, Helena. *Evolução do ensino superior brasileiro: 1808-1990*. Nupes/USP, Documento de trabalho 8/91. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2019).

¹⁰ O Programa de Pós-Graduação em Museologia foi criado em 2013, e está vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É o terceiro Programa na área do país, vinculado à área de Ciências Sociais Aplicadas da Capes, com duas linhas de pesquisa – LP1 Museologia e Desenvolvimento Social e LP2 Patrimônio e Comunicação. Disponível em: <<http://www.ppgmuseu.ffch.ufba.br/historico>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

¹¹ A Reforma Universitária da ditadura militar de 1968 trata-se de uma série de leis que modificaram o ensino superior no Brasil nas décadas de 1960 e 1970.

¹² Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Museologia (2010, p. 5). Disponível em: <<http://www.museologia.ffch.ufba.br/historico-do-curso>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

a compreensão do desenvolvimento da Museologia na Universidade Federal da Bahia e sua integração à Museologia no Brasil. A ideia de formar profissionais habilitados para atuar em museus fez parte da base da criação para a implantação do curso de Museologia da UFBA.

Partindo do pressuposto de que o curso de Museologia da UFBA, ao longo dessa trajetória, contribuiu para a produção do conhecimento no campo da Museologia no cenário regional e nacional, escolhe-se, aqui, centralizar a investigação no recorte temporal de 1969 a 2010.

Exponho como objetivo-geral o estudo e a descrição do processo de criação do curso de bacharelado em Museologia da UFBA, a partir do que foi proposto pelo professor, arqueólogo e historiador de arte Valentin Calderón, então acompanhado dos seguintes objetivos específicos:

- Apresentar as ações que acompanharam a implantação, organização, estruturação e desenvolvimento do curso, relacionando-as com as mudanças socioeconômicas e culturais vivenciadas no cenário local;
- Descrever as trajetórias e as transformações ocorridas no curso de Museologia ao longo do período 1969-2010;
- Coletar e expor a memória do curso, compreendida pelas fontes primárias, bem como material bibliográfico, coletando textos, documentos e outros que possam endossar a pesquisa de forma crítica e conceitual, com ênfase nos campos da Museologia Brasileira.

Nessa perspectiva, esta pesquisa propõe-se a investigar a formação e as transformações dos currículos do curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia, a partir da descrição de como se organizava no passado, a fim de apreender a dinâmica social que moldou esse componente disciplinar em nosso País. A problemática desta dissertação é gerida através desse interesse. Dessa maneira, almeja-se colaborar para o preenchimento de um espaço existente neste campo. Para tal, necessita-se considerar que o período de criação do curso coincide com o momento autoritário e repressivo da ditadura militar (1964-1985), tornando-o um dos vetores para o entendimento dos acontecimentos educacionais da época. Com a finalidade de manter o comando do Estado, era imprescindível adaptar a educação aos interesses daquele regime. Nessa circunstância, com os militares no controle, houve o planejamento e a reestruturação do programa da educação até então em vigor, em que se implantam reformas no ensino superior através da Lei nº. 5.540/68. A Reforma Universitária aconteceu em um tempo em que o ensino

superior passou a desempenhar papel básico para o desenvolvimento do País, concebido como foco de difusão e produção do conhecimento. Nesse quadro geral, insere-se a criação do curso de Museologia na UFBA.

A justificativa pauta-se na necessidade de estudos sobre a idealização, a implantação e o desenvolvimento do curso de Museologia na Bahia e suas contribuições para o cenário brasileiro quando havia, então, somente a possibilidade de formação técnica no Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que não há registros de um trabalho acadêmico aprofundado que se debruce sobre o tema na Bahia, fator que estimula o debate sobre a constituição e a importância do campo museal no Brasil. Nesse sentido, a pesquisa propôs preencher uma lacuna existente, focalizando o curso de Museologia da UFBA e sua contribuição para a preservação e a valorização dos patrimônios arquitetônicos e culturais, período de desenvolvimento industrial e do turismo local.

O aporte teórico sobre a formação em Museologia no Brasil embasou-se em autoras também professoras dos cursos de Museologia: Maria Célia Teixeira Moura Santos¹³ e Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa¹⁴ – docentes do curso de Museologia da UFBA –, que já desenvolveram trabalhos sobre os cursos de Museologia da UFBA.

As questões do projeto indicaram, inicialmente, os seguintes pontos: as ações que acompanharam a implantação, organização, estruturação e o desenvolvimento do curso; a composição do campo da Museologia na Bahia; o cenário socioeconômico e cultural

¹³ Professora aposentada da Universidade Federal da Bahia, do curso de Museologia. Possui graduação em Museologia (1973), mestrado em Educação (1981) e doutorado em Educação (1995), todos pela Universidade Federal da Bahia. É consultora nas áreas da Museologia, da Educação e da Gestão e Organização de Museus e professora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Integra o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico do Instituto Brasileiro de Museus – Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780751J6>>. Acesso em: 01 mai. 2018. Fez parte da primeira turma do curso de Museologia (UFBA), onde graduou-se. Em 1974, tornou-se professora do curso. Foi conselheira do Conselho Internacional de Museus Icom/BR e Coordenadora do Eixo 3 da Política Nacional de Museus do Ministério da Cultura. Foi Diretora de Museus do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia. É membro do Icom e da Associação Brasileira de Museologia. Tem experiência nas áreas da Museologia e da Pedagogia, atuando nos seguintes temas: plano museológico, ação educativa dos museus, política nacional de museus, museus comunitários, formação e capacitação em Museologia. Tem vários livros e artigos publicados. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780751J6>>. Acesso em: 16 set. 2017.

¹⁴ Professora aposentada da Universidade Federal da Bahia, do curso de Museologia. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Museologia, Mestrado, da Universidade Federal da Bahia. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Museologia e Patrimônio da Uni-Rio e do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria/RS. Possui Doutorado em Sociologia – Université du Québec à Montréal (2000), Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1984), graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1973), graduação em Museologia – Museu Histórico Nacional (1973). Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4705793E6>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

que permitiu e possibilitou a criação de um curso de Museologia no Estado da Bahia, em plena ditadura militar¹⁵; as mudanças sucedidas no curso de Museologia ao longo do período que propõe a pesquisa.

A partir dessas questões, associadas às disciplinas oferecidas pelo Programa e às pesquisas de cunho bibliográfico-documental, diálogos com a professora orientadora e a banca de qualificação, o tema o Curso de Museologia da UFBA se mantém, com algumas alterações.

Pensar a questão da relação entre o curso de Graduação em Museologia da UFBA como meu objeto de estudo é colocar em ação sentimentos, pensamentos, valores e afetos acerca da minha formação, a experiência vivida e desafios que permeiam inquietações, mediante o compromisso ético com a minha profissão.

Assim, com o objetivo de contribuir com aspectos relacionados à Museologia, ensino, formação profissional e construir uma carreira na área, participei do processo seletivo para o Programa de Mestrado em Museologia da UFBA, na Linha de Pesquisa 1: Museologia e Desenvolvimento Social, à qual proponho meu estudo. Caminhos que me conduziram ao tema, pontuando a relação com a Museologia, a justificativa, os objetivos (gerais e específicos) e os procedimentos metodológicos empregados para o levantamento, sistematização e articulação das fontes bibliográficas, documentos recolhidos em arquivos institucionais para situar o contexto geral da dissertação.

Entende-se que, para a compreensão do presente e a construção do futuro, passa-se pela análise e entendimento do passado. Procuramos conhecer, apresentar e analisar o ensino de Museologia na Bahia, que justifica a realização de um trabalho de pesquisa não só por consolidar trabalhos anteriores, mas principalmente por demonstrar sua importância para estudantes, professores e pesquisadores do segmento, uma vez que, para conhecer o processo histórico e evolutivo do ensino de Museologia, é fundamental entender o presente da área, para constituir seu futuro, buscando constante desenvolvimento e adaptação às demandas da sociedade.

No quesito metodologia, apresento a opção de pesquisa bibliográfica e documental, me debruçando sobre a produção então apreendida e a investigação de

¹⁵ É um regime político comandado por membros das Forças Armadas. Essa época ficou marcada na história do Brasil através da prática de vários Atos Institucionais que colocavam a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a falta total de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar. No Brasil, durou 21 anos, entre 1964 e 1985. Teve seu início com o golpe militar de 31 de março de 1964, resultando no afastamento do presidente da República, João Goulart, e tomando o poder o marechal Castelo Branco. E durou até a eleição de Tancredo Neves, em 1985. Os militares na época justificaram o golpe sob a alegação de que havia uma ameaça comunista no País.

documentos de época para a construção e o desenvolvimento do *corpus* do trabalho. A motivação baseia-se na reconstrução da trajetória do curso de Museologia na UFBA, por isso, focalizei no trabalho investigar como se deu sua criação e desenvolvimento, dando ênfase à memória social, utilizando fontes documentais dos primeiros anos de instalação do curso na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, tendo em destaque, nesse caminho, os componentes curriculares que deram formato aos conteúdos profissionais, buscando, assim, contribuir para a produção de conhecimento sobre a Museologia na Bahia.

Já iniciadas as aulas do primeiro semestre como estudante do PPGMuseu, realizei pesquisa no arquivo da FFCH, auxiliada pela servidora Marie France Dupuit. Nesse arquivo, consultei atas e cadernetas de início do curso, como programas das disciplinas (1970-1974). No Departamento de Museologia, consultei documentos institucionais: Ata de Congregação de 1971; ata e processo da criação do departamento de Museologia; histórico do curso; documentação de concursos para seleção de docentes (1996-2001); programa de disciplinas; pautas de reuniões (1992-2014); ofícios; relatórios e resoluções.

Foi realizado levantamento de notícias sobre o curso de Museologia publicadas em jornais locais: *A Tarde* – seção de periódicos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia; *Tribuna da Bahia* – no arquivo da sede do jornal.

Outra fonte fundamental foi o encontro com a professora Dra. Maria Célia Santos¹⁶ na sua residência, em 08 mai. 2017. A professora fez um relato memorialista e, ao mesmo tempo, refletiu sobre seu caminhar no curso de Museologia da UFBA, como estudante e docente até a aposentadoria, comentando o que analisa como resultados conquistados a partir da atuação no Curso da UFBA. Discorreu sobre a importância da participação do curso na concepção e implantação da Política Nacional de Museus, citando exemplos de resultados alcançados com as ações do Projeto-Piloto do Eixo 3 da PNM – Formação e Capacitação de Recursos Humanos¹⁷ –, implantado em Salvador. Destacou a inter-relação passado-presente-futuro, considerando, também, sua atuação como museóloga, educadora e consultora, em diferentes contextos profissionais, e apresentou uma síntese propositiva em torno da construção e da revisão de projetos pedagógicos dos cursos de Museologia.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Relatorio-de-Gestao-2010.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2017.

1.3 Estrutura Geral da Dissertação

Com apoio nessas exposições iniciais, o objetivo-geral da dissertação focaliza o percurso do Curso de Bacharelado em Museologia da UFBA e história de luta pela sua consolidação e contribuições no campo da Museologia no Brasil.

A dissertação está estruturada em capítulos, compostos de subcapítulos para melhor compreensão e organização das ideias, assim divididos:

- Museu, Museologia e Formação Profissional – apresenta os principais aportes teóricos (museus, museologia, formação profissional e currículo) que orientaram o estudo da Museologia na Bahia e sua contribuição no cenário nacional;
- O Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia – será apresentada a história do processo da criação e desenvolvimento do primeiro curso universitário em Museologia do Brasil, começando com a apresentação do contexto em que se deu a sua criação, como um dos cursos da Universidade Federal da Bahia, serão apresentados o currículo mínimo, o primeiro currículo do curso e as ementas das disciplinas, a primeira turma, o primeiro curso de vestibular, em 1972, e os primeiros diplomados e docentes recém-contratados do curso;
- As Transformações do Campo da Museologia na Experiência da UFBA – serão expostas suas reformas curriculares, a implantação do Departamento de Museologia, o Projeto Político Pedagógico de 2010, culminando na mais recente matriz curricular implantada. Refere-se às matrizes curriculares do primeiro curso criado como graduação em Museologia e ao alinhamento à historiografia da Educação no Brasil. Neste capítulo, mapeio, descrevo e comento as estruturas disciplinares do curso de Museologia da UFBA, a organização do referido curso em sua instituição, sob a ótica da “grade ou matriz curricular” aprovada em resolução pelo MEC em 1969. Apresento as contribuições a partir das referências utilizadas e dados coletados e as respostas que geraram questionamentos da pesquisa. Apresento, assim, as contribuições do curso de Museologia da UFBA ao longo desse período e suas transformações do campo da Museologia na construção da história da Museologia no Brasil.

2 MUSEU, MUSEOLOGIA, CURRÍCULO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Este capítulo centra-se na construção do referencial teórico da pesquisa. Apresento as especificidades do campo teórico e os conceitos necessários para o desenvolvimento deste estudo, no que se refere, especificamente, a museus, Museologia, formação profissional e currículo. Dessa maneira, a perspectiva conceitual proposta dispõe-se a assegurar a área em que se anseia trabalhar, considerando a trajetória do curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia. Destaco alguns marcos históricos, nos quais incidi as reflexões para compreensão dos enunciados que compõem a trajetória do curso; de tal modo, as características políticas, sociais, econômicas e/ou culturais dos períodos que marcaram a trajetória do curso de Museologia da UFBA e que contribuíram para sua criação e seu desenvolvimento.

2.1 Museu e Museologia

Em 1951, museu designava “qualquer estabelecimento permanente, administrado no interesse geral com o objetivo de conservar, estudar, valorizar por diversos meios [...]” (ICOM, 1951). Ao longo do tempo, a definição de Museu evoluiu e, segundo o Conselho Internacional dos Museus (Icom), a atual definição de museu é:

uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. (ICOM, 2015).

Considera-se como primeira experiência museológica no Brasil a fundação de um museu – contendo observatório astronômico, jardim botânico e zoológico, no grande parque do Palácio de Vrijburg, durante o século XVII, desenvolvido ao longo da dominação holandesa, em Pernambuco. Na segunda metade do século XVIII, no Rio de Janeiro, nasceu a Casa dos Pássaros – um museu de história natural, com permanência até o início do século XIX. Em 1818, foi criado o Museu Real¹⁸, atualmente Museu

¹⁸ Em 02 de setembro de 2018, um incêndio de grandes proporções atingiu a sede do Museu Nacional na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, destruindo quase a totalidade do acervo histórico e científico. Além do seu acervo, o edifício histórico que abrigava o Museu foi extremamente danificado com rachaduras,

Nacional da Quinta da Boa Vista, e, em 1816, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. De maneira gradual, as experiências museológicas no Brasil foram desenvolvidas no século XIX. Com a criação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), do Museu do Exército (1864), da Sociedade Filomática (1866) – que daria origem ao Museu Paraense Emílio Goeldi –, do Museu da Marinha (1868), do Museu Paranaense (1876) e do Museu Paulista (1895) (IBRAM, 2010, p. 20).

No Brasil, a preocupação com a preservação do patrimônio antecede a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937. Na Bahia, tem-se notícias da proposta de Wanderley Pinho¹⁹ em 1917, sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, para formar uma comissão destinada a inventariar o patrimônio estadual da Bahia (FERNANDES, 2010, p. 9).

A própria definição²⁰ de patrimônio é longa, desde a sua origem e a constante ressignificação, de herança ou bem adquirido aos mais variados usos e finalidades. A problemática derivada dessa extensão terminológica é causada pela banalização do patrimônio que não atende a essa demanda prática de preservação cultural. A sua concepção moderna é recente, mas sua utilização antropológica é milenar. As noções de museu e patrimônio estão vinculadas à ideia de preservação. A noção de posse determina o sujeito proprietário e só eles são capazes de instituir ou não o patrimônio e sua preservação, transferência de tempo, sociedade e indivíduos, mas também é preciso que o seu valor seja identificado. O patrimônio transcende o tempo e o gosto.

Para compreender as exigências inerentes ao patrimônio cultural, assim lembra Santos (2002, p. 173), é preciso considerar que:

desabamento de sua cobertura, além da queda de lajes internas. Disponível em: <<http://educacaoprofissional.uneb.br/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

¹⁹ José Wanderley de Araújo Pinho nasceu em Santo Amaro (BA). Foi por duas vezes prefeito de Salvador e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual também defendeu a criação. É autor, entre outros títulos, de *Salões e damas do Segundo Reinado*, além de autor do tombamento do casarão que originou a criação do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho. Publicou, além de artigos em revistas e jornais, *Política e políticos do Império* (1930), *Cotegipe e seu tempo* (1937), *Dom Marcos Teixeira, quinto bispo do Brasil* (1940), *Salões e damas no Segundo Reinado* (1942), *História de um engenho do Recôncavo* (1946), *Testamento de Mem de Sá, A Sabinada e Caxias*. Foi o editor das Cartas do imperador dom Pedro II ao barão de Cotegipe (1935). Fontes: Câ. Deputados; Cong. Bras. Escritores. I; COUTINHO, A. Brasil; Diário do Congresso Nacional; Entrev. BARRETO, A.; HIRSCHOWICZ, E. Contemporâneos; MELO, A. Cartilha; Soc. Bras. Expansão Comercial. Quem; SOUSA, A. Baianos. Disponível em: <<http://educacaoprofissional.uneb.br/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

²⁰ O Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, o Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em 28 set. 2018.

[...] o patrimônio cultural é o referencial básico para o desenvolvimento das ações museológicas, considero que os processos museais gestados, ao longo dos anos, contribuíram, de modo efetivo, para a ampliação do conceito de patrimônio, na medida em que o conceitua como a relação do homem com o meio, ou seja, o real, na sua totalidade: material, imaterial, natural e cultural, em suas dimensões de tempo e de espaço. Conseqüentemente, os bens culturais a serem musealizados também foram ampliados. Nesse sentido, as ações museológicas não serão processadas somente a partir dos objetos, das coleções, mas tendo como referencial o patrimônio global, tornando assim necessária uma ampla revisão dos métodos a serem aplicados nas ações de pesquisa, preservação e comunicação, nos diferentes contextos.

Ciência e teoria (elaborada a partir da prática de museu), a Museologia precede e acompanha o processo-museu, enriquecendo com sua evolução. Os museus nascem para atender expectativas sociais, tornam-se laboratórios e ligam-se ao indivíduo. “A museologia tem seu laboratório: o museu. O laboratório, por sua vez, tem seu material de experimentação: o real. Ora, o real é representado no museu pelo objeto” (BELLAIGUE, 1992, p. 3). É a realidade que informa, que comunica as pessoas, mas esse objeto já não permanece com o seu valor de origem ou de uso. É o fragmento do real. Todo objeto é polissêmico, o que possibilita uma totalidade e integralidade com o ambiente. Os museus não devem dilacerar o real.

Conforme Peter van Mensch (1994), os estágios iniciais do desenvolvimento da Museologia foram marcados por estudos centrados na instituição, baseados numa “abordagem intuitiva”. Ao longo dos anos 1970, esta ainda era considerada por alguns autores como a “ciência dos museus”. Segundo Mensch, tal entendimento tornou-se popular entre os profissionais de museu devido a duas definições formuladas nos anos 1958 e 1972. A primeira, proposta em 1958, pelos participantes do Seminário Internacional de Museus Regionais promovido pela Unesco, no Rio de Janeiro, definia a Museologia como “um ramo do conhecimento que diz respeito aos objetivos e à organização de museus” (MENSCH, 1994, p. 4); e a segunda, mais detalhada, elaborada em 1972 pelo Icom, conceituava a Museologia como “estudo da história e trajetória dos museus, seu papel na sociedade, seus métodos específicos de pesquisa, conservação, educação e organização, seu relacionamento com o ambiente físico e a classificação dos diferentes tipos de museus” (MENSCH, 1994, p. 5).

Os museus cresceram institucional e ideologicamente e o fenômeno do museu moderno impactou nas definições da museologia e do objeto museal. Não existem

comprovações de atividades diferentes, por mais que modifiquem o seu nome. Essa dúvida é derivada da confusão de conceitos causada pela relação da ciência com a instituição, o que até o momento seria uma raridade. A atividade e o campo se expandiram. Novas formas de atividades foram demandadas pela sociedade com o avanço da tecnologia e das possibilidades de comunicação.

Etimologicamente, a palavra Museologia é “o estudo do museu”, e não a sua prática – que remete à “museografia”, atuando em um campo extenso, que envolve múltiplas reflexões críticas acerca do campo museológico designado pela relação específica entre o homem e a realidade, além da sua atuação em outros campos do conhecimento e da magnitude da ideia de museu, que tanto amplia a prática museológica como a ação da área.

Entende-se por Museologia uma ciência em formação que estuda o fato museológico, compreendido enquanto “a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece e o Objeto parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir” (GUARNIERI, 1990, p. 7), uma relação que acontece dentro dos museus.

O estudo da museologia é abrangente e de abordagem plural, tal e qual a multiplicidade do caráter da instituição museu e sua simultânea expressão como espaço de criação e produção, que se relaciona com os fatos sociais no estudo dos museus, do patrimônio e da sociedade que lhes acolhe. Agora, se faz necessário reconhecer o museu como instância relacional, ele mesmo como relação específica entre o homem e o mundo e a Museologia o *locus* de estudo dessa relação.

Como uma disciplina científica acadêmica em formação, a Museologia abrange os estudos relacionados com os museus e suas funções sociais, a História, a Teoria e as questões metodológicas. Desde uma perspectiva contemporânea, a Museologia se desenvolve de maneira sistemática a partir de meados do século XIX até a Primeira Guerra Mundial; no conseqüente período entre guerras; em destaque nas décadas de 1950 até 1970 – impulsionada pela criação da Unesco e do Icom. A partir da década de 1980, cursos de Museologia são expandidos, com o incremento da pesquisa museológica acadêmica, publicações internacionais, reuniões e simpósios que originaram múltiplas vertentes de estudos e tendências como os museus comunitários, a nova museologia e ecomuseus com um instrumento de ruptura e avanço conceitual apoiado na ideia da territorialidade geo-psíquica da comunidade.

Segundo Anna Gregorová, trata-se de uma nova disciplina científica cujo objeto é o estudo das “relações específicas do homem com a realidade, em todos os contextos nos quais foi – e ainda é – concretamente manifestada” (GREGOROVÁ, 1990, p. 45). A autora afirma ser necessária uma abordagem analítica com métodos específicos para definir as noções de museu e museologia.

A museologia é vasta e comunica suas fontes de conhecimento nos museus, podendo ser definida como uma:

disciplina de crescimento social-científico historicamente, lidando com leis, princípios, estruturas e métodos do processo complexo de aquisição, preservação, decodificação, pesquisa e exibição de objetos originais móveis, selecionados da natureza e da sociedade como fonte primária de conhecimento que cria a base teórica para o trabalho de museu e do sistema do museu com a ajuda de uma experiência generalizada e sistematizada. (SCHREINER, 1990, p. 70).

Para a autora citada, a museologia, quando comparada a outras ciências usadas em museus, tem caráter secundário e devido à sua proximidade com outras ciências é necessário integrar-se a elas. Assim, a museologia compreenderia a teoria, o método e a história do sistema dos museus.

De acordo com Guarnieri (2010), a Museologia é uma nova ciência humana e social em formação, que já possui um objeto específico, método e experimenta a formulação de algumas leis. Identifica o seu objeto como “fato museal”, que é a “relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor – e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir”. Relação que se estabelece nos museus e apreende vários níveis de consciência e memória e serve de ponto de partida do senso crítico. Informa ainda sobre o que caracteriza um museu (a intenção com que foi criado e o reconhecimento do público), e tem sempre como sujeito e objeto o homem e por isso precisa recorrer à interdisciplinaridade e à musealização (que valora o objeto enquanto portador de testemunho, documento e autenticidade).

Scheiner (2012), na conferência do 5º Fórum Nacional de Museus²¹, diz que:

Hoje, a Museologia pode ser entendida como o campo do conhecimento dedicado ao estudo e à análise do museu enquanto representação da sociedade humana no tempo e no espaço. A Museologia abrange o estudo das múltiplas relações existentes entre o humano e o real,

²¹ Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/Relatorio_5FNM_2012.pdf>. Acesso em: 16 set. 2017.

representadas sob diferentes formas de museus: museus tradicionais, baseados no objeto; museus de território, relacionados ao patrimônio material e imaterial das sociedades do passado e do presente; museus da natureza; ou museus digitais virtuais. Como disciplina acadêmica, ela tem metodologias próprias, específicas do trabalho relativo à coleta, preservação, documentação e comunicação do patrimônio da humanidade e não apenas de coleções de objetos. Possui ainda uma terminologia específica que gerou o dicionário enciclopédico, editado em janeiro do ano passado – ora em desenvolvimento. Essa terminologia permite o trabalho integrado com outras áreas do conhecimento tanto no campo da teoria como na prática. (SCHEINER, 2014, p. 48).

A formação na área Museologia no Brasil tem sua proposta inicial na década de 1920, com a criação do Museu Histórico Nacional, pelo Decreto nº. 15.596, de 2 de agosto de 1922 (TANUS, 2013, p. 77). Entretanto, o plano não obteve êxito, por fugir à regra de formação a que o país estava acostumado, que, de acordo com Ivan Sá (2007, p. 12 *apud* TANUS, 2013, p. 77), “equivale a um investimento na formação de técnicos absolutamente insólita para a realidade brasileira da época, sobretudo se considerarmos a inexistência de uma tradição museológica”. Atribui-se a Pedro Calmon intenso trabalho para não fechar o Museu Histórico Nacional, depois da Revolução de 1930, propondo ao então diretor, Rodolfo Garcia, a criação do curso de museus. Escreve Boaventura: “Calmon, além de administração, incumbiu-se da história da civilização. Nasceu, assim, o seu livro *História da Civilização Brasileira* (1935)” (BOAVENTURA, 2010, p. 69-70)²².

Note-se que mesmo em terras “cariocas”, a Bahia, por meio de seus filhos, desponta no pioneirismo do ensino, desta vez na idealização do curso de museus. O projeto de Calmon foi implantado e o curso teve início em 1932, criado sob a tutela de uma única instituição, passando a funcionar no Museu Histórico Nacional, sob a coordenação e direção de Gustavo Barroso. Ainda segundo as considerações de Boaventura, Pedro Calmon defendia o patrimônio histórico de diferentes maneiras, muito

²² A *História da Civilização Brasileira*, de Pedro Calmon, foi obra de sucesso, para os padrões editoriais brasileiros, durante cerca de 30 anos. A primeira edição foi publicada em 1933, quando seu autor era um jovem intelectual baiano há pouco instalado no Rio de Janeiro. Em 1963, o livro, sempre reeditado pela prestigiosa Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, atingia a 6ª edição, à qual se acrescentaram uma edição argentina e uma italiana. Daí em diante, profundamente modificada a historiografia brasileira, a obra foi caindo no olvido, até tornar-se raridade bibliográfica. O próprio Calmon a veria como um trabalho de juventude, menos acaba do que a *História Social do Brasil*, a *História da Casa da Torre* ou a *História do Brasil*. Ela possui, no entanto, considera da sua época, relevantes contribuições, mais tarde desenvolvidas em estudos monográficos por outros autores ou simplesmente incorporados às novas sínteses que surgiram. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1068/640775.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 16 set. 2017.

antes de a Unesco propor o Projeto nº. 649, de 1937, com ênfase na excepcionalidade do que deveria ser protegido, e se preocupou com a demolição da Sé em Salvador, em 1933 (BOAVENTURA, *op.cit.*, p.70-89).

A Formação em Museologia no Brasil teve um relativo momento de estabilização como área de conhecimento; vem, no entanto, se modificando desde 2000, com a implantação da Política Nacional de Cultura (PNC)²³. O setor museológico foi introduzido no processo da Política Nacional de Museus (PNM)²⁴, pelo Ministério da Cultura (MinC)²⁵, o que apresentou um novo posicionamento em relação às instituições museológicas, a Museologia e os profissionais da área. De tal modo, a PNM permitiu novas possibilidades para o setor, como a criação do Sistema Nacional de Museus (SBM)²⁶, o Cadastro Nacional de Museus (CNM)²⁷, o Instituto Brasileiro de Museus

²³ O Plano Nacional de Cultura (PNC) é um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. Previsto no artigo 215 da Constituição Federal, o Plano foi criado pela Lei nº. 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Seu objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc>>. Acesso em: 16 set. 2017.

²⁴ O principal objetivo da PNM consiste em promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio museológico brasileiro a partir de sua diversidade cultural e, com isso, desenvolver e revitalizar as instituições museológicas. A PNM define sete eixos programáticos que norteiam as ações voltadas para os museus: gestão e configuração do campo museológico; democratização e acesso aos bens culturais; formação e capacitação de recursos humanos; informatização de museus; modernização de infraestruturas museológicas; financiamento e fomento para museus e aquisição e gerenciamento de acervos museológicos. Como reflexo da PNM, o campo museal brasileiro fortaleceu-se institucionalmente e passou a ser prioridade de governo. Um dos primeiros desdobramentos da nova política foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais, no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/MinC). Na sequência, foi criado o Sistema Brasileiro de Museus (SBM). Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/memoria-politica-nacional-de-museuscompleta-dez-anos-de-lancamento- hoje-16/>>. Acesso em: 16 set. 2017.

²⁵ O Ministério da Cultura é um órgão da administração pública federal direta que tem como áreas de competência a política nacional de cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural. Por meio das metas do Plano Nacional da Cultura, o MinC trabalha a concepção de cultura articulada em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/o-ministerio>>. Acesso em: 16 set. 2017.

²⁶ O Sistema Brasileiro de Museus (SBM), criado pelo decreto nº. 5.264, de 5 de novembro de 2004, e revogado pelo decreto nº. 8.124, de 17 de outubro de 2013, é um marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico, onde cumpre uma das premissas na Política Nacional de Museus. Sua finalidade é facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. Além disso, propicia o fortalecimento e a criação dos sistemas regionais de museus, a institucionalização de novos sistemas estaduais e municipais de museus e a articulação de redes temáticas de museus. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/sistemas/sistemabrasileiro-de-museus>>. Acesso em: 16 set. 2017.

²⁷ O Cadastro Nacional de Museus se constitui como uma fonte ampla de informações atualizadas sobre os museus do país. Objetiva produzir conhecimentos e informações sistematizadas sobre o campo museológico em toda a sua diversidade. Nesse período, foram mapeados mais de 3.500 museus em todo o território nacional. Ferramenta fundamental para o alcance de importantes metas do Plano Nacional de Cultura, seus dados vêm sendo utilizados para o aprimoramento de políticas públicas voltadas ao setor museal, constituindo-se como principal fonte de informação e auxílio à divulgação das instituições museológicas brasileiras em âmbito nacional e internacional, além de subsidiar pesquisas acadêmicas, publicações periódicas internacionais e organismos multilaterais relacionados ao setor, como é o caso do

(Ibram)²⁸ e os Fóruns Nacionais de Museus²⁹, fatores indicativos de crescimento e fortalecimento do campo.

A partir deste cenário nacional de ampliação das políticas públicas, cabe salienta a institucionalização do campo e da área do conhecimento, ambos ampliados. Priscila Arigoni Coelho (2015), no estudo sobre a “memória e discurso da Museologia no Brasil”, de 1932 a 1985, comenta que nesse período ocorreu a “tentativa de delinear a rede de atores envolvidos na sua criação e analisar as representações metafóricas como indicativo da identidade desse grupo de profissionais”. A autora centrou sua análise em dois grupos de enunciados:

o primeiro refere-se ao momento de gestação do pensamento museológico brasileiro com a produção discursiva dos três coordenadores dos primeiros cursos de Museologia no país e os seus respectivos recortes temporais (Gustavo Barroso – 1932 a 1958; Valentin Calderón – 1969 a 1980; e Waldisa Rússio – 1977 a 1985), e o segundo grupo constitui-se pela afirmação da profissão de museólogo a partir do domínio discursivo do processo de regulamentação da profissão com a Lei no 7.287, de 18 de dezembro de 1984 e o Decreto no 91.775, de 15 de outubro de 1985. (COELHO, 2015, p. 16).

As questões sobre a formação em Museologia no Brasil, além das reflexões e consequências advindas do cenário descrito encontra agitação nos últimos anos pelas alterações das matrizes curriculares e na criação de mais 12 (doze) cursos de graduação na área. Diante das novas diretrizes curriculares que trazem no centro de suas principais alterações a flexibilidade e a possibilidade de inovação no currículo e no ensino de graduação, tem-se um momento propício para reflexão sobre a formação em Museologia na Bahia e a suas contribuições no campo da Museologia no Brasil.

Embora não contemplem o universo histórico desta pesquisa, é interessante destacar outras pesquisas de dimensões acadêmicas já realizadas a respeito da

Programa Ibramuseus. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>>. Acesso em: 16 set. 2017.

²⁸ O Instituto Brasileiro de Museus foi criado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2009, com a assinatura da Lei nº. 11.906. A nova autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais. O órgão é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor – aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/>>. Acesso em: 16 set. 2017.

²⁹ Evento de abrangência nacional, o fórum tem por objetivo refletir, avaliar e delinear diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM), consolidando as bases para a implantação de um modelo de gestão integrado dos museus brasileiros, por meio do Sistema Brasileiro de Museus (SBM). Disponível em: <<http://fnm.museus.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2017.

institucionalização dos cursos de Museologia. Cita-se a dissertação *Fundamentos epistemológicos da museologia: uma proposta ao problema curricular*, de Gilson do Couto Nazareth, defendida em 1991, no Curso de Mestrado em Educação da Fundação Getúlio Vargas. A pesquisa teve os seguintes questionamentos: o que é Museologia?; o que a individualiza dos outros saberes?; quais são os seus regulamentos epistemológicos?; por que a Museologia assume no Brasil aspecto técnico, que afasta, quase sempre, seus profissionais dos postos de comando na área? O tema é apresentado por meio de diferentes aspectos, dentre eles o contexto histórico de origem do Curso de Museus, no Rio de Janeiro, a proposta ideológica, o desempenho e a coerência curricular.

Outros dois projetos em andamento também estão construindo a memória da Museologia, com a regionalidade explícita em seus títulos: “Observatório da Museologia Baiana” e “Memória do Pensamento Museológico Paulista”. O Observatório da Museologia Baiana está intimamente ligado com o curso de graduação em Museologia da UFBA, e atua em três linhas de pesquisa: História da Museologia Baiana, Museologia e Memória Afro-Brasileira e Museu termo (termos e conceitos utilizados na Museologia). O segundo, Memória do Pensamento Museológico Paulista, constrói a memória museológica de São Paulo, a partir da extinta especialização em Museologia da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e da também extinta especialização em Museologia oferecida pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, e pelo atual mestrado em Museologia da USP. (ALVES, 2018, p. 30).

Ressalta-se que o desdobramento dos cursos de Museologia aconteceu mais recentemente, a partir de 2006, em universidades públicas e particulares, como ilustra a tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Relação de cursos de graduação em Museologia vigentes no Brasil em 2017

Instituições	UF	Ano de criação	Vínculo
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	BA	1969	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)	RJ	1977	Escola de Museologia Centro de Ciências Humanas e Sociais
Instituição de Ensino Superior em Santa Catarina (Unibave)	SC	2004	Centro Universitário Barriga Verde

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	BA	2006	Centro de Artes, Humanidades e Letras
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)	RS	2006	Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	2007	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Sergipe (UFSE)	SE	2007	Núcleo de Graduação em Museologia
Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop)	MG	2008	Departamento de Museologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	2008	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Universidade Federal de Goiás (UFG)	GO	2009	Faculdade de Ciências Sociais
Universidade Federal de Brasília (UnB)	DF	2009	Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará (UFPA)	PA	2009	Instituto de Ciências da Arte
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	2009	Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	2010	Escola de Ciência da Informação Departamento de Organização e Tratamento da Informação
Universidade Camilo Castelo Branco/ Universidade Brasil ³⁰	SP	2014	

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A formação no campo da Museologia no Brasil teve início em 1932, a partir da criação do Curso Técnico em Museus do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, estabelecido como estratégia para evitar que o museu fosse fechado em decorrência da Revolução de 1930. Pedro Calmon, que na época era oficial do MHN, sugeriu ao diretor Rodolfo Garcia a proposta de um curso de museus com a finalidade de fortalecer a instituição, tornando-a também um local de referência para a formação e o aperfeiçoamento em práticas de museu e de culto à história da “civilização brasileira”

³⁰ No ano de 2016, a Universidade Camilo Castelo Branco (Unicastelo) foi ampliada e transformada em Universidade do Brasil. Informações disponíveis em: <<http://universidadebrasil.edu.br>>. Acesso em: 16 set. 2017.

devendo, portanto, “converter em ‘colégio nacional de museologia’” (BOAVENTURA, 2010, p.69-70). O regulamento e a matriz curricular foram redigidos por Calmon, que se encarregou em distribuir as disciplinas, ficando responsável pela administração da proposta que surgia. Posteriormente, ocupou o cargo de professor da disciplina de História da Civilização Brasileira do referido curso, como apresentado por Boaventura:

Calmon trabalhou intensamente nos cursos do Museu Histórico Nacional. É importante assinalar essa etapa da sua vida, gênese de publicações mais alentadas sobre a história brasileira. Temendo que o Museu Histórico Nacional pudesse ser fechado depois da Revolução de 1930, lembrou-se de salvá-lo propondo a criação de um curso de museus ao seu diretor, Rodolfo Garcia, Calmon encarregou-se da administração, redigiu o seu regulamento e distribuiu as disciplinas. Garcia ficou com a história administrativa, Angione Costa tratou da cultura indígena, Meneses de Oliveira ocupou-se da história da arte e Edgar Romero da numismática. Calmon, além da administração, incumbiu-se da história da civilização. Nasceu, assim, seu livro História da civilização Brasileira (1933). Pela mesma época, em busca do espírito da sociedade colonial, escreveu o primeiro volume da História social do Brasil (1935). Gustavo Barroso (1951, v. 1, p.3) confirmou: “No mesmo Museu, se fundou em 1932, o Curso de Museus destinado a ser fonte de ensinamento e cultura, de devoção à história da pátria e seminário de formação e aperfeiçoamento de funcionários técnicos”. (BOAVENTURA, 2010, p. 69-70).

Na oportunidade de acolher as necessidades do País depois do golpe, predominava a importância da educação, que tinha a prioridade nos planos da construção nacional. Em busca da evolução nacional, o Brasil dependia do sistema econômico e, para tal, era necessário o preparo intensivo nos fatores fundamentais do crescimento da riqueza, a economia e a educação. Com isso, na área de educação, pensaram em uma forma de educar a população brasileira, através de fatos e personagens envolvidos na história patriótica nacional, estimulando o culto e o desenvolvimento cívico, vistos como fatores de aceitação e ampliação do Estado. Nesse contexto, atendendo ao processo de civilização do povo, o Museu de História Nacional foi um instrumento de produção do conhecimento para legitimar e veicular a noção de história oficial, com a missão de documentar a evolução da nação, através das obras da elite nacional e exposições que privilegiavam os segmentos da sociedade com conteúdos dogmáticos, como aponta Leticia Julião:

Enraizado na tradição antiquária e na perspectiva pedagógica da história *magistra vitae* [...], o colecionamento do Museu Histórico Nacional

sustentava-se nas chamadas ciências auxiliares da história – a heráldica, a numismática, a arqueologia ou a genealogia – privilegiando objetos-reíquias associados a fatos e a personagens notáveis do passado, considerados exemplares para o presente. Filiado à concepção historiográfica do IHGB, o Museu celebrava a nação brasileira como uma continuidade do Estado português, espécie de “desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia” [...]. Numa visão passadista e nostálgica do passado, identificava a nação como obra exclusiva do Império, sustentada em dois pilares – a nobreza e o exército [...], espécies de fios condutores que ensejavam a prática colecionista de moedas, espadas, louças, joias, brasões, bandeiras e canhões. (JULIÃO, 2009, p. 144).

Em 1961, foi editada a Lei nº. 4.024/61– Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/61); a Educação passa a ser percebida como obrigação do poder público e livre para a iniciativa privada, beneficiando a intensificação da extensão quantitativa do ensino superior no País. Todavia, as medidas decorrentes da LDB/61 não foram satisfatórias para aprovar as expectativas de capacitação de recursos humanos para o crescimento do Brasil. Foi iniciado estudo para a reforma universitária, culminando com a Lei 5.540/68 que, no meio de outras medidas, beneficiou a expansão da educação superior. Essa lei, no que lhe diz respeito, veio estabelecer maior formação do corpo docente, reportando às especializações para atender à área tecnológica e à demanda maior de produção. Desta forma, além de ampliar o número de cursos e vagas, a reforma universitária institucionalizou a pós-graduação (mestrado e doutorado), objetivando qualificar pessoal para suprir a educação superior.

2.2 O Currículo e a Formação Profissional

A palavra currículo vem do latim *curriculum*, que significa caminho, trajeto, percurso, circuito atlético ou pista de corrida. De modo geral, pode-se descrever que é a trajetória pela qual os estudantes obtêm sua identidade profissional. O currículo pode ser definido como um caminho a ser percorrido por uma pessoa no seu processo de aprendizagem, em que é possível desenvolver habilidades que a capacitem para viver e interagir no meio social.

Conforme o Ministério da Educação (MEC) (2006), o currículo é um importante componente da organização acadêmica. É concebido como um espaço de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentado nos referenciais socioantropológicos,

psicológicos, epistemológicos e pedagógicos em consenso com o perfil do egresso previsto nas Diretrizes Curriculares. Esses referenciais constituem o currículo como um composto de subsídios que unificam os procedimentos de ensinar e de aprender num determinado tempo e contexto, abonando a identidade do curso e o respeito à diversidade. De tal modo, o currículo é um dos meios constitutivos do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)³¹, tendo como orientação básica as Diretrizes Curriculares Nacionais³². Para Young (2014, p. 197),

Os currículos são a forma desse conhecimento educacional especializado e costumam definir o tipo de educação recebida pelas pessoas. Precisamos entender os currículos como formas de conhecimento especializado para podermos desenvolver currículos melhores e ampliar as oportunidades de aprendizado.

O pensamento curricular no Brasil aparece a partir das reformas educacionais das décadas de 1920 a 1930, período em que foi criado o Ministério da Educação e quando o País se inseria no modo de produção capitalista³³. Em consequência da expansão do capitalismo americano para o mundo e, designadamente, para o Brasil, determinavam-se mudanças no campo da política educacional; isso exigia mudanças na legislação que regulamentava o setor (MOREIRA, 1990). Com tais mudanças, buscou-se viabilizar a criação de mão de obras técnicas para o processo de expansão, através das universidades, respaldando na Lei da Reforma Universitária nº. 5540/68, que tinha como objetivo a modernização das universidades brasileiras.

A Reforma Curricular de 1968 foi realizada no Brasil, fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Modernizou uma parte expressiva das universidades federais, que incorporaram gradativamente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Possibilitou o aumento das matrículas em instituições de ensino superior – nesse momento, as universidades brasileiras experimentaram influências tanto do humanismo³⁴ francês, onde

³¹ É o instrumento que concentra a concepção de ensino e aprendizagem de um curso e apresenta características de um projeto, no qual devem ser definidos os seguintes componentes: Concepção do Curso; Estrutura do Curso: Currículo, corpo docente, corpo técnico administrativo e infraestrutura; Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e do curso; e Instrumentos normativos de apoio – composição do colegiado, procedimentos de estágio e TCC.

³² São normas obrigatórias para a Educação que orientam o planejamento curricular das instituições e sistemas de ensino, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

³³ É caracterizado pelas relações assalariadas de produção. Movido por lucros, esse modo de produção é demarcado por duas classes sociais principais: a burguesia e o trabalhador.

³⁴ A pedagogia humanística tem como fim o estudante como sujeito do processo de aprendizagem, e não objeto. O professor não transmite só o conteúdo, é o facilitador da aprendizagem. O conteúdo advém das próprias experiências dos estudantes.

o enfoque do ensino é totalmente centrado no estudante, como um indivíduo situado no mundo e em processo constante de descoberta, e pelo modelo norte-americano de ensino tecnicista³⁵, onde os estudantes eram apenas executores.

Moreira (1990) explica que o golpe militar de 1964 e todo o panorama político, econômico, ideológico e educacional do País acarretaram as políticas para substanciais transformações. Dos anos 1950 a 1970, a influência norte-americana acrescentou, em consequência de acordos de cooperação entre o Brasil e Estados Unidos, visando à modernização do País. A orientação tecnicista passou a valer-se, em harmonia com o discurso de eficiência e modernização adotado pelos militares, a ansiedade principal passou a ser a eficácia do procedimento pedagógico, indispensável ao treinamento adequado do capital humano do Brasil.

A partir de 1970, os estudos sobre currículo adotaram nortes diferentes, quando se passou a ampliar as análises sobre as relações entre currículo e mundo. Nesse sentido, a teoria do currículo questiona a ideia de que a função das instituições de ensino seria, principalmente, adaptar os indivíduos à sociedade em que vivem. Dessa forma, não se pode pensar em currículo sem promover a questão da ideologia, que nesse aspecto visa sustentar as relações de poder, estabelecendo os interesses da classe dominante como universais, garantindo, assim, que a estrutura social existente permaneça imóvel. De acordo com Moreira e Silva (1997, p. 23), “é a veiculação de idéias que transmitem uma visão do mundo social vinculada aos interesses dos grupos situados em uma posição de vantagem na organização social”. Portanto, é uma das formas pelos quais a linguagem produz o mundo social; por isso, o aspecto ideológico deve ser considerado nas discussões sobre currículo.

Vale destacar também que, por meio do currículo, é promovida a formação integral do estudante, originando o aprendizado de conhecimentos, habilidades, técnicas e estratégias, bem como a construção de atitudes sociais críticas e criativas. Sendo assim, para Young (2014), a preocupação da educação deve ser a de capacitar os estudantes a adquirirem conhecimento para além da experiência pessoal, isto é, que o conhecimento obtido na universidade seja aquele impossível de alcançar em outras instituições ou a partir de outras experiências.

³⁵ A pedagogia tecnicista é uma linha de ensino que privilegiava excessivamente a tecnologia educacional e transformava professores e alunos em meros executores e receptores de projetos elaborados de forma autoritária e sem qualquer vínculo com o contexto social a que se destinavam. Aparece nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, e é introduzida no Brasil entre 1960 e 1970.

O currículo é, também, essencial da cultura. Lembrando que há, também, um envolvimento político, pois o currículo, como a educação, está ligado à política cultural. Nota-se que esse encontro entre ideologia e cultura se dá em meio às relações de poder na sociedade. Segundo Moreira e Silva (1997, p. 28), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”.

Entendendo que a graduação representa um marco da formação profissional por ser sua base, na qual o estudante transcorrerá por um procedimento informativo e formativo que norteará sua atuação, destaco a relevância desta no que diz respeito não só ao acesso às diversas informações, mas, em particular, ao procedimento de formação de um profissional e, ao mesmo tempo, de um sujeito social que encontrará na graduação a possibilidade de ver e rever sua conduta no que diz respeito ao outro, com o mundo.

Formação que abrange a prática reflexiva e transcorre os diversos planos de entendimento e condições da vida, mexendo com a compressão, a emoção, os valores, as crenças, a criatividade, dentre outras. Formação que refletirá na atuação do profissional, como também na vida social como um todo, apresentando a aproximação entre objetividade e subjetividade, posto que haverá conflitos nesses dois planos que se projetarão na ação profissional e política dos futuros profissionais, nas diferentes dimensões de sua vida, através dos distintos papéis que desempenham.

Com a Reforma Universitária de 1968, novos caminhos foram abertos para a Museologia, que se caracterizou por um crescimento acadêmico, a necessidade que as instituições exigiam de profissionais especializados para cuidar da preservação dos patrimônios culturais do País.

Nos anos de 1970, quando o modelo econômico entrou em crise e o Governo Federal não conseguiu frear o processo inflacionário e o endividamento externo, ocorreu uma queda na eficiência das políticas públicas, o que gerou uma progressiva mobilização social. Em termos de política de preservação, surge a necessidade de modernizar o conceito de preservação. Desse contexto histórico destacam-se as ideias de descentralização e influência internacional da Unesco. (IPHAN, 2016).

A formação profissional no ensino superior, teoricamente, está vinculada a questões que constituem a matriz curricular de cada curso. É através do currículo que os futuros profissionais adquirem os conhecimentos indispensáveis para atuar no mercado de trabalho. Para isso, é necessário que o currículo reflita a realidade social na qual esses profissionais serão inseridos, avaliando uma conjuntura social em constante variação. Os

componentes curriculares dos cursos de graduação são sistematizados para transmitir o conhecimento aos estudantes indispensáveis à sua *práxis*.

O currículo se ajusta sobre um projeto, que implica em uma visão para o futuro, na composição da matriz social que norteará a vida de pessoas; e todo projeto é composto de conflitos, impulsos, frustrações e encantos, subsídios próprios da ação marcadamente diversa que envolve o ser como conjunto e como sujeito. Do mesmo modo, para entender melhor a trajetória do curso de Museologia da UFBA, é necessário um breve histórico da implantação e das reformas do currículo do curso.

Dessa maneira, a formação profissional tem a necessidade de atuar em harmonia com a dinâmica social, de modo que é necessário refletir a respeito dos currículos dos cursos de ensino superior. Nessa perspectiva, entende-se que os componentes curriculares formadores dos profissionais que irão atuar nos museus precisam abranger demandas da dinâmica social, cultural e educacional que a sociedade exige.

A observação documental do currículo do curso em estudo deixa compreender que a educação superior em Museologia está aliada às políticas públicas educacionais do País. Para a Museologia e suas condições na contemporaneidade, é indispensável pensar uma formação que seja capaz de gerar respostas às questões provenientes da sociedade, respondendo também às necessidades das instituições, tendo em vista o comprometimento com os serviços prestados e com os sujeitos de nossa ação.

3 O CURSO DE MUSEOLOGIA DA UFBA

A seguir, será apresentado o desenvolvimento histórico do Curso de Museologia da UFBA, desde a Reforma Universitária de 1968, que trouxe a ampliação para a Universidade Federal da Bahia, e os discursos iniciais com professor Valentin Calderón, para a criação do curso, em 1967, na pró-reformulação do ensino das Artes na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia.

Após isso, apresento o currículo mínimo de Museologia e o primeiro currículo do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia, a primeira turma do curso de Museologia, seus primeiros diplomados que se tornaram professores do curso. Identifico as disciplinas e os conteúdos ministrados para as primeiras turmas e os primeiros vestibulares para o curso de Museologia.

A vinculação das universidades públicas com as demandas da sociedade colaborou com as novas oportunidades de formação. A Reforma de 1968 trouxe o controle político das universidades públicas brasileiras e a formação de mão de obra para a economia.

Com a reforma do Estatuto e do Regimento-Geral, homologados pelo Conselho Federal de Educação em junho de 1969, a Universidade Federal da Bahia foi a primeira universidade do País a preparar a sua adaptação às leis da Reforma Universitária. Instituída pelo Decreto-Lei nº. 9,155, de 8 de abril de 1946, a UFBA foi constituída por seis unidades – Medicina, Belas Artes, Direito, Engenharia, Ciências Econômicas e Filosofia. Na reestruturação, através do Decreto nº. 62.241, de 8 de fevereiro de 1968, passou a dispor de vinte e quatro unidades, além de cinco órgãos complementares.

Em consequência disso, nota-se que, em 1968, a UFBA teve um crescimento de matrículas de quase cem por cento em relação ao ano de 1967, que tinha 5.200 matriculados e passou para 9.700 estudantes matriculados. A universidade também teve crescimento no número de concluintes dos cursos de graduação, em 1968, com 1.002, e em 1969 foram 1.231 diplomados. Esse aumento se deu com a criação de novos cursos para o ano de 1970, a exemplo das matrículas das primeiras turmas dos cursos de Museologia e Secretariado. Durante esse período, aconteceram grandes transformações estruturais na universidade. Com a implantação da Reforma Universitária, surgiram novas unidades de ensino, a descentralização de outras já existentes, a criação de institutos. A Faculdade de Filosofia foi denominada Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e

tinha treze cursos, que foram divididos e deram lugar aos institutos de Química, Física, Matemática, Biologia e de Letras, e foi criada a Faculdade de Educação.

Há registros históricos de que, com a ampliação da Universidade, foi necessária a criação de novos prédios para atender à grande demanda com a criação dos novos cursos. Foi criado um novo *Campus* universitário no bairro da Federação e inaugurados os Institutos de Matemática e Geociências e o instituto de Ciências da Saúde, como também a segunda parte da Faculdade de Arquitetura.

Figura 1 - Matéria de Jornal da década de 1970 apresenta a ampliação da Universidade Federal da Bahia, após sua adaptação às leis da Reforma universitária

QUASE UMA REALIDADE O NÓVO "CAMPUS" DA UFBA.

matriculas das primeiras turmas dos cursos de Secretariado e Museologia. Para o ano de 1971, a UFBA, criou um novo curso: Organizações de Turismo, cada primeira turma deverá ser matriculada no próximo ano. A Universidade havia criado, também, mais dois outros cursos, com as primeiras turmas matriculadas no último ano passado. O primeiro foi Processamento de Dados, e o segundo foi Licenciatura em Ciências, para funcionar em Cruz das Almas.

TRANSFORMAÇÃO E CONCURSOS

Foi durante o ano de 1969 que ocorreram as grandes transformações estruturais da UFBA. Alterada a composição do Conselho Universitário, instalado o novo Conselho de Coordenação de Estudos, Pesquisa e Extensão, as 24 unidades, com os seus Conselhos Departamentais e Comissões Coordenadoras, começaram a funcionar dentro da nova estrutura. Em número de 190, os novos departamentos passaram a trabalhar com a participação de todos os membros do Corpo Docente da Universidade. Inibiu-se os Auxílios de Ensino, ampliando-se, assim, extraordinariamente, a participação das gerações mais jovens nas decisões relativas a todos os problemas universitários, o que já vem sendo bastante eficaz, desde o primeiro ano de funcionamento.

Para proporcionar a inclusão nas atividades de ensino superior, a Universidade abriu, no corrente ano, vários concursos de Auxílios de Ensino, e já vem realizando a contratação dos aprovados nessa categoria. Igualmente, foram abertos concursos para o ingresso na carreira de magistério, no cargo de Professor Assistente, bem como de promoção para Professor Titular. Deveriam, serios abertos concursos para Professor Adjunto. Assim, distribuído as 365 vagas existentes para o corpo docente da UFBA, de acordo com as necessidades das unidades, o Conselho de Coordenação promove a renovação do professorado da Universidade.

AS NOVAS UNIDADES

A implantação da Reforma Universitária veio logo com o surgimento de novas unidades de ensino, descentralização de algumas já existentes, criação de institutos para as ciências básicas e de novos cursos em nível universitário. Os treze cursos da antiga Faculdade de Filosofia, desmembrados, deram lugar, primeiramente, ao agrupamento dos Institutos de Química, Física e de Matemática, além dos Institutos de Biologia e de Letras. Nessa antiga Faculdade de Filosofia — que passou a desmembrar-se Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas — surgiu, ainda, a Faculdade de Educação, a qual teve os objetivos muito mais amplos e complexos que poderiam ter sido os do Departamento de Pedagogia da Faculdade de Filosofia.

O Instituto de Ciências da Saúde, criado em 1958, teve o seu corpo docente constituído durante o ano próximo passado. Destinado ao ensino das disciplinas básicas da área biomédica, que se concentravam espalhadas, esse Instituto começou a funcionar no corrente ano e vem servindo às seguintes unidades: Farmácia, Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Veterinária, Agronomia, Filosofia, Belas Artes e Física. Um outro grande Instituto criado e que começou a funcionar há seis anos atrás, foi o Instituto de Geociências, que começou a funcionar há seis anos atrás. Constituído pelas disciplinas físicas da antiga Escola de Geologia e o curso de Geografia, o Instituto de Geociências vem servindo a 17 cursos diferentes da UFBA.

NOVOS FRETIOS

Para atender a essa ampliação, a Universidade Federal da Bahia, também, vem-se expandindo fisicamente, ao tempo da criação de novos "campus". Enquanto a Faculdade de Educação, o Instituto de Matemática e Geociências estão sendo construídos no bairro da Federação, inaugurados ali no último ano passado, os novos prédios, para os Institutos de Matemática e Geociências, o conjunto para o Centro de Ciências Básicas ali terá lugar, com uma área total de 22.500 metros quadrados. Coexistem, sob o mesmo teto, o conjunto de prédios da área do prédio do Instituto de Ciências da Saúde, abrangendo já os seus primeiros departamentos, em 2.500 metros quadrados. Na Faculdade de Arquitetura, também, está em fase de conclusão de obras a segunda parte daquele prédio.

Em véspera de funcionamento, o "campus" da Federação, está um novo pavilhão, que será destinado, a Fracas Radioatividades, como anexo do Instituto de Física. Por outro lado, em fase de colocação da segunda e terceira lajes, estão as obras de três novos prédios para os Institutos de Física, Química e Biologia, os quais deverão ficar prontos já para o início do próximo ano letivo. No conjunto, durante o quadriênio do Rector Herbert Santos, a capacidade de instalações da Universidade estará acrescida de cerca de 45 mil metros quadrados, devidamente equipados, representando essa extensão um investimento que ultrapassará 25 milhões de cruzeiros.

MELHORIA DO ENSINO

A verdade do crescimento da Universidade não ficou apenas, no aumento de matrículas e de mais espaço físico. Desenvolvendo um rigoroso programa de formação e aperfeiçoamento de professores, ali em 1969, a UFBA, tinha, em seus próprios quadros, 65 candidatos em aperfeiçoamento para integrar, futuramente, o seu pessoal docente. No ano seguinte, durante aquele ano, 54 docentes em licença, pelo Brasil e de 200 cruzeiros, receberam um total de 140 títulos profissionais. Ao lado disso, obtiveram a sua maior eficiência para o ensino, foram desenvolvidos pelas unidades importantes projetos de pesquisas ou de extensão, todos eles voltados para atender às necessidades da comunidade.

Na Escola Agrônoma de Cruz das Almas, destacam-se os projetos de pesquisas sobre as culturas da mandioca, do arroz, e de plantas forrageiras. Na Faculdade de Ciências Econômicas, durante o ano de 1969, o Projeto de Recursos Humanos desenvolveu importantes estudos sobre aspectos demográficos dos quais a Bahia é alvo especial sobre Dinâmica Populacional. Ali, também, estão sendo feitos estudos sobre Contas Nacionais, com o apoio da SUDENE. Foi durante o ano de 1969 que a Faculdade de Medicina começou a alcançar os melhores resultados com o seu programa de saúde, aplicado no Nordeste de Amélia, em colaboração com a Secretaria de Saúde do Estado. Diante dessa realidade e realizações que se afirma o Rector Herbert Santos: "A árdua tarefa de superintender a implantação da nova estrutura, da Universidade começou já a deixar margem para que se desenvolvessem outros programas sucededores de hoje e de amanhã".

Fonte: Arquivo FFCH/UFBA.

Dentre os inúmeros motivos que levaram a UFBA à ampliação dos números de matrículas, diplomados e espaço físico, é incontestável a melhoria do ensino, através do desenvolvimento de programa de formação e aperfeiçoamento de professores. Foram desenvolvidos projetos de pesquisa e extensão para servir às necessidades da comunidade acadêmica.

Cinquenta anos se passaram desde a grande Reforma Universitária e o projeto de formação profissional do curso de Museologia da UFBA ganhou novos sentidos e

objetivos, adversos à sua gênese. Desde o seu primeiro currículo mínimo, diferentes currículos construíram a história deste curso. Olhar para esses currículos e interpretá-los no processo histórico e social brasileiro é essencial para conhecer o curso de Museologia da UFBA e compreender que a gestão social marcada em cada currículo estudado pelo profissionais museólogos nesses 50 anos expressa as diferentes tendências que influenciaram a prática do pensamento museológico.

3.1 O Primeiro Curso Universitário em Museologia do Brasil

A criação do primeiro curso concebido como universitário em Museologia do Brasil, da Universidade Federal da Bahia, data da legislação de 1968, da Lei nº. 5.540 da Reforma Universitária – que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências –, o Projeto do Curso e Currículo de Museologia, aprovado em parecer de órgão superior, na Comissão Central de Revisão de currículo, de 07/11/1969 do Parecer nº 971/69 da Comissão Central de Revisão de Currículos Mínimos dos cursos de Bacharelado em Museologia – que recomenda a aprovação de currículo, e pela Resolução no 14/1970, do Conselho Federal de Educação (CFE).

Em 1969, é criado o primeiro curso acadêmico de Museologia. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) criava o curso de Museologia sob a iniciativa do historiador e arqueólogo Valentin Calderón de la Vara. A partir de 1974, no Rio de Janeiro, o Curso de Conservador de Museus foi ampliado para 4 anos, passando a ser denominado Escola Superior de Museologia. E enfim, em 1977, o curso é incorporado à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara, atualmente conhecida como UNIRIO. Assim, deixava de ser um curso técnico e passava a ser um curso acadêmico de Museologia, dentro de uma universidade, tal como já existia na UFBA.

Em vasta bibliografia, se encontra que o curso de Museologia da UNIRIO é o primeiro do país. Argumentamos que não. Se o da UFBA é criado em 1969, e o da UNIRIO em 1977, então **obviamente o primeiro é o da UFBA**. A confusão é decorrente da existência do Curso de Conservador de Museus, que deu origem ao curso de graduação em Museologia da UNIRIO. Mas esse curso anterior era ministrado numa instituição cultural, o Museu Histórico Nacional, não numa universidade; conforme sua denominação, tratava-se de um curso “Conservador de Museus”, não de “Museologia”; e ainda era um curso de formação técnica, não acadêmico/universitário. A própria UNIRIO, no “Projeto de Reformulação Curricular do Curso de Museologia” de 2006, define 1977 como o ano de criação do curso universitário de Museologia. (ALVES, 2018, p. 26) [grifos meus].

Pioneiro nas regiões Norte, Nordeste e no Brasil, o curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia³⁶ nasce por sugestão do arqueólogo e historiador de arte espanhol Valentin Rafael Simón Joaquim Calderón de La Vara³⁷, professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, com a intenção de promover o desenvolvimento dos estudos museológicos. Nascido em Santander, Espanha, em 26/07/1920, filho de Valentin Calderón e Carmen de La Vara, foi Professor Assistente (Portaria nº. 347/71 de 30/06/1971) e Professor Adjunto (Portaria nº. 07/75 de 03/01/1975), e faleceu em 30 de outubro de 1980.

Figura 2 - Professor Valentin Rafael Simón Joaquim Calderón de La Vara (1920-1980)



Fonte: Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/UFBA). Edição 30 anos do MAE/UFBA.

O professor Valentin Calderón chegou ao Brasil em 1949 e realizou efetivamente diversas atividades para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Iniciou suas atividades como professor do Instituto de Cultura Hispânica da Universidade Federal da

³⁶ A Universidade Federal da Bahia foi criada em 8 de abril de 1946, através do Decreto-Lei 9.155/1946 (BRASIL, 1946), instituição onde funciona o curso de graduação em Museologia.

³⁷ O arqueólogo e professor espanhol Valentin Calderón de La Vara documentou grande parte das obras do Museu de Arte Sacra da Bahia em um estudo inédito na época, publicado em 1981. Também realizou escavações em pelo menos 50 sítios arqueológicos datados do período pré-colonial, no interior da Bahia. Os mais de 200 objetos que encontrou foram doados para o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da UFBA, após o seu falecimento. (Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia, Edição 30 anos do MAE/UFBA Salvador, ago. 2013/ jan. 2014. Informativo semestral. Número 6. Ano 2. Disponível em: <https://repositorio.UFBA.br/ri/bitstream/ri/18509/1/Ed6.Ago2013-Jan2014_Boletim_Informativo_MAE-UFBA.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

Bahia e, posteriormente, do Instituto de Ciências Sociais. Criou o Laboratório de Arqueologia, começando, a partir de então, suas pesquisas arqueológicas no Brasil em 1962. Em 1969, após a extinção do Laboratório, Calderón sugeriu à UFBA a criação do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/UFBA). O museu só foi inaugurado no ano de 1983, três anos após sua morte, no subsolo do prédio da Faculdade de Medicina, no antigo Colégio Jesuíta.

Conforme Carlos Etchevarne:

Valetin Calderón chega à terras baianas em um momento especial, de grande efervescência da Universidade Federal da Bahia, em que criam-se institutos, escolas, faculdades, centros de estudos. Era uma situação de abertura a novos conhecimentos, à construção de linhas de pesquisa e a incorporação de professores e pesquisadores estrangeiros. Esse panorama acadêmico era altamente favorável para uma pessoa preparada, sensível e com grande capacidade de trabalho pudesse iniciar e desenvolver estudos, sentando as bases metodológicas que marcaram para sempre o campo da Arqueologia na Bahia. (ETCHEVARNE, 2014, p. 4 *apud* ALVES, 2018, p. 128).

O professor Calderón chegava à UFBA num momento de transformações na universidade.

A Escola de Belas Artes tem, na década de 1960, uma fase de completa renovação dos seus ideais, uma ruptura com o passado cujos protagonistas eram os grandes mestres da Arte Acadêmico-Realista. Os cânones da arte neoclássica, dos românticos e dos realistas do século XIX já não serviam como modelos de ensino, e a nova geração teve que enfrentar as dificuldades de uma fase de profundas mudanças e inquietações. Buscando melhor atualização dos cursos existentes, a primeira grande reforma de ensino da Escola culminou com a eliminação dos cursos isolados de Pintura, Escultura e Gravura. Surgiu o curso de Artes Plásticas em 1964, caracterizado por uma formação básica e especialização opcional em uma determinada técnica no último ano. **Em 1967, realizou-se o primeiro simpósio pró-reformulação do ensino das Artes, coordenado por Valentim Calderón** e contando com a participação da Escola. **Ficou comprovada a urgente necessidade de implantação e funcionamento dos cursos de Publicidade e Artes Gráficas, Artes Decorativas e Museologia;** de se criar um curso de Desenho Industrial e de se realizar atividades de extensão mais intensas e constantes. No Fórum de Debates de 1968, realizado na Escola, surgiram novas soluções para a sua reestruturação. (TOUTAIN, 2010, p. 152) [grifos meus].

A idealização do Curso de Museologia deu-se, então, primeiramente, na Escola de Belas Artes da UFBA, com as primeiras discussões em 1967, no primeiro simpósio pró-reformulação do ensino das Artes, coordenado pelo professor Valentim Calderón,

onde se viu a necessidade da implantação de novos cursos para a reestruturação da Escola de Belas Artes, inclusive o de Museologia. “A década de 1960 foi uma espécie de ‘anos dourados’ da Escola de Belas Artes, época em que foram, inclusive, plantadas as principais sementes para conquistas subsequentes” (TOUTAIN, 2010, p. 154).

O Prof. Rui Simões, comentando a sua implantação na Faculdade de Filosofia, registra o seguinte:

A Escola de Belas Artes empenhou-se bastante em seu patrocínio. Deu forma e curso ao pleito. Buscou padrinhos poderosos, inclusive um ex-governador. Mas, Valentim Calderón e Batista Neves, somando esforços e emprestando prestígios pessoais, com igual tirocínio – lograram trazê-lo para a faculdade, onde, superando percalços, obteve singular desenvolvimento[...]. (SIMÕES, 1990, p. 87).

Intelectuais baianos e de outros estados, preocupados com a proteção do patrimônio baiano de relevância nacional, fizeram campanha para a criação de um curso voltado para a formação de profissionais na área de museus no âmbito da Universidade da Bahia, como ressaltou Rodrigo Melo Franco³⁸ no discurso “O Patrimônio Histórico e Artístico e a Missão da Universidade”, proferido em 1963³⁹. Rodrigo destacou alguns pontos positivos para a instalação de um Curso de Museologia na UFBA, como a criação do Museu de Arte Sacra, o III Congresso Nacional de Museus, organizado pelo Icom, e as atribuições da universidade para a formação do profissional museólogo.

A Universidade da Bahia não começa agora a tomar em consideração o problema, uma vez que desde vários anos, por benemérita iniciativa de seu eminente e saudoso reitor Edgard Santos, cuja lembrança me desperta grande emoção, realizou a obra notável da restauração de um dos mais belos monumentos dessa cidade, para aí instalar, na condição de órgão universitário, o Museu de Arte Sacra, que V. Ex^a., magnífico reitor Albérico Fraga, como digno sucessor de tão ilustre pioneiro, tem prestigiado e favorecido excepcionalmente. [...]

[...] Sem dúvida, ligado à universidade da então capital da República, já existia o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. Mas este foi criado ainda ao tempo do Brasil reino, evoluiu por meios próprios e só razões de conveniência administrativa o fizeram integrar-se naquela universidade, na qual permanece, não obstante, como elemento excêntrico. Nem a riqueza de suas coleções, nem a formação esmerada

³⁸ Rodrigo Melo Franco de Andrade nasceu em Belo Horizonte (MG). Durante 30 anos, dedicou-se à preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, como presidente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan, atual Iphan), da sua fundação, em 1937, até 1967.

³⁹ ANDRADE, Rodrigo de M. F. O Patrimônio Histórico e Artístico e a Missão da Universidade. In: IPHAN. *Revista do Patrimônio*, n. 31, 2005. p. 82-87.

ou a obra de alta categoria de seu pessoal técnico devem coisa alguma à Universidade da Bahia, com a criação do Museu de Arte Sacra, demonstrou verdadeira compreensão do papel do museu como instituição peculiar de cultura no mundo moderno. [...]

[...] Entre estas uma das mais relevantes se relaciona com as atribuições das universidades: é a da formação dos museologistas no Brasil. Peço permissão para rogar, para seus aspectos principais, a benévola atenção do magnífico reitor e do egrégio Conselho Universitário.

[...] E, se na administração federal, desde a década de 1930, foi criado um curso de museus, no Museu Histórico Nacional, por iniciativa e a direção do ilustre Dr. Gustavo Barroso, curso esse que se ampliou apreciavelmente e se considera de extensão universitária, ele não pode, todavia, *data vêniam*, bastar às necessidades do país. Por mais dedicada e esclarecida que seja sua superintendência, por mais proficientes e zelosos que sejam os respectivos professores e por muito melhoradas que tenham sido as instalações do curso, não há possibilidade de o currículo comportar as disciplinas à formação de especialistas para as diversas modalidades de museus modernos. Somente as universidades têm condições para corresponder aos reclamados da preparação adequada dos museologistas de que o Brasil precisará, não apenas em futuro remoto, mas em futuro próximo.

Sobretudo em virtude da autonomia e da flexibilidade que a nova lei de diretrizes e bases da educação nacional atribuiu às universidades e aos órgãos regionais de ensino para constituição de currículos, torna-se possível, com a simples introdução de mais algumas poucas disciplinas, utilizar os cursos universitários existentes para formação dos museologistas licenciados, de cuja falta nosso meio já se ressentia e cada vez mais se ressentirá. Com as matérias ministradas nos cursos de belas-artes e de arquitetura, nos de ciências, de história e sociologia, acrescidas das disciplinas novas do campo da museografia, a viabilidade e o proveito do concurso das universidades para o fim pretendido me parecem indubitáveis. Os órgãos competentes da Universidade da Bahia saberão, porém, muito melhor que eu, como planejar e efetivar a formação plenamente satisfatória dos especialistas desejados.

[...] O excesso de liberdade com que têm sido nomeados, regular e irregularmente, funcionários para as repartições federais, estaduais e municipais contrasta com a parcimônia que caracteriza a admissão de pessoal técnico e administrativo para museus. No tocante em particular a funcionários técnicos da carreira de conservador, o quadro de servidores do Ministério da Educação, do qual dependem todos os museus federais, é vergonhosamente irrisório, isso ocorre também na área do funcionamento estadual e municipal. Urge, portanto, remediar a situação.

Ao submeter aos órgãos da Universidade da Bahia essas questões, referente a instituições de cultura da mais alta importância na hora presente e à formação, para servi-las, de técnicos de nível superior, estou certo de que me dirijo aos que podem senti-las mais vivamente em todo o Brasil.

[...] Ninguém melhor, no território brasileiro, do que os mestres universitários da Bahia poderá ensinar que o desenvolvimento feito à custa e com o sacrifício de valores genuínos insubstituíveis não é progresso verdadeiro, mas demonstração de atraso e inconsciência.

Nunca o Brasil precisou tanto quanto agora de resguardar os testemunhos da obra realizada pelas ínclitas gerações que formaram a nacionalidade. [...]. (IPHAN, 2005, p. 83-87)⁴⁰.

Neste período, as atenções estavam voltadas à melhoria da qualidade de formação dos profissionais de museus e houve forte influência do movimento de preservação do patrimônio nacional. O movimento via a formação de profissionais especializados como uma necessidade nacional, para o funcionamento dos museus principalmente os museus federais.

[...] Os anos de 1964 a 80 foram pródigos em instalação de museus no Brasil. Foi a grande fase dos memoriais, de culto ao herói. Busca-se, por meio das atividades de preservação, autenticar a Nação enquanto uma realidade nacional. As instituições são “cristalizadas, percebidas como independentes dos indivíduos que concebem”. (SANTOS, 2008, p. 80).

A criação do curso de Museologia da UFBA buscava corresponder aos anseios do País, por meio de formação de profissionais habilitados para atuar nas instituições. A concepção do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia seria mais uma motivação para a inspiração do curso de Museologia na Bahia. Iniciava-se o desenvolvimento industrial e também o turismo na cidade de Salvador, originando a importância do patrimônio arquitetônico e sua preservação. Como podemos observar a seguir:

Ao analisar o surgimento do curso de Museologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), devemos ter em mente que esta iniciativa ocorreu 37 anos após o surgimento do primeiro curso no país. O Curso de Museologia da UFBA permaneceu como o único existente nas regiões Norte e Nordeste por 37 anos apesar da necessidade de profissionais especializados em outras localidades. Tal demanda pode ser comprovada pelo levantamento feito por Sá e Siqueira (2007) acerca da regulamentação do aluno bolsista no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, que totalizou 64 bolsas no período de 1944 a 1969 com bolsistas de 14 estados. Essa iniciativa criou uma modalidade estratégica de discente, que atuava como servidor do Município, do Estado ou do âmbito Federal em seu estado de origem e eram selecionados pelo Governador de sua localidade para o

⁴⁰ No ANEXO A, ao final deste trabalho, pode-se ver o documento completo.

aperfeiçoamento da técnica de museus e aplicação da prática ao retornarem para suas funções. O estado da Bahia se destacou com o número maior de bolsistas, ao todo foram 15 pessoas matriculadas e 11 destas concluíram o Curso. A formatura da última bolsista ocorreu em 1969, mesmo ano da proposição de criação do novo curso de formação no estado. (COELHO, 2015, p. 85).

Coelho (2015) concorda com o pensamento de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, destacando os pontos positivos para a implantação do curso de Museologia na Universidade Federal da Bahia. Não bastava a existência de um único curso de formação, sendo a universidade o local adequado para formação dos profissionais.

O Curso de Bacharelado em Museologia foi fundado na década de 1970, oferecido por uma universidade federal localizada na região Nordeste do País – a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em meio à conjuntura de ditadura militar de modelo desenvolvimentista voltada para a economia de mercado. Esse período marca as transformações na organização das universidades do Brasil, com a Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, resultado do regime militar, que teve dois princípios norteadores: o controle político das universidades públicas brasileiras e a formação de mão de obra para a economia.

A região que viu a Museologia empírica nascer também teve o primeiro curso universitário de Museologia, o da UFBA, em 1969. Enquanto o Rio de Janeiro nesse ano ainda tinha o Curso de Conservador de Museus, um curso técnico, ministrado no Museu Histórico Nacional, na Bahia já nascia a Museologia acadêmica, dentro da universidade. (ALVES, 2018, p. 101).

O curso de Museologia foi vinculado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, como mostra o Prof. Fernando da Rocha Peres, em Parecer de 01 de julho de 1970. O currículo do curso de Museologia da UFBA tinha um caráter interdisciplinar e exige uma formação integrada e humanística. Mesmo com argumento usado em 30/06/1970 pelo Departamento de Belas Artes de que o Curso de Museologia estava ligado à Arte e que as disciplinas básicas da História da Arte tinham a tender para o êxito do Curso de Museologia, como o Projeto do Curso e Currículo de Museologia, aprovado em parecer pela Comissão Central de Revisão de currículo, de 07/11/1969, não determinava a que Unidade Universitária deveria estar vinculado o curso, foi aprovada a instalação do curso de Museologia no Departamento de História,

onde poderiam ser encontradas as disciplinas necessárias para o profissional museólogo que se pretendia formar. Como podemos observar em documento abaixo:

Senhor Chefe do Departamento de História:

Antes do parecer solicitado por V.S, em reunião de 30.6.70, faremos uma síntese da matéria e uma breve “estória” burocrática do processo: a) em ofício de 17/4/70, ao Magnífico Reitor, alega a Escola de Belas Artes, através do seu Vice Diretor em exercício, que o presente Curso de Museologia “foi locado para a área das Ciências Humanas, com estreita vinculação à História”, ficando a aludida escola “privada de referido curso, o qual, já desde 1964, compõe um dos cinco a que nos propusemos (grifo do autor), e que o egrégio Conselho Universitário deu eficácia em sessão do dia 24 de agosto de 1964”; b) em 30/4/70 o processo é encaminhado para a Câmara de Graduação; c) em 4/5/70 o processo é despachado para a Conselheira Zilma Parente de Barros; d) em 11/5/70 a referida Conselheira solicita diligência ao Departamento de História; (grifo do autor) e) em 11/5/70 o processo é remetido para a Escola de Belas Artes; f) em 14/5/70 o Vice Diretor em exercício da referida escola solicita parecer, em caráter urgente, (grifo do autor) e audiência do Departamento I; g) em 03/06/70, o Departamento I da Escola de Belas Artes opina que o Curso de Museologia está “sobretudo vinculado à Arte; à uma confrontação de formas; e uma de nossas disciplinas básicas a História da Arte, entre tantas outras que concorrem para o êxito do Curso de Museologia, funciona plenamente, com a mais elevada seriedade na Escola de Belas Artes”; h) em 4/6/70 o processo retorna à Câmara de Graduação; i) em 8/6/70 é devolvido à Conselheira Zilma Parente de Barros; j) em 10/6/70 a Conselheira volta a pedir o encaminhamento do / processo ao Departamento de História, (grifo do autor) “conforme fora solicitado anteriormente”, e) em 10/6/70 o processo é enviado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; m) em 30/6/70, já no Departamento de História, o processo é despachado para parecer que se segue:

PARECER

O Projeto do Curso e Currículo de Museologia, aprovado em parecer de órgão superior, na Comissão Central de Revisão de currículo, de 07/11/1969, não define ou especifica a que Unidade Universitária deve estar vinculado e supracitado, curso. Esta flexibilidade foi consentida, no nosso entender, devido ao caráter interdisciplinar do curso em pauta, e da exigência de uma formação integrada e humanista para museólogo. Este não será, somente, um coletor, um selecionador, um analisador, um preservador e divulgador dos objetos culturais e por isto mesmo terá que ter uma visão mais abrangente de cultura.

É na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, em especial no Departamento de história, onde podem ser encontradas as disciplinas necessárias para este museólogo. Para comprovar esta nossa assertiva bata uma rápida consulta ao citado parecer de 7/11/69, e nêle serão encontradas diversas disciplinas ministradas no Departamento de História (História da Civilização, - História Ibero-Americana, História do Brasil, Folclore, etc), e outras que fatalmente terão que ser solicitadas a este Departamento, tais como História Militar e Naval do Brasil, Heráldica, Numismática, Sigilografia, etc.

Ainda para mais esclarecimento do assunto o mencionado parecer de 7/11/69 é bastante claro quando diz que o “curso de graduação do qual resultará o grau de Bacharelado em Museologia”, dará habilitação para Museus de Arte, de História, de Ciências e Tecnologia, e Museus escolares polivalentes. Como podemos / observar a própria habilitação não é restritiva ao campo especial das Belas Artes, mas possui um sentido ampliativo para o âmbito próprio da História, para uma abrangência com os objetos da cultura material, da civilização e até um compromisso com os mais avançados técnicos pedagógicos.

Por estas razões somos pela conveniência da vinculação do Curso de Museologia à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, com um Departamento autônomo em estreita cooperação com os Departamentos de História, Antropologia, etc.

É o nosso parecer.

Salvador, 1 de julho de 1970

Prof. Fernando da Rocha Peres

Departamento de História. (PERES, 1970). [grifos do autor].

É notória uma conotação humanista ressaltada nos princípios condutores do currículo do curso de Museologia, pois se entendia a necessidade de formar profissionais com uma visão integral da cultura, aliando uma tendência de cunho idealista que era muito forte naquele momento; apareciam preocupações pragmáticas, como a de contribuir com a preservação do patrimônio.

Para o professor Fernando Peres, as raízes primeiras do curso de Museologia estão calçadas na História, considerando as disciplinas em destaque no Parecer acima citado. Era forte a influência das ciências sociais, conforme pode ser observado no currículo mínimo, a seguir, proposto pelo MEC para formar os que viessem a exercer as funções museológicas nas instituições. Como sinaliza a professora Maria Célia Santos, em relação à Museologia, só havia uma referência na proposta de currículo proporcionada, seria a “[...] Museologia teórica e prática, tipologia, organização administrativa e técnica, legislação relativa aos museus e ao patrimônio cultural, o museólogo [...]” (SANTOS, 2008, p. 180).

3.2 A Criação do Currículo Mínimo do Curso de Museologia da UFBA

Devido ao desenvolvimento das atividades de ensino superior na década de 1960, surgiu a necessidade de se estabelecer critérios para o Poder Público certificar a equivalência entre os vários cursos superiores que estavam sendo criados. Para isso, foi decretada a Lei nº. 4.024/1961, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceu, em seu artigo 66, que o “O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário”.

A preocupação com a pesquisa e a implantação com uma política museológica nacional foram pontos focalizados para ajustar-se à política de desenvolvimento do País, e assim foi criado o currículo mínimo do curso de Museologia, expresso pelo Parecer nº. 971/69 e pela Resolução nº. 14/1970 do Conselho Federal de Educação (CFE). Segue Parecer da Comissão Central de Revisão de Currículos Mínimos dos cursos de Bacharelado em Museologia – Recomenda a aprovação de currículo. MEC – 07 de setembro de 1969 – Separata nº. 33, pág. 132:

CURSO DE MUSEOLOGIA

- Bacharelado

Parecer nº. 971/69, aprovado em 05 de dezembro de 1969

Relator: Cons. José Borges dos Santos

Há no País um patrimônio cultural a preservar e expandir, tarefa que exige instituições especializadas e profissionais altamente qualificadas. [...]

“O museu, como a biblioteca e o arquivo, é o local onde se reúnem, identificam, avaliam, classificam, restauram, conservam e apresentam de modo adequado os produtos mais significativos e duráveis do trabalho dos homens na terra onde vivem e sofrem”.

“O museu é o laboratório e é um teatro”, isto é, o local onde os apaixonados do conhecimento se absorvem na pesquisa e onde comparecem também espectadores. Num país em formação seria preferível, talvez, dizer que o museu será antes de tudo escola, e sua missão é primariamente inspiracional e formadora. Formação do espírito mais sensível, mais humano e solidário.

[...]

“Porque o museu moderno é um instrumento didático do mais alto valor. É esta função que o transforma em um corpo vivo e atuante”. [...]

O museu moderno não é um luxo caro, apesar das despesas que custa. É um valor crescente, um instrumento necessário posto democraticamente à disposição do povo, da escola e dos interesses imediatos e futuros do País.

[...]

A formação de novos museólogos é problema que tem preocupado os atuais dirigentes de museus, tendo sido tema exclusivo do penúltimo congresso do “International Council of Museums”.

“O mínimo que se pode exigir de um candidato a um cargo em (p. 02) um museu é o diploma de curso superior em arte ou em história, e mais o domínio de, pelo menos, duas línguas estrangeiras. [...] (PARECER Nº. 971/69⁴¹ E RESOLUÇÃO Nº. 14/1970, DO CFE – CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO).

De acordo com o Parecer acima, o Brasil tinha um patrimônio cultural para preservar e expandir, com isso precisava de instituições especializadas e profissionais qualificados para exercer tal tarefa. O museu, como lugar de conservação e pesquisa do patrimônio, precisava de uma política, onde a ação educativa era de fundamental instrumento, e precisava estar à disposição do povo. De tal modo, eram necessários profissionais habilitados, com formação de nível superior, com conhecimento em artes, história, tecnologias, ciências e pesquisa para desenvolver as atividades das instituições. [...] A elaboração do currículo consiste numa seleção de elementos da cultura, passíveis (e desejáveis) de serem ensinados/aprendidos na educação escolar (SAVIANI, 1998, p. 26).

Os museus, assim como as bibliotecas e arquivos, eram as instituições que desenvolveriam as atividades de identificar, avaliar, classificar e conservar os objetos de grandes significados realizados pelo homem. O museu teria o papel de formar “espírito mais sensível, mais humano e solidário” sendo um “instrumento didático de alto valor”. (PARECER Nº. 971/69; RESOLUÇÃO Nº. 14/1970, DO CFE – CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO).

Percebendo que a quantidade de museus em funcionamento no Brasil e a faixa de atendimento eram poucas para educação brasileira, foi necessário pensar em uma política museológica nacional. A formação de novos museólogos era a grande preocupação para

⁴¹ No ANEXO B, ao final deste trabalho, pode-se ver o documento completo.

os gestores das instituições, tema que foi discutido no Internacional Council of Museums. Esperava-se que os candidatos ao cargo de museólogos tivessem graduação em Artes ou em História e conhecimentos em no mínimo duas línguas estrangeiras.

Para a formação desses profissionais, foi-se pensado, a princípio, em duas modalidades – uma sugerida pelo curso de Museologia do Museu Histórico Nacional, em que o curso seria feito em três ciclos, cada ciclo daria um certificado e habilitação para o próximo ciclo. A primeira formação seria em Guia de Museu, a segunda em Auxiliar Técnico de Museu – artístico, histórico e científico, e o terceiro ciclo certificaria o diploma de museólogo com habilitação em um dos três setores – arte história, ciência ou tecnologia. A outra modalidade teria um regime de seriação, determinada pela própria instituição de ensino.

Para o currículo mínimo do curso de Museologia, poderiam ser adotadas as seguintes disciplinas:

1. MUSEOLOGIA – Teoria e Prática, tipologia, organização administrativa e técnica, legislação relativa aos museus e ao patrimônio cultural, o museólogo; e História dos Museus: origens e evolução. Matérias correlatas: Arquitetura e Museus;
2. HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO – Disciplinas correlatas: Arqueologia e Etnografia, Heráldica, Numismática, Sigilografia, Filatelia;
3. HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA E IBERO-AMERICANA – Disciplina correlata: Folclore;
4. HISTÓRIA DO BRASIL – Disciplinas correlatas: Etnografia e Arqueologia Brasileiras, História Militar e Naval do Brasil, inclusive armaria, fardamento, fortificação e bandeiras;
5. ESTÉTICA;
6. HISTÓRIA DA ARTE – Disciplinas correlatas: Análise Crítica da Arte, Artes Menores (Cerâmica, Prataria, Joalheria, Indumentária, Mobiliário, etc), Arte Sacra;
7. ARTE NO BRASIL – Disciplinas correlatas: História da Arte Brasileira, Cosmologia Brasileira, Arquitetura Brasileira, Artes Menores no Brasil, Arte Sacra Brasileira, Artes Gráficas do Brasil, etc.;
8. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA CIÊNCIA – Disciplinas correlatas: História da Ciência, Paleontologia, Antropologia, Botânica e Zoologia Taxonômicas, Ecologia, Geologia, Geografia, e outras afins;

9. MUSEOGRAFIA – (Problemas de circuito, mostruários, depósitos, catalogação, iluminação, etiquetagem e outras técnicas museológicas). A disposição, o funcionamento e a seleção na valorização dos museus;
10. METODOLOGIA DA PESQUISA;
11. TÉCNICAS E PROCESSOS ARTÍSTICOS (técnica da pintura, das artes gráficas, de conservação e restauração, etc.);
12. COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA (relacionamento entre o museu e a comunidade, especialmente com a escola, museu-didático, orientação de visitas, etc.);
13. ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES (visitas, viagens, estágios, excursões, etc.).

Conforme o Parecer nº. 971/69, determinadas as disciplinas do tronco comum, poderiam ser ampliadas e concluído no currículo integral de cada instituição, o que mostra flexibilidade nas disciplinas da parte diversificada, que dão ao currículo mínimo a maior flexibilidade possível. (PARECER Nº. 971/69; RESOLUÇÃO Nº. 14/1970 DO CFE – CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO).

A fim de padronizar os cursos de graduação, o Estado adotou o critério de exigir os mesmos conteúdos em cursos equivalentes, compondo uma relação de disciplinas obrigatórias, criando o currículo mínimo a ser cumprido por todos os estudantes, em uma carga horária de duração mínima do curso, conforme o artigo 70, a ser estabelecido pelo Conselho Federal de Educação. O CFE determinava os currículos mínimos de cada curso superior com a relação das disciplinas a serem realizadas, com a duração em horas-aula e anos estipulados, com abertura para as instituições poderem incluir as disciplinas complementares.

A Resolução nº.14/MEC, de 27 de fevereiro de 1970, fixa os conteúdos mínimos e duração do curso de Museologia de no mínimo de três anos e no máximo de cinco, tendo em vista a conclusão do Parecer nº. 971/69 atribuída a formação do profissional museólogo e suas habilitações. Segue Resolução nº. 14, de 27 de fevereiro de 1970:

- Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Museologia. O Conselho Federal de Educação, na forma de que dispõe o art. 26 da Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968, e tendo em vista as conclusões do Parecer, nº. 971/69, que a este se incorporou, homologado pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura, em 25 de fevereiro de 1970, resolve: Art. 1º - A formação do Museólogo se fará

em curso de graduação do qual resultará o grau de Bacharel em Museologia, com menção de uma das seguintes habilitações:

Habilitação para Museus de Arte

Habilitação para Museus de História

Habilitação para Museus de Ciências e Tecnologia

Habilitação para Museus Escolares Polivalentes

Art. 2º - O currículo mínimo do Curso de Museologia compreenderá um tronco comum a todas as modalidades e uma parte diversificada que relacionará as matérias correspondentes a cada habilitação.

Art. 3º - O curso de Museologia terá a duração mínima de 2.700 horas e serão ministradas no mínimo em três e no máximo em cinco anos letivos.

O estudo das matérias que integram o tronco comum deverá (p.06) ocupar entre 40 a 60 horas por curso, duração total do Curso.

Art. 4º - O tronco comum abrangerá, pelo menos, as seguintes matérias, organizadas em disciplinas de acordo com os planos de cada instituição de ensino.

Estética

História da Civilização, com ênfase na História Luso-Brasileira

Elementos de Antropologia

Museologia Teórica e Prática, incluindo: Conceituação e Evolução dos Museus

Técnicas de Conservação, Restauração e Exposição

O Museu e a Comunidade

Art. 5º - as disciplinas da parte diversificada, pertinentes às habilitações mencionadas no art. 1º, serão escolhidas pelo aluno dentro das indicadas no currículo pleno do Curso, nos termos do Regimento a ser aprovado pelo Conselho de Educação competente ou pela universidade.

§ 1º - Os créditos escolares correspondentes à parte diversificada poderão ser obtidos no mesmo estabelecimento onde se lecionam as disciplinas do tronco comum, ou em outra escola de nível superior reconhecida.

§ 2º - Ao apreciar os pedidos da autorização e reconhecimento de cursos de Museologia, o órgão competente deverá:

- a) aprovar o currículo pleno do qual constam as matérias da parte diversificada que poderão ser lecionadas no curso em apreço;
- b) examinar os convênios porventura existentes com outras instituições nas quais se lecionarão disciplinas da parte diversificada ou se farão os estágios a que este se refere (p.07) o § 1º deste artigo;
- c) fazer atender a verificação das condições de funcionamento que precede os atos de autorização e reconhecimento, as instituições a que se refere a alínea anterior.

§ 3º - O Colegiado responsável pela organização didática do curso de Museologia poderá ainda acoitar para os efeitos deste artigo créditos escolares mediante estudos pertinentes, realizados anteriormente pelo aluno em escola superior reconhecida.

Art. 6º - O curso deverá dispor de laboratório de classificação, atelier de conservação e restauração, laboratório de análise, pesquisa, sala de projeções e o respectivo equipamento.

Art. 7º - Haverá estágio obrigatório em museu ou instituição especializada, durante período proporcional à duração do Curso nos termos do Regimento a ser aprovado pelo Conselho de Educação ou pelos Conselhos Estaduais ou Conselho Universitário competente.

José Barreto Filho – Presidente. (RESOLUÇÃO Nº.14/MEC, 27 fev. 1970).

O currículo mínimo proposto para a formação do museólogo é de graduação, para formação de Bacharel em Museologia com habilitações para Museus de Arte, Museus de História, Museus de Ciências e Tecnologia e Museus Escolares Polivalentes. Com duração mínima de 2.700 horas, três anos no mínimo e máximo de cinco anos. As disciplinas são organizadas de acordo com a instituição e conforme a Resolução de inclusão das seguintes – Estética, História da Civilização, Elementos de Antropologia, Museologia Teórica e Prática; Conservação, Restauração e Exposição, além do Museu e a Comunidade. O curso deveria possuir laboratório de conservação, restauro e de pesquisa, bem como o estágio obrigatório em instituição especializada, com carga horária proporcional ao período do curso.

Os currículos são uma forma especializada de conhecimento e que podemos desenvolvê-los de uma melhor forma para “[...] ampliar as oportunidades de aprendizado” (YOUNG, 2014, p. 197). Na ocasião que iniciava o curso de Museologia, o conhecimento especializado para a formação do profissional museólogo foi desenvolvida pelas disciplinas práticas, como estabelecido no parecer do currículo mínimo para formação do museólogo. O currículo ofertado oferecia disciplinas de formação, com conteúdos humanísticos gerais e outros designadamente ligados aos procedimentos técnicos e científicos, e tinha uma duração mínima de 3 (três) anos e no máximo 5 (cinco) anos letivos.

Na Resolução nº. 14, de 27 de fevereiro de 1970, os conteúdos mínimos para o ensino da Museologia no Brasil, podemos encontrar manifestações de conquistas importantes para o seu aprimoramento, por meio da construção de um modelo de ensino da Museologia que conjuga a formação humanista, reflexiva e crítica com a formação profissionalizante e prática, superando o modelo ultrapassado do profissional tecnicista, que vigorou nas décadas anteriores. A Resolução nº. 14/MEC, de 27 de fevereiro de 1970, encontra respaldo no Parecer nº. 971/69, atribuído à formação do profissional museólogo e suas habilitações. Desse modo, tal currículo implanta o procedimento, num instrumento legal, o controle dessa perspectiva em seus conteúdos e a desorientação teórica e política na formação acadêmico-profissional.

A partir da aproximação com a formação humanista, visa-se à formação integral do homem e do cidadão e que a influência profissional não está solta e dissociada da realidade social; contrariamente, é só a partir da leitura crítica dessa realidade que o profissional terá condições de desenvolver qualquer procedimento.

Observa-se como esse aspecto se demonstrou nas disciplinas e nos conteúdos no currículo do curso de Museologia da UFBA de 1970.

3.3 O Currículo do Curso de Museologia da Bahia (1970)

O **PROFISSIONAL** – Ao Museólogo compete estudar, ampliar conservar e expor, de maneira didática, em um Museu coleções de objetos artísticos ou de valor artístico, histórico ou científico e outras peças de interesse; planejar e organizara aquisição, classificação, catalogação e exposição de objetos de arte e outras peças de museus; procurar difundir a cultura e atrair os visitantes, assinalando-lhes o valor educativo e outros méritos da coleção; organizar o intercâmbio de peças de exposição de informações com outros museus e se encarregar de alugar ou pedir emprestadas peças que se acham em poder de proprietários privados; colaborar com os investigadores, colocando à sua disposição material que não se exhibe ao público; estudar novos métodos e procedimentos de preparação e exposição dos objetos e peças. Pode realizar investigações temas pertinentes ao Museu.

BASES LEGAIS – Parecer nº. 961/69 e Resolução nº. 14 de 27 de fevereiro de 1970, do C.F.E.

Tabela 2 - Área III: Museologia – Elenco de Disciplinas Habilitação: Museus de Arte

DISCIPLINAS NUCLEARES (NU)	DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS
FCH 001 – Introdução à Filosofia (CO)	TRONCO COMUM
FCH 007 – Introdução à Sociologia (CO)	ADM 001 – Introdução à Administração
DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO (CM)	ARQ 009 – Introdução à Arquitetura
EBA 001 – História da Arte I	EBA 009 – História da Arte Contemporânea
EBA 002 – História da Arte II	EBA 130 – Técnicas de Processos Artísticos
EBA 010 – História da Arte Brasileira	EBA 131 – Curso Monográfico Sobre a Formação Étnica da Arte Baiana
EBA 121 – Conservação e Restauração da Obra de Arte	EBC 122 – Fundamentos Científicos da Comunicação
EDF 001 – Educação Física I	FCH 129 – Folclore
EDF 002 – Educação Física II	FCH 162 – Psicologia das Relações Humanas
EDF 003 – Educação Física III	FCH 179 – Cultura Baiana
FCH 002 – Estética I	FCH 264 – História das Religiões I-A
FCH 124 – Antropologia I	ESPECIFICAS
FCH 125 – Antropologia II	ART 196 – Indumentária I
FCH 126 – História da Economia, Política, Social, Geral e do Brasil I	ART 197 – Indumentária II
FCH 127 – História da Economia, Política, Social, Geral e do Brasil II	EBA 123 – Cerâmica

FCH 177 – História da Cultura	FCH 180 – Estética II
FCH 187 – História da Civilização Brasileira	DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS (OP)
FCH 195 – Etnologia Geral e do Brasil	TRONCO COMUM Pré-requisitos:
FCH 222 – Técnica de Museu I	ART 198 – Indumentária III ART 197
FCH 223 – Técnica de Museu II	LET 011 – Francês Básico I
FCH 254 – Estudo de Problemas Brasileiros I	LET 023 – Inglês Básico I
FCH 255 – Estudo de Problemas Brasileiros II	LET 024 – Inglês Básico II LET 023
FCH 260 – Técnica de Museu I-A	LET 033 – Francês Básico II LET 011
FCH 261 – Técnica de Museu I-B	ESPECÍFICAS
FCH 262 – Estágio Supervisionado	FCH 128 - Cultura Brasileira
FCH 263 – História de Portugal I-A	FCH 188 – História da Civilização Americana
DISCIPLINAS ELETIVAS (EL)	FCH 197 – História da África

Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

Tabela 3 - Área III: Museologia – Elenco de Disciplinas Habilitação: Museus de História

DISCIPLINAS NUCLEARES (NU)	DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS
FCH 001 – Introdução à Filosofia (CO)	TRONCO COMUM
FCH 007 – Introdução à Sociologia (CO)	ADM 001 – Introdução à Administração
DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO (CM)	ARQ 009 – Introdução à Arquitetura
EBA 001 – História da Arte I	EBA 009 – História da Arte Contemporânea
EBA 002 – História da Arte II	EBA 130 – Técnicas de Processos Artísticos
EBA 010 – História da Arte Brasileira	EBA 131 – Curso Monográfico Sobre a Formação Étnica da Arte Baiana
EBA 121 – Conservação e Restauração da Obra de Arte	EBC 122 – Fundamentos Científicos da Comunicação
EDF 001 – Educação Física I	FCH 129 – Folclore
EDF 002 – Educação Física II	FCH 162 – Psicologia das Relações Humanas
EDF 003 – Educação Física III	FCH 179 – Cultura Baiana
FCH 002 – Estética I	FCH 264 – História das Religiões I- A
FCH 124 – Antropologia I	ESPECÍFICAS
FCH 125 – Antropologia II	FCH 128 - Cultura Brasileira
FCH 126 – História da Economia, Política, Social, Geral e do Brasil I	FCH 188 – História da Civilização Americana
FCH 127 – História da Economia, Política, Social, Geral e do Brasil II	FCH 197 – História da África
FCH 177 – História da Cultura	FCH 246 – Introdução ao Estudos Histórico
FCH 187 – História da Civilização Brasileira	DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS (OP)

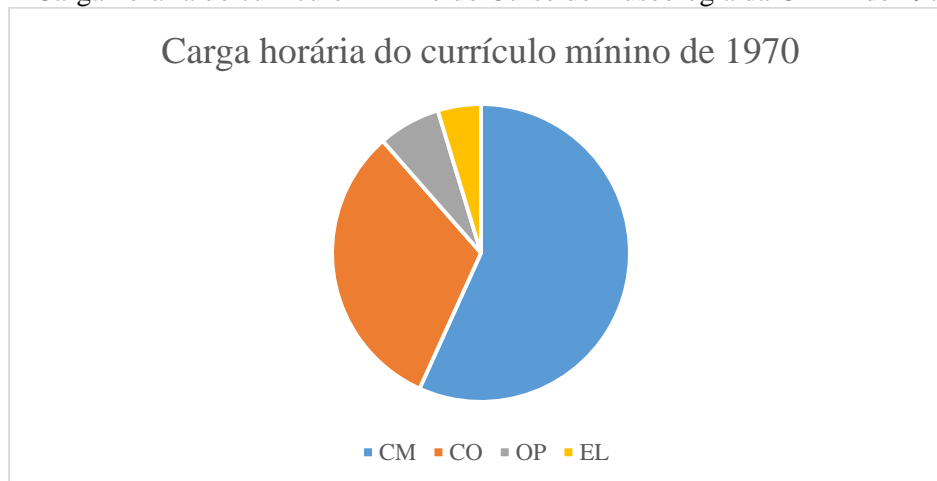
FCH 195 – Etnologia Geral e do Brasil	TRONCO COMUM Pré-requisitos:
FCH 222 – Técnica de Museu I	ART 198 – Indumentária III ART 197
FCH 223 – Técnica de Museu II	LET 011 – Francês Básico I
FCH 254 – Estudo de Problemas Brasileiros I	LET 023 – Inglês Básico I
FCH 255 – Estudo de Problemas Brasileiros II	LET 024 – Inglês Básico II LET 023
FCH 260 – Técnica de Museu I-A	LET 033 – Francês Básico II LET 011
FCH 261 – Técnica de Museu I-B	ESPECÍFICAS
FCH 262 – Estágio Supervisionado	ART 196 – Indumentária I
FCH 263 – História de Portugal I-A	ART 197 – Indumentária II
DISCIPLINAS ELETIVAS (EL)	FCH 180 – Estética II

Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

O currículo do curso de museologia da UFBA de 1970 é composto por disciplinas distribuídas por tipos – CM, NU, EL, CO, OP e específicas. As disciplinas do CM são imprescindíveis de serem cursadas para formação do bacharel em Museologia, pois ofereciam formação prática profissionalizante, geral, humanística, crítica e especializada. Apresentava disciplinas que tinham a finalidade de fornecer ao estudante uma formação prática com as disciplinas – Técnicas de Museus, Estudo dos Problemas Brasileiros e Estágio Supervisionado. De base humanística e de capacitação crítica com os conteúdos essenciais da Antropologia, História, Filosofia, Economia, Política, Cultura, Religião, Etnologia, Psicologia e Sociologia. A formação especializada os estudantes encontravam nas disciplinas oferecidas em Artes e História. As disciplinas OP proporcionavam o conhecimento em línguas estrangeiras e arte.

A partir das disciplinas dentro de suas respectivas categorias, realizou-se a somatória dos créditos de todas as disciplinas por categoria. Posteriormente, a partir desses dados, foram elaborados gráficos que apresentam a porcentagem da carga horária que cada categoria representava na carga horária total da grade curricular do curso.

O Gráfico 1 ilustra a carga horária total do currículo mínimo do Curso de museologia da UFBA, que entrou em vigor em 1970, com o total de 2.880h, no período de mínimo de 3 (três) e o máximo de 5 (cinco) anos para conclusão do curso.

Gráfico 1 - Carga horária do currículo mínimo do Curso de museologia da UFBA de 1970⁴²

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Em relação os percentuais gerais da carga horária do currículo de 1970, o gráfico aponta que as disciplinas do Currículo Mínimo (CM) possui a maior carga horária, com um percentual de 57%, totalizando – 1.635h, as disciplinas Complementares Obrigatórias (CO) 32% com 915h, as disciplinas Complementares Optativas (OP) 7% com 195h e as disciplinas Eletivas (EL) 5% com 135h, número mínimo de crédito que precisava cumprir para conclusão do curso.

O currículo combinava a formação geral, humanística, crítica reflexiva com a formação profissionalizante e prática prevista no Parecer nº. 961/69, que tinha como objetivo formar profissionais museólogos – habilitados em Museu de Arte e/ou História, capacitados para atuar na organização, na conservação e expor de maneira didática, nos museus, as coleções e objetos de valor artístico, histórico e científico.

As disciplinas ofertadas pela Escola de Belas Artes ofereciam aos estudantes a possibilidade de conhecer e reconhecer os fenômenos artísticos – da Pré-História à Arte Contemporânea, desenvolvendo a análise crítica e interpretativa das obras de artes, dispondo de uma formação geral na história das artes, proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício de embasamentos conceituais e metodológicos para a formação profissional. As disciplinas História da Arte I (EBA001), História da Arte II (EBA002) e História da Arte III (EBA003) apresentavam os fenômenos artísticos da Pré-História ao final da Idade Média, relacionando-se com os

⁴² Fonte: Dados retirados a partir da análise das matrizes curriculares do curso Museologia da UFBA no ano de 1974. Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

aspectos históricos, sociais, religiosos e filosóficos; o período compreendido entre o Renascimento e o Pós-Impressionismo inserido numa realidade histórica mais ampla; conceitos básicos para a apreensão dos elementos artísticos do contexto cultural dos diferentes momentos históricos; visão geral da Pré-História ao Renascimento, com ênfase nos períodos moderno e contemporâneo, respectivamente.

A disciplina História da Arte Contemporânea (EBA 181) tinha como objetivo desenvolver o espírito crítico, possibilitando analisar a obra de arte em função do contexto histórico-social em que foi realizada do período Pós-Impressionista às tendências contemporâneas. História da Arte Brasileira (EBA010) objetivava a análise crítica e interpretativa da obra de arte brasileira e as motivações no processo de transferência e projeção dos movimentos artísticos europeus e sua adaptação no Brasil, e o estudo de arte indígena e africana e sua contribuição.

O desenvolvimento da capacidade de análise da arte baiana, com base na pesquisa de campo e de documentação, em suma, era do Curso Monográfico (EBA131). Na disciplina EBA138 – Teoria da Percepção Visual, era analisada a percepção como processo cognitivo básico e sua importância nas áreas cognitivo-motora e efetivo-emocional. As disciplinas EBA121, EBA132 e EBA148 – Conservação e Restauração da Obra de Arte tinham como fundamentos básicos os princípios da conservação, despertando maior consciência sobre a preservação do Patrimônio; o processo de degradação provocado pelos agentes físicos, químicos e biológicos; materiais e técnicas de restauração: imunização consolidação do suporte, fixação da policromia e reintegração cromática; dar uma visão crítica e analítica das obras de arte elaboradas sobre papel, conhecimento das técnicas e materiais, justificando, assim, as propostas de tratamento e o diagnóstico do estado de conservação para uma intervenção criteriosa.

O currículo apresentava a necessidade do estudo da História, Antropologia e Filosofia, que forneciam ao estudante a compreensão abrangente da História, da Antropologia e da Filosofia com a capacidade de compreender a contribuição de diversas disciplinas do campo científico, das humanidades na análise das múltiplas dimensões desse campo. O conteúdo do programa do Departamento de História, Antropologia e Filosofia era voltado para definições de conceitos, análise da evolução histórica, político e social geral e do Brasil, além de análise das diversas culturas e sociedades estudadas.

As disciplinas Hist. Eco. Pol. Soc. Ger. e do Brasil I e II envolviam o estudo do período da História Geral e do Brasil entre o século XIV e início do século XX, e o processo histórico em curso no século XX, buscando uma visão de totalidade das

sociedades humanas; História da Civilização Brasileira (FCH187) transmitia a compreensão dos elementos culturais, sociais, políticos e econômicos que participaram da formação da civilização brasileira. História da África (FCH197) dava uma visão geral das estruturas sociais, políticas e econômicas e culturais da África Pré-Colonial; e Introdução aos Estudos Históricos (FCH246) estudava os conceitos essenciais ao trabalho do estudioso da historiografia, da antiguidade à contemporaneidade.

História de Portugal (FCH263) analisava a evolução política, econômica, social e cultural de Portugal, desde sua origem até o final do século XIX; História das Religiões (FCH264) proporcionava uma abordagem histórica dos grandes sistemas religiosos, em suas origens, como integrantes da trajetória humana; História da Cultura (FCH177) introduzia os conceitos básicos sobre cultura e descrevia o processo de evolução cultural do homem sob o ponto de vista historiográfico; já História da Civilização Americana (FCH188) estudava as formas sociais latino-americanas e analisava o processo de independência, de formação do Estado Nacional e da presença do Imperialismo norte-americano na América.

De acordo com o programa da disciplina História da Cultura I, ministrada pela professora Selma Fraga, disciplina de 1º semestre com carga horária de 15h semanais, organizada em três aulas, tinha como objetivo estudar a evolução cultural da humanidade, que iniciava com as origens do homem e da cultura da pré-história ao mundo bizantino, como pode ser observado no Plano de Curso da disciplina – História da Cultura I⁴³ para o Curso de Museologia – 1970:

- I – As origens
 - a) A origem do homem
 - b) As origens da cultura
- II – Pré-História
 - a) Paleolítico
 - b) Neolítico
 - c) Sociedade, Economia, Crenças
- III – As primeiras culturas orientais
 - a) O núcleo sírio-mesopotâmico
 - b) História
 - c) O mundo cultural: organização social e política, econômica, crenças, arte, direito, ciência.
- IV – Cultura do Vale do Nilo
 - a) História do Egito

⁴³ Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

- b) O mundo cultural: organização social e política, econômica, crenças, arte, direito, ciência.
 - V – Cultura do Oriente
 - a) A Índia – o mundo cultural: organ. social e pol., economia, crenças, etc.
 - b) A China – o mundo cultural: organ. social e pol., economia, crenças, etc.
 - VI – O mundo helênico e sua função cultural
 - a) História da Grécia
 - b) A ciência e o pensamento
 - c) Instituições
 - d) A arte
 - e) A economia
 - VII – Cultura Romana
 - a) História de Roma
 - b) As instituições político-sociais e o direito romano
 - c) Economia, religião, arte e filosofia romana
 - d) A expansão romana.
 - VIII – A cultura europeia cristã
 - a) A tradição romana
 - b) Os bárbaros
 - c) A herança cristã
 - d) A Igreja, as ordens religiosas
 - e) O Feudalismo, a organização social
 - f) As universidades (o pensamento medieval, filosofia, literatura)
 - g) A arte medieval
 - h) A Península Ibérica, o fenômeno Mozárabe
 - IX – O mundo Bizantino
 - a) História o Egito
 - b) O mundo cultural: organização social e política, econômica, arte, etc.
- Bibliografia:
- Laviosa, Pia – Origen y Difusion de la Civilizacion
 - Smith, Kaj Birket – História da Cultura
 - Gaibrois, Manuel Gallesteros – História de la Cultura
 - Oxford University – El Legado de la India
 - El Legado de Itália
 - El Legado de Egito
 - Soden, Hans – Los origenes del Cristianismo
 - Chielde, Vere Gordon – A evolução cultural do homem
 - Crouzet, ma urice – História geral das Civilizações.

A disciplina FCH128 – Cultura Brasileira introduzia os conceitos básicos sobre cultura e dava uma visão da realidade cultural brasileira, sob o ponto de vista histográfico, desde a sua formação até o presente, com uma interpretação de conjunto em cada época ou período; já FCH179 – Cultura Baiana oferecia uma visão de conjunto da cultura baiana em suas diversas dimensões, com ênfase na cultura popular.

Das disciplinas ofertadas pelo Departamento de Filosofia para o Curso de Museologia, FCH124 – Antropologia I tinha uma breve apresentação dos seus principais

conceitos teóricos e metodológicos básicos da Antropologia Sociocultural. A Antropologia como Ciência, suas subdivisões; FCH308 – Antropologia do Folclore trazia a discussão do campo delimitado pelos chamados estudos folclóricos à luz da Teoria Antropológica; FCH309 – Antropologia do Negro no Brasil analisava a questão racial subjacentes à produção científica sobre o negro; exame dos estudos afro-brasileiros no âmbito das Ciências Sociais no Brasil desde os estudos pioneiros de Nina Rodrigues até as análises socioantropológicas das últimas décadas; FCH315 – Antropologia das sociedades Indígenas oferecia uma ampla reflexão sobre o chamado “índio brasileiro”, complexidade e variedade das culturas indígenas que se situam dentro do território brasileiro, e FCH317 – Etnologia do Brasil tinha como objetivo a análise da Cultura Brasileira sob a ótica da formação da sociedade nacional, utilizando os recortes das heranças europeias e africanas, além das contribuições indígenas e de emigrantes.

Havia também disciplinas ofertadas pelo Departamento de Filosofia para o Curso de Museologia, como formação a Introdução à Filosofia (FCH001) que visava esclarecer sobre o tema – o processo do filosofar, problema e sistemas e as relações da Filosofia com a Ciência. A outra disciplina oferecida era Metodologia do Trabalho Científico (FCH339), que tinha como finalidade o conhecimento como prática. O conhecimento científico, o filosófico e o senso comum. O limite entre Ciência e Filosofia. O problema como ponto de partida do conhecimento. Problema, hipótese e a lógica da pesquisa.

Podemos notar que as disciplinas estudadas nos primeiros anos do curso mantiveram uma identidade como o projeto do curso, definindo a perspectiva do currículo de Museologia aprovado em 1969. Percebe-se a abrangência da profissão vinculada a referências da arte e história, bem como a necessidade de aprender os elementos da antropologia e estética. Vemos, nessa direção, o ensino de disciplinas como História da Arte I e II e Brasileira, História da Arte Contemporânea, Técnicas de Processos Artísticos, Antropologia I e II, Estética I e II, entre outras.

Desse modo, tinha-se uma formação que procurava dar bases teóricas para o profissional, a fim de capacitá-lo a atuar nos museus de arte e história, com um sentido abrangente, segundo o Parecer do Departamento de História/Prof. Fernando da Rocha Peres, aos “objetos da cultura material, da civilização e até um compromisso com mais avançados técnicos pedagógicos” (1970, p. 3).

Não é por acaso, também, o apontamento de disciplinas ligadas a História Luso-Brasileira e História da Civilização. É importante lembrar que a origem do curso está vinculada a uma estratégia do Estado para estabelecer o museu como instrumento

didático, “instrumento necessário posto democraticamente à disposição do povo, da escola e dos interesses imediatos e futuros do País” (Parecer nº. 971/69). O conteúdo ministrado contemplava a realidade da instituição, que refletia os conceitos e a filosofia institucional determinada pelo contexto histórico, que atingiu diretamente na formação e na atuação do profissional museólogo.

As disciplinas práticas – FCH 221 – Técnica de Museu I, FCH 222 – Técnica de Museu II e FCH 223 – Técnica de Museu III tinham os conteúdos do programa voltados para os conhecimentos técnicos de exposição – montagem, apresentação, arquitetura e equipamentos, como também documentação e gestão dos museus, que proporcionava o conhecimento prático profissionalizante do Bacharel em Museologia.

Plano de Curso da disciplina FCH 221⁴⁴ – Técnica de Museu I do Curso de Museologia (1970) estudava - Arquitetura, instalação, equipamento, apresentação e exposição com a seguinte ementa:

1 ARQUITETURA, INSTALAÇÃO, EQUIPAMENTO

1.1 Arquitetura e função específica do museu.

1.1.1 Criação do espaço arquitetônico.

1.1.1.1 O espaço “ideal”

1.1.1.2 O espaço e as considerações particulares

1.2 Arquitetura e a conceituação do museu e sua decorrência.

1.3 História das edificações dos museus.

1.3.1 do colecionismo e suas implicações.

1.3.1.1 A galeria.

1.3.1.2 O gabinete.

1.3.1.3 A coleção privada; finalidades (sec. XVI, XVII) públicas.

1.4 Projeto (em função do programa do museu), localização, organização especial e “design” interior.

1.4.1 Problemas particulares relativos a construção.

1.4.1.1 Construção e equipamento em função a categoria do museu.

1.4.1.2 Construção e equipamento em função do clima.

1.4.1.3 Adaptação e equipamento dos edifícios antigos (históricos e não históricos).

1.4.2 Climatização.

1.4.3 Iluminação.

1.4.4 Segurança.

1.4.5 Circulações (visitantes, coleções, pessoal).

Disposição do mobiliário dos diferentes serviços (adequação a respectivas funções).

2 PROBLEMAS DE APRESENTAÇÃO: A EXPOSIÇÃO, SUA INFLUÊNCIA E PROPOSITOS

2.1 Teoria geral da comunicação e princípios gerais da apresentação.

⁴⁴ Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

- 2.1.1 Tipos de apresentação; definição dos principais métodos, diferentes sistemas de divisão de coleções.
 - 2.1.1.1 Exposição de caráter ecológico, ou sistemático.
 - 2.1.1.2 Exposição temática ou sistemática integral.
 - 2.1.1.3 Apresentação geográfica ou cronológica e histórica.
 - 2.1.1.4 Apresentação científica ou pedagógica.
 - 2.1.1.5 Apresentação comparativa.
 - 2.1.1.6 Ambiente neutro e a reconstrução ou evocação.
- 2.2 Programação geral de exposição.
 - 2.2.1 Seleção e adequação do material expositivo.
- 2.3 Preparação e plano.
 - 2.3.1 Funções do pessoal.
 - 2.3.2 Departamentos utilizados.
- 2.4 Plano de realização, definição do projeto; estabelecimento de uma maquete.
 - 2.4.2 O acesso.
 - 2.4.3 considerações especiais: condições pré-existentes.
 - 2.4.4 Princípios de flexibilidade da instalação: divisão de espaço, implantação de luz artificial, proteção das obras expostas.

3 PROBLEMAS DE EXPOSIÇÃO: MONTAGEM

- 3.1 Princípios técnicos e equipamentos de base.
 - 3.1.1 Princípios e métodos de instalação e apresentação relativos ao conteúdo e liberdade do público.
 - 3.1.1.1 Tratamento do espaço.
 - 3.1.1.2 Sequência.
 - 3.1.1.3 Valorização pela iluminação.
 - 3.1.1.4 Valorização pela cor.
 - 3.1.1.5 Utilização do movimento.
 - 3.1.1.6 Utilização do odor.
 - 3.1.1.7 Adequação do material em função da natureza das coleções.
 - 3.1.1.8 Apresentação adaptada a categoria dos visitantes.
 - 3.1.2 Equipamento, mobiliário e objetos utilizados.
 - 3.1.2.1 Vitrines; categorias.
 - 3.1.2.2 Apresentação livre.
 - 3.1.2.3 Plataformas, base, etc.
 - 3.1.2.4 Painéis
 - 3.1.2.5 Instrumentação (suportes, colas, etc).
- 3.2 Tipos diferentes de exposição.
 - 3.2.1 Exposição permanentes.
 - 3.2.1.1 Exposição permanente pública e as coleções.
 - 3.2.1.2 Controle permanente.
 - 3.2.1.3 Participação do público e atividades educativas e mais particularmente científicas.
 - 3.2.2 Exposições temporárias: função e organização.
 - 3.2.2.1 No museu.
 - 3.2.2.2 No exterior.
 - 3.2.2.3 Categoria prevista de visitantes.
 - 3.2.2.4 Acessibilidade e duração.
 - 3.2.2.5 Proteção.
 - 3.2.2.6 Atividades educativas.
 - 3.2.2.7 Documentação das atividades.
 - 3.2.3 Exposições circulantes e itinerantes.
 - 3.2.3.1 Itinerário e duração.
 - 3.2.3.2 Manutenção, embalagem, expedição, transporte e seguro.

- 3.2.3.4 Métodos e material de documentação e informação.
- 3.2.3.5 Locais de exposições didáticas, fora do museu.

4 APRESENTAÇÃO

- 4.1 Meios gráficos.
 - 4.1.1 Etiquetas, adequações (localizações e materiais).
 - 4.1.2 Métodos de interpretação e informação.
- 4.2 Meios áudio-visuais.
 - 4.2.1 Processo.
 - 4.2.2 Monitorias individuais.
- 4.3 Problemas particulares de interpretação

5 PROBLEMAS DE FUNCIONAMENTO, PUBLICIDADE E AVALIAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES

- 5.1 Problemas relativos ao público
- 5.2 Problemas relativos a conservação do objeto.

6 APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO DE ESTUDOS

- 6.1 Princípios gerais, e sua utilização.
- 6.2 Acessibilidade e instalação material.
- 6.3 Método de apresentação.
- 6.4 Método de documentação e informação.

7 PROBLEMAS DE ARMAZENAGEM E CONSERVAÇÃO

- 7.1 Adequação de localização
- 7.2 Sinalização e fichários correspondentes
- 7.3 Medidas gerais de proteção

8 SEGURANÇA

9 CONSERVAÇÃO PERMANENTE

Em FCH 223⁴⁵ – Técnica de Museu III do Curso de Museologia (1970) o Plano de Curso da disciplina era constituído de Introdução a museologia; organização, gestão administração dos museus.

1 – INTRODUÇÃO A MUSEOLOGIA: HISTÓRIA E FUNÇÕES DOS MUSEUS

- 1.2 História geral dos museus e das coleções
 - 1.2.1 História nacional dos museus e das coleções
- 1.3 Função atual do museu
 - 1.3.1 Ética profissional, patrimônio
 - 1.3.2 Atividade de pesquisa
- 1.4 O público e as necessidades locais
 - 1.4.1 Programação geral
- 1.5 Categorias de museu e as tendências atuais
- 1.6 Principais tipos existentes de legislação relativa aos museus
- 1.7 Organizações auxiliares dos museus
 - 1.71 Plano nacional

⁴⁵ Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

1.72 Plano internacional

2 – ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS MUSEUS

2.1 Estatuto e organização administrativa

2.1.1 Organismo administrativo superior ao museu

2.1.2 Conselho administrativo

2.2 Problemas de gestão

2.2.1 Programação

2.2.2 Organização de serviços e departamentos

2.2.3 Coleções: considerações gerais e políticas sobre aquisições

2.2.4 problemas de seguro

2.3 Recursos financeiros dos museus

2.3.1 Sistema de financiamento

2.3.1.1 Despesas regulares

2.3.1.2 Subvenções

2.3.1.3 Dons e legados

2.3.1.4 Associações e membros dos museus

2.3.1.5 Campanha de angariamento de fundos

2.3.1.6 Direitos e obrigações na participação das atividades museológicas

2.3.1.7 Outros recursos

2.3.2 Estimação e divisão das despesas

2.3.2.1 Sistema de controle

2.4 O pessoal: escolha e atribuições

2.4.1 Pessoal temporário não efetivos; estagiantes, etc.

2.5 Problemas de manutenção

2.6 problemas gerais de vigilância e segurança, etc.

2.7 Relações públicas

2.8 Avaliação de cumprimento da programação: estatística

Pode-se compreender que, através das ementas das três disciplinas (Técnica de Museus I, II e III), mantém-se a mesma direção amparada com o conceito de museu e museologia do período, onde o museu era considerado “[...] um local onde se reúnem, avaliam, classificam, restauram, conservam, pesquisam e expõem os acervos [...]” que devem exercer uma função educativa, de estímulo ao turismo e de valorização da cultura regional, sendo considerados como fonte de renda. E a museologia se referenciava em prática, tipologia, organização administrativa e técnica, legislação relativa aos museus e ao patrimônio cultural (SANTOS, 2008, p. 189). Fica evidente a vinculação da proposta curricular na busca da preparação profissional do museólogo, focando no fazer, numa formação pragmática que dê respostas às demandas das instituições a partir de uma competência operacional, com a valorização das técnicas e dos instrumentos.

3.4 Primeira Turma do Curso de Museologia da UFBA

Apesar de o curso de Museologia ter sido criado em 1969, seu efetivo funcionamento ocorreu somente após a convocação dos estudantes, no ano de 1971, da primeira turma do curso de Museologia. Maria Célia se tornaria uma das primeiras diplomadas pelo curso, logo depois professora e mais tarde coordenadora do Colegiado de Museologia.

A admissão da primeira turma no curso de Museologia da UFBA deu-se em forma de convocação, de acordo com a professora Maria Célia, em entrevista concedida ao professor Mário Chagas, em 1998:

Foi por acaso. Em 1970, vindo do interior para Salvador, concorri a uma vaga nos cursos de História, como primeira opção, e Ciências Sociais, em segunda opção, no vestibular da Universidade Federal da Bahia. Não fui aprovada na primeira lista. Algum tempo após fui convocada para matricular-me no Curso de Museologia, recém-criado na UFBA, para o qual não haviam sido oferecidas vagas no concurso vestibular, por não estar ainda devidamente estruturado, no momento do concurso. Compareci no dia determinado para a matrícula. Naquele dia conheci o Prof. Valentim Calderón, primeiro Coordenador do Curso e seu idealizador, e que, posteriormente, viria a ser um grande incentivador da minha vida profissional. Ainda me lembro do seu sotaque espanhol, no momento da matrícula, explicando-me o currículo e algumas atividades a serem desenvolvidas no Curso de Museologia: “vais trabalhar com objetos antigos, estudar história, fazer muitas viagens”. Não parece premonição? Acreditei no Curso, fiz a matrícula e até hoje estou imersa, por inteiro, no Mundo da Museologia. A partir dos objetos antigos compreendi que o novo também é museável, que a História é vida, é passado e presente e as viagens, pelo País e fora dele, são uma consequência do meu crescimento com a Museologia, resultado da porta aberta pelo Prof. Valentin Calderón. Como é grande a responsabilidade de um profissional em abrir ou fechar portas! (SANTOS, 2002, p. 7-8).

O jornal da época também comentava sobre os novos cursos da UFBA, falava da vocação contrariada, em que os estudantes passavam privações, se preparando para ser aprovados nos cursos mais conhecidos e conceituados da época, e eram convocados para os cursos novos da universidade.

Vocações contrariadas

Com as novidades da reforma do ensino, o estudante candidato ao vestibular está enfrentando uma série de dificuldades, de confusões e complicações terríveis. Inclusive contrariando frontalmente as vocações, o que é desumano, antidemocrático e sobretudo um

contrassenso, pois desta maneira, poderemos afirmar que o futuro surgirão maus profissionais, por terem suas vocações, suas tendências, seu valor natural contrariado, por esse sistema adotado pelo nosso regime de ensino.

É preciso notar também, o esforço e o sacrifício, dos que se privam de seus esportes, banhos de mar, festas e todas as diversões normais e necessárias à juventude, isto sem falar no sacrifício financeiro dos pais; alguns pobres, especialmente aqueles que residem no interior e que no fim do ano vêm baldados todos os seus esforços, seu imenso sacrifício, com a reprovação do Filho, ou com a sua vocação contrariada, ou seja; — inscrito em Medicina Odontologia ou correlata, mas vê o seu nome relacionado em Licenciatura em Ciências, Museologia, Danças ou qualquer outra carreira absolutamente contrária ao seu desejo. Caríssimo, por esta publicação.

Hertes José Soares

O quadro não é bem como o leitor o pinta mas parece mesmo que há coisas a reformular na reforma. [grifo do jornal].

Fonte: *A Tarde*, 13 fev. 1971.

Assim, ingressaram um total de 43 estudantes (Colegiado de Museologia da UFBA) para o curso de Museologia, para a primeira turma, em 1971.

Figura 4 - Aviso para matrícula dos estudantes classificados no Concurso Vestibular da UFBA, inclusive para o de Museologia, publicado em 05 de fevereiro de 1971. A matrícula dos cursos seguia uma ordem de dias e horários e a relações dos estudantes estavam disponíveis na Faculdade de Direito no Vale do Canela

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	
SECRETARIA GERAL DE CURSOS	
AVISO	
MATRICULA INICIAL	
Tendo em vista facilitar a matrícula dos alunos classificados no Concurso Vestibular ainda não matriculados, será obedecido o seguinte esquema:	
DIA 4	
MANHA Licenciatura em Ciências 140 — Salvador	TARDE Area III 1.º Ciclo — 150 - Grupo I
DIA 5	
MANHA Area III 1.º Ciclo - 150 - Grupo 2	TARDE Area III 1.º Ciclo - 150 - Grupo 3
DIA 6	
MANHA Area I 1.º Ciclo — Grupo 3	TARDE 1.º Ciclo — Restante
DIA 7	
MANHA Area III 1.º Ciclo - 150 - Grupo 4	TARDE Area III 1.º Ciclo — Restante
DIA 9	
MANHA Pedagogia 70 Biblioteconomia 60 Museologia 20 TOTAL 150	TARDE Secretariado . . 30 Comunicação . . 60 TOTAL 90
DIA 10	
MANHA Letras — 150	TARDE Artes
A relação dos alunos distribuídos nos vários grupos, está anexada na Faculdade de Direito (COPESA) Vale do Canela.	
*) WELLINGTON MARTINS — Coordenador N. 832	

Fonte: *A Tarde*, 02 mai. 1971.

Nesse período, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan) foi modificado para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como é agora conhecido. Momento que também incide uma assinatura do

Compromisso de Brasília–DF (nova capital federal) com o objetivo de convocar os Estados e municípios brasileiros a agirem na preservação do patrimônio cultural, concluídas as propostas em outubro de 1971, pelo Compromisso de Salvador (IPHAN, 2016). Recomenda-se:

[...] aproveitamento remunerado de estudantes de arquitetura, museologia e arte, para formação do corpo de técnicos na área de comércio de bens móveis de valor cultural. Recomenda-se a convocação do Conselho Nacional de Pesquisas da Capes para o financiamento de projetos de pesquisas e de formação de pessoal especializado, com vistas ao estudo e à proteção dos acervos naturais e de valor cultural.

[...] aos governos estaduais que incluam no ensino de 2º grau curso complementar de estudos brasileiros e museologia, que permita aos diplomados a prestação de serviços nos museus do interior, onde não haja profissional de nível superior. (IPHAN, 1970).

O Compromisso de Salvador, resultado do II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, realizado pelo Ministério da Educação e Cultura e o Iphan, na cidade de Salvador-BA, em outubro de 1971, já recomendava a contratação de estudantes do curso de Museologia como atividade remunerada, como também o ensino de Museologia e estudos brasileiros para estudantes de nível médio e, assim, com a formação poder prestar serviços nas cidades do interior do Estado, onde não havia mão de obra especializada na área.

Por meio de atingir melhor relação entre o ato de preservar e o de utilizar o bem cultural, assim como de evitar que monumentos de reconhecido valor fossem preteridos por outros de menor significância, exigiu-se de cada Estado a apresentação prévia do Programa de Restauração e Preservação para o período 1976/1979, indicando os monumentos a serem restaurados, o cronograma de execução, os roteiros turísticos recomendados e as fontes de recursos para fazer face à contrapartida que o Programa requeria das instituições estaduais com que trabalhava. O mesmo procedimento foi adotado para o biênio 1980/1981 (IPHAN, 2016).

O Curso de Museologia da UFBA funcionou por três meses no prédio da Faculdade de Filosofia da Bahia, no bairro de Nazaré, em Salvador. A primeira turma assistiu às aulas iniciais tendo como professora da disciplina Técnica de Museu I a museóloga Lúcia Marques. Seu início contou com a participação de professores egressos do Curso de Museus da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e de professores da UFBA. A ideia de formar profissionais habilitados para atuar em museus

fez parte da base da criação do Curso de Museologia da UFBA (SANTOS, 2008).

As disciplinas ministradas aos primeiros estudantes do curso de Museologia foram: Introdução à Antropologia, História da Cultura, Estética I, Introdução ao Estudo da História I, Introdução à Sociologia, Introdução à Filosofia, provenientes do Departamento de História. A disciplina Antropologia era ministrada pelo professor Carlos Ott⁴⁶ e História da Cultura pela professora Consuelo Pondé⁴⁷. Também havia disciplinas do Departamento de Letras, História da Arte, Jornalismo, Administração, Botânica e Comunicação, entre outros. Costa (2009) chama a atenção para o fato de as disciplinas consideradas técnicas – Técnicas de Museus I e Técnicas de Museus II – terem sido ministradas por um recém-formado do Curso de Museus do MHN, Fernando Menezes, por falta de docentes formados na área no curso ofertado pela UFBA. Heloisa Helena F. G. da Costa define a inserção do curso dentro da UFBA:

⁴⁶ Arqueólogo, antropólogo e historiador baiano, dedicou-se especialmente à arte sacra baiana, tornando-se um dos mais importantes especialistas nessa área. Karl Borromaeus Ott, nasceu em 13 de outubro de 1908, em Biringen, Estado de Wuertemberg, Alemanha. Chegou no Brasil, em 1928, como missionário da Ordem dos Franciscanos. Era o Frei Fidélis. Em 1944, tornou-se titular da cadeira de Etnologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, posteriormente incorporada à UFBA, onde ensinou por 33 anos. Nesse curso, Ott introduziu o ensino de folclore baiano. Ele também foi professor de latim e Estudos Baianos, por muitos anos, no Instituto Central de Educação Isaias Alves (ICEIA), no Barbalho, em Salvador. Carlos Ott se dedicou à pesquisa e ao ensino de História e Etnologia. Faleceu em Salvador, em 1997. Durante 25 anos contribuiu, como pesquisador, para o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Iphan). Publicou na revista do Iphan os artigos: Os Azulejos do Convento de São Francisco da Bahia (nº.7, 1943). A Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Salvador (Vol. 21, 1960). Também era membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com dois artigos publicados na revista do Instituto: Documentos inéditos da História e Geografia da Bahia (1948-9) e Influência Portuguesa na Formação da Cultura Baiana no Século XVII (1956). Na revista Afro-Ásia do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA (Ceao), publicou os artigos: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho (nº. 6-7, 1968). A Transformação do Culto da Morte da Igreja do Bonfim em Santuário de Fertilidade (nº. 8-9, 1969) e A Influência Árabe na Arte Baiana (nº. 10-11, 1970). Deixou vários livros publicados, como: Vestígios de Cultura Indígena no Sertão da Bahia (1945). Formação e Evolução Étnica na Cidade do Salvador (tomo I, 1955 - tomo II, 1957). Pré-História da Bahia (1958). Bailes Pastoris (1958). Sta. Casa da Misericórdia da Cidade do Salvador (1960). História da igreja de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira (1978). Atividades Artísticas nas Igrejas do Pilar e de Santana da Cidade do Salvador (1979). Evolução das Artes Plásticas nas Igrejas do Bonfim, Boqueirão e Saúde (1979). A Casa da Câmara da Cidade do Salvador (1981). A Escola Bahiana de Pintura (1982). Monumentos Históricos e Artísticos do Município de São Francisco do Conde (1984). A Catedral da Cidade do Salvador (1987). História das Artes Plásticas na Bahia, 1550-1900 (1991). Povoamento do Recôncavo pelo Engenho, 1536 a 1888 (1996). Atividade Artística da Ordem 3ª do Carmo da Cidade do Salvador (1998). Após a morte desse incansável e meticuloso pesquisador, seu acervo foi doado ao Centro de Estudos Baianos da UFBA, incluindo 1.600 livros, 228 títulos de periódicos e documentos pessoais. Sua contribuição à história da cultura baiana é imensa, imensurável e pioneira em muitos aspectos. Disponível em: <<http://www.historia-brasil.com/bibliografia/carlos-ott.htm>>. Acesso em: 16 set. 2019.

⁴⁷ Foi uma geógrafa e historiadora brasileira. Presidiu o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) por cinco mandatos. Membro da Academia de Letras da Bahia e correspondente da Academia Portuguesa da História. Mestrado em 1977 em Ciências Sociais. Chefiou o Departamento de Antropologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e dirigiu o Centro de Estudos Baianos (FFCH) da UFBA. Lecionou História da Arte e, no curso de Jornalismo, História da Cultura Artística e Literária. Dirigiu o Arquivo Público do Estado da Bahia de 1986 a 1990.

O curso de Museologia foi instalado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH, vinculado ao Departamento de História na qualidade de Colegiado de Curso e sua grade curricular era formada por disciplinas oriundas dos Departamentos de História, Filosofia, Sociologia, Psicologia e Antropologia, fazendo parte do currículo mínimo obrigatório; havia também outras disciplinas das áreas afins, a exemplo de Introdução à Arquitetura e Arqueologia I, entre outras. (COSTA, 2009, p. 243).

O curso tinha um currículo adiantado já na sua implantação em 1970, “[...] considerar avançado em relação a outros congêneres existentes no País, pois apresentava um elenco de disciplinas bastante amplo nas áreas da Sociologia, da Antropologia, da Filosofia e da História [...]”. (SANTOS, 2002, p. 182).

Quanto às disciplinas ministradas pelo Departamento de História sob a direção do professor Joaquim Batista Neves, foi designado o professor Istvan Jancsó⁴⁸ para ministrar a disciplina FCH 013 – Introdução ao Estudo da História I. A disciplina História do Brasil foi ministrada pelo professor Luiz Henrique Tavares⁴⁹ e História da Cultura Americana pelo professor Jorge Calmon⁵⁰.

⁴⁸ Gradou-se em História pela Universidade de São Paulo em 1963. Já na vigência do regime militar no país, mudou-se para Salvador, onde lecionou na UFBA (de 1966 a 1971). Disponível em: <<https://www.UFBA.br/>>. Acesso em: 16 set. 2017.

⁴⁹ Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, doutor em História do Brasil, sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio emérito do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sócio emérito da Academia Portuguesa da História e professor honoris causa da Universidade Estadual da Bahia. Atuou também como diretor do Arquivo Público da Bahia e membro do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Publicou diversos livros, entre eles História da Bahia (1959), e o livro de crônicas com o título Moça Sozinha na Sala (1961), que reúne textos da época em que atuou como cronista no Jornal da Bahia, quando foi responsável por uma seção chamada “Cidade, Homens e Bichos”. Depois seguiram outros livros, inclusive três novelas. Uma delas condenava a Ditadura, outra falava sobre a amizade e o amor e, uma última, que condenava a exploração sexual infantil. Disponível em: <<https://www.UFBA.br/>>. Acesso em: 16 set. 2017.

⁵⁰ Foi professor titular de História da Universidade Federal da Bahia e foi professor emérito da UFBA. Membro da Academia de Letras da Bahia. Na política, foi deputado à Assembleia Constituinte (1947), deputado à mesma Assembleia Legislativa. No jornalismo, ascendeu de repórter de A Tarde a redator-chefe e diretor do jornal. Foi presidente da Associação Baiana de Imprensa. Além de artigos de imprensa e conferências sobre assuntos históricos e regionais, publicou vários trabalhos, entre os quais: “As estradas correm para o Sul” (Êxodo de nordestinos); “Problemas da Indústria do Jornal”; “Manoel Quirino, político e jornalista”; “A flotinha itaparicana”; “A Revolução Americana – 4 estudos”; “Grã-Colômbia Vista e comentada”; “Imprensas Oficiais no Brasil”; “Conceito de História” (aula inaugural dos cursos da UFBA). Dentre as condecorações que lhe têm sido conferidas figuram a Ordem do Mérito do Congresso Nacional, no grau de Comendador; Ordem do Mérito da Bahia, no grau de Grande Oficial; Ordem do Mérito das Comunicações, Grande Oficial; Medalha Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras; Medalha do Mérito Jornalístico, da Associação Baiana de Imprensa, etc. Desde muito moço foi sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do qual foi presidente de honra. Foi eleito sócio correspondente do IHGB, por proposta do atual presidente Américo Jacobina Lacombe, em 14 de dezembro de 1977. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/jcalmom.html>. Acesso em: 16 set. 2019.

3.5 O Vestibular de 1972

A admissão no curso de Museologia no ano de 1972 foi realizada por concurso de vestibular composto de prova de Matemática, Ciências Físicas, Ciências Biológicas, Ciências Humanas e Letras. Essas exigências, no entanto, não eram consideradas para os candidatos já detentores de nível superior, de acordo com a Resolução n.º. 02/73 aprovada pela Câmara de Ensino de Graduação do Conselho de Coordenação em sessão de 29 de junho de 1973, que fixa normas para preenchimento de vagas nos cursos da Universidade Federal da Bahia, quer por transferência de seus alunos ou de outros estabelecimentos congêneres, quer por matrícula de diplomados em nível superior. Assim, a forma de ingresso nos cursos da UFBA ampliou a possibilidade de preenchimento das vagas, mediante seleção baseada no histórico escolar, tendo preferência, em ordem de classificação, os que obtivessem maior número de aprovações nas disciplinas comuns ao curso em que pretendiam ingressar, e estabelecida a seguinte ordem de prioridades: 1º transferência internas, 2º transferências de alunos de outros estabelecimentos de ensino e 3º diplomados de nível superior.

Figura 5 - Edital do Concurso de Vestibular da UFBA do ano de 1972, publicado em 29 de dezembro de 1971

EDITAL

O Reitor da Universidade Federal da Bahia, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Regulamento Interno da Universidade, conforme alteração aprovada em 8 de corrente, pelo Conselho Federal de Educação, devidamente publicada no Boletim Informativo, bem como em face da Resolução da Câmara de Ensino e Graduação do Conselho de Coordenação, em sessão de 23 do corrente, torna público:

1. Ficam convocados os candidatos inscritos ao Concurso Vestibular de 1972, a comparecerem aos locais já indicados na Sede da Divisão de Seleção (na Faculdade de Direito) a fim de se submeterem às provas do mesmo Concurso.

2. Serão os seguintes os números de vagas nas classes iniciais do ano letivo de 1972:

História (Licenciatura e bacharelado)	30
Ciências Econômicas	100
Ciências Contábeis	100
Administração de Empresas	40
Administração Pública	40
Psicologia (Licenciatura e bacharelado) ..	70

b) Cursos de curta duração:

Psicologia	30
Bibliotecária e Documentação	40
Comunicação (Jornalismo)	60
Secretariado	30
Museologia	30

Área IV — Letras:
Cursos de duração plena:

Letras Vernáculas (Licenciatura e bacharelado)	50
Letras Vernáculas e Língua Estrangeira (Licenciatura e bacharelado)	50
Letras Vernáculas e Clássicas e Língua Estrangeira (Licenciatura e bacharelado) ..	50

Área V — Artes
a) Cursos de duração plena:

Artes Plásticas	50
Licenciatura de Desenho e Plástica	30
Composição e Regência	30
Licenciatura de Dança	30

b) Cursos de curta duração:

Instrumento, Canto e Licenciatura de Artes Musicais	30
Direção Teatral	30
Dancarina Profissional	30

3. A classificação dos candidatos será feita até o limite das vagas acima oferecidas e de acordo com as pre-empções, segundo e disposto nos artigos 40, 41, 42 e 44 do Regulamento conforme alteração aprovada pelo Conselho Federal de Educação.

4. Serão os seguintes os pesos atribuídos às notas das várias provas, de conformidade com a área em que se houver inscrito o candidato:

Área I — Matemática, Ciências Físicas e Tecnologia:	Matemática (Licenciatura e bacharelado) .. 50
	Física (Licenciatura e bacharelado)
	Química (Licenciatura e bacharelado)
	Geologia
	Ingenharia Civil
	Ingenharia Mecânica
	Ingenharia Elétrica
	Ingenharia Química
	Arquitetura
	Geografia (Licenciatura e bacharelado) ..
	Processamento de Dados

Área II — Ciências Biológicas e das Profissões da Saúde
Cursos de duração plena:

Ciências Biológicas (Licenciatura e bacharelado)	30
Medicina	140
Sistemas de Saúde Pública e Enfermagem (com Obstetrícia)	60
Farmácia Bioquímica	50
Odontologia	100
Agropecuária	120
Medicina Veterinária	20

b) Cursos de curta duração:
Licenciatura em Ciências para o Ciclo de nível médio:

(Em Salvador)	140
(Em Cruz das Almas)	20
Nutrição	40
Farmácia	30

Área III — Filosofia e Ciências Humanas
a) Cursos de duração plena:

Filosofia (Licenciatura e bacharelado)	30
Ciências Sociais (Licenciatura e bacharelado)	100
Direito	200

TABELA DE PESOS CORRESPONDENTES A CADA UMA DAS DISCIPLINAS PARA O CONCURSO VESTIBULAR DE 1972

	Ciências Naturais	Ciências Naturais	Matemática	Ciências Humanas	Português	Língua Estrangeira	Total
Matemática e Ciências Físicas	2,5	2,5	3,0	1,5	2,0	1,0	13
Ciências Biológicas ..	2,5	3,0	2,0	1,5	2,0	1,0	13
Ciências Humanas	1,0	1,5	2,0	3,0	1,0	1,5	13
Letras	1,0	1,0	1,5	2,5	1,0	2,0	13
Artes (*)	1,0	1,0	1,5	3,0	1,0	2,5	13

(*) Para os candidatos à área das Artes haverá, ainda, um teste de Aptidão Artística, de caráter eliminatório.

5. Os candidatos estão obrigados a apresentar, antes de cada prova, o documento de identidade.

6. Serão consideradas nulas as provas dos

**CONCURSO VESTIBULAR DE 1972
HORÁRIO DOS TESTES DE APTIDÃO ARTÍSTICA**

DATAS	DIA DA SEMANA	SETOR	HORÁRIO
05-01-72	segunda-feira	BELAS ARTES	das 8 às 12 horas e das 15 às 8 horas
4 e 5-1-72	segunda e terça-feira	MÚSICA	das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas
6-1-72	quinta-feira	DANÇA	08 horas
7-1-72	sexta-feira	TEATRO	das 8 às 12 horas e das 13,30 às 18 horas.

**CONCURSO VESTIBULAR DE 1972
HORÁRIO DAS PROVAS GERAIS**

DATAS	DIA DA SEMANA	DISCIPLINAS	HORÁRIO
9-1-72	domingo	Português	das 8 às 12,30 horas
10-1-72	segunda-feira	Matemática	" " "
11-1-72	terça-feira	Ciências Humanas	" " "
12-1-72	quarta-feira	Ciências Naturais I	" " "
13-1-72	quinta-feira	C. Naturais II	" " "
14-1-72	sexta-feira	Língua estrangeira	" " "

Reitoria da Universidade Federal da Bahia, em 27 de dezembro de 1971.
Lafayette de Azevedo Fendó — Reitor. W. FRE

Fonte: A Tarde, 29 dez. 1971.

O Edital do Concurso de Vestibular da UFBA do ano de 1972, publicado em 29 de dezembro de 1971, ofertava 20 vagas para o Curso de Museologia (Área III – Filosofia e Ciências Humanas) da Universidade Federal da Bahia, como mostra recorte do Jornal *A Tarde* de 29 de dezembro de 1971, com a tabela de pesos das disciplinas e divulgação dos horários das provas gerais e artísticas, organizadas pela área de conhecimento.

O ano de 1973 foi de algumas mudanças no currículo do curso e acontecimentos para a Museologia na Bahia. Em 16 de fevereiro de 1973, o professor Calderón solicitou ao reitor Lafayette de Azevedo Pondé, que atendeu a contratação da museóloga Lúcia Marques para ministrar as disciplinas práticas FCH 222 – Técnicas de Museu II e FCH 231 – Estágio II, pois não existia professor para ministrar as disciplinas práticas do curso, a fim de não prejudicar os estudantes do sétimo semestre por falta de professor, e assim poderem concluir o curso no prazo.

Foi também em 1973 que a primeira turma do curso enviou ao Governo do Estado um documento salientando as necessidades de se avaliar os problemas existentes nas instituições museológicas do Nordeste. Esse foi o resultado do Seminário que aconteceu em Salvador no período 20 a 28 de junho de 1972 (SANTOS, 2008, p.181).

Mesmo que o currículo de 1970 apontasse um novo modelo no que diz respeito à formação acadêmica-profissional, este trazia a necessidade de inclusão de novas disciplinas, que ficaram assim definidas:

Tabela 4 - Disciplinas solicitadas pelo professor Valentin Calderón aos Departamentos da UFBA, para programação do currículo do curso de Museologia, no ano de 1973⁵¹.

Disciplina	Departamento
BIO 004 – Botânica	Botânica
EBC 161 – Fundamentos Científicos da Comunicação II	Comunicação
EBA 010 – História da Arte Brasileira	Belas Artes
EBA 002 – História da Arte II	Belas Artes
GEO 001 – Biologia Geral	Geociências
ADM 001 – Introdução à Administração	Administração
LET 023 – Inglês Básico I	Anglo-Germânicas
LET 024 – Inglês Básico II	Anglo-Germânicas
LET 011 – Francês Básico I	Românicas
LET 033 – Francês Básico II	Românicas

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.


⁵¹ Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

Segundo o Parecer nº. 450/73, de 19 de outubro de 1973, aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação, via Processo nº. 646/73, o curso de Museologia introduziu no seu currículo algumas alterações. Incluiu as disciplinas Nucleares: FCH001 – Introdução à Filosofia, com carga horária de 60h e 4 créditos; FCH007 – Introdução à Sociologia I, com carga horária de 75h e 5 créditos. As Disciplinas Complementares Obrigatórias: FCH203 – Curso Monográfico sobre Formação Ética de Arte Baiana e GEO004 – Geologia Geral, com carga horária de 45h e 3 créditos, passaram a integrar o elenco das complementares optativas. A carga horária das complementares totalizam, assim, 420h e 26 créditos.

A primeira grade curricular do curso de Museologia apontou para a formação de um profissional voltado para atuar em museus, cabendo-lhe o estudo e/ou identificação de determinados objetos (particularmente os de numismática e heráldica), o cuidado com registros como tombamentos e inventários institucionais, a conservação e a montagem de exposições. As atividades internas dos museus eram, portanto, as margens disciplinares. (COSTA, 2009, p. 244).

Das disciplinas complementares optativas, foi excluída a FCH006 – Introdução à Sociologia I, com 45h e 3 créditos. O estudante deveria cumprir 6 créditos em disciplinas complementares optativas, equivalentes à carga horária de 90 horas, ao invés de 9 créditos e 135 horas anteriores exigidas.

Figura 6 - Parecer nº. 450/73⁵² de 19 de outubro de 1973, com a inclusão de novas disciplinas no curso de Museologia


 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

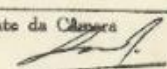
(01)

SALVADOR-BA.

CONSELHO DE COORDENAÇÃO

CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
 Aprovado pela Câmara de Ensino de
 Graduação em sessão de 19/10/73
 Salvador, 19/10/73

PROCESSO Nº: 646/73
 ASSUNTO : Modificações de Currículo
 ORIGEM : Colegiado de Curso de Museologia

Presidente da Câmara

 Vânia Galvão
 Secretária

P A R E C E R Nº 450/73

O Colegiado de Curso de Museologia introduziu no seu currículo as seguintes modificações:

1. Incluiu as disciplinas nucleares:
 FCH-001 - Introdução à Filosofia - 60 hs.- 4 créditos
 FCH-007 - Introdução à Sociologia I - 75 hs.- 5 créditos
2. As complementares obrigatórias:
 FCH-203 - Curso Monográfico sobre formação étnica de Arte Baiana - 45 hs. - 3 créditos.
 GEO-004 - Geologia Geral - 45 hs. - 3 créditos, passaram a integrar o elenco das complementares optativas.
 A carga horária das complementares totaliza assim 420 e 26 créditos.
3. Das complementares optativas foi excluída a FCH-006 - Introdução à Sociologia I, com 45 horas e 3 créditos. O aluno deverá cumprir 6 créditos em disciplinas complementares optativas, equivalentes à carga horária de 90 horas, ao invés de 9 créditos e 135 horas anteriormente exigidas.

A carga horária global fica assim distribuída:

Disciplinas nucleares	- 135 hs.	- 9 créditos
" currículo mínimo	- 1.515 hs.	- 70 "
" Compl.obrigatórias	- 420 hs.	- 26 "
" optativas	- 90 hs.	- 6 "
" eletivas	- 45 hs.	- 3 "
Total	2.205 hs.	114 créditos

UFBA - Mod 015
100000 - 06/73

Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

⁵²No ANEXO D, ao final deste trabalho, pode-se ver o documento completo.

Assim, a carga horária global ficou distribuída em Disciplinas Nucleares com 135 horas e 9 créditos; currículo mínimo com um total de 1.515 horas e 70 créditos; as Complementares Obrigatórias com total de 420 horas e 26 créditos; as Optativas com total de 90 horas e 6 créditos e as disciplinas Eletivas com o total de 45 horas e 3 créditos.

3.6 Os Primeiros Diplomados do Curso de Bacharelado em Museologia da UFBA

A primeira turma do curso de Museologia da UFBA teve os primeiros formandos em 1974, a turma das professoras Maria Célia Santos e Sylvia Athayde. Em novembro de 1973, foi enviada a lista dos prováveis concluintes do curso. Em 05 de dezembro de 1973, foi enviada a solicitação de autorização para colação de grau da primeira turma do curso de Museologia da UFBA, para o professor Joaquim Batista – diretor da Faculdade de Filosofia. Solicitação para colação de grau e expedição dos diplomas dos estudantes da primeira turma com data para 11 de janeiro de 1974, às 18h, no Museu de Arte Sacra da UFBA. Em 10 de dezembro de 1973, foi enviado para o professor Joaquim Neves, requerimento para colação de grau e expedição de diploma para Sylvia Maria Brandão Menezes, como também cópia de diploma de Maria Célia Santana Teixeira M. Santos, com data de 11 de janeiro de 1974.

Na relação do dia 08 de novembro de 1973 da Secretaria-Geral de Cursos da Universidade Federal da Bahia, assinado por Maria de Fátima de Oliveira Pimentel – chefe da Seção de Currículos e Programas, dentre os prováveis concluintes do Curso de Museologia constavam os seguintes estudantes:

1. Antonia Barros Pinheiro
2. Eliana Silva Conceição
3. Elma Carregosa Nascimento
4. Everina Ramos de Freitas
5. Maria Celia Santana Teixeira M. Santos
6. Maria Tereza Barbert de Castro Rossi
7. Marylene Matos Barbosa
8. Neusa Maria Campos Freitas Borja
9. Solange do Alívio Pires D'Ávila
10. Solange Pacheco Casqueiro
11. Sylvia Maria Brandão Menezes

12. Valdete Celino Paranhos da Silva

Figura 7 - Diploma da professora Maria Célia Santos, da primeira turma de diplomados do curso de Museologia da UFBA



Fonte: Arquivo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFBA.

3.6.1 Docentes Recém-Contratados do Curso de Museologia da UFBA

Para ministrar as disciplinas Técnica de Museu II, Estágio II e III e Estágio III (Documentação e Museu e Educação), foi contratado o museólogo Luiz Fernando Fernandes Ribeiro, graduado pelo curso de Museus do Rio de Janeiro, e as recém-formadas Maria Célia Teixeira Moura Santos e Sylvia Maria B. Menezes.

Logo após a conclusão do Curso, fui convidada, para ensinar no curso de Museologia, inicialmente como Professor “Colaborador”, para posteriormente, ser contratada como Professor Auxiliar de Ensino, em regime de 20h, após ter prestado concurso. (SANTOS, 2008, p. 9).

As primeiras cadernetas do curso de Museologia da UFBA eram organizadas com as disciplinas específicas do curso, como segue na Tabela 5:

Tabela 5 - Disciplinas Específicas do Curso de Museologia da UFBA (1973-1975)⁵³

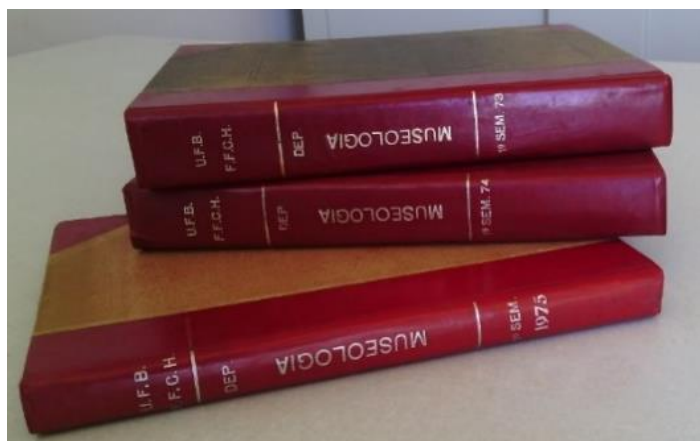
Ano	Disciplina	Professor (a)
1973	FFCH 221 – Técnicas de Museus I	Jacyra de Carvalho Oswald
1973	FFCH 222 – Técnicas de Museus II	Luiz Fernando Fernandes Ribeiro

⁵³ Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

	Teórica e Prática	
1973	FFCH 223 – Técnicas de Museus III Teórica e Prática	Luiz Fernando Fernandes Ribeiro
1973	FFCH 224 – Estágio I	Jacyra de Carvalho Oswald
1973	FFCH 231 – Estágio II	Luiz Fernando Fernandes Ribeiro
1974-1975	FFCH 221 – Técnicas de Museus I Teórica e Prática	Jacyra de Carvalho Oswald
1974-1975	FFCH 232 – Técnicas de Museus II	Sylvia Maria B. Menezes
1974-1975	FFCH 223 – Técnicas de Museus III Teórica e Prática	Maria Célia Teixeira Moura Santos
1974-1975	FFCH 224 – Estágio I	Jacyra de Carvalho Oswald
1974-1975	FFCH 231 – Estágio II	Sylvia Maria B. Menezes
1974-1975	FFCH 237 – Estágio III	Maria Célia Teixeira Moura Santos

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Figura 8 - Cadernetas Escolares das Disciplinas Específicas do Curso de Museologia da UFBA nos anos de 1973 a 1975

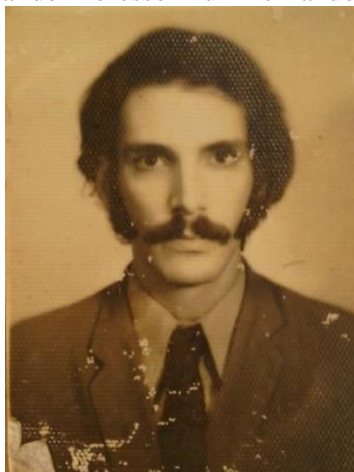


Fonte: Arquivo FFCH/UFBA.

O professor Luiz Fernando Fernandes Ribeiro⁵⁴ foi responsável pelas disciplinas de Técnica de Museu II, Técnica de Museu III e Estágio de Museologia III, além de participar da reestruturação de parte do circuito expositivo do Museu de Arte Sacra, sob a supervisão da professora Jacyra Oswald e do coordenador Valentin Calderón e da montagem de algumas exposições, como, por exemplo, a de Pierre Chalita. Apesar da intensa atuação na Bahia, Luiz Fernando Fernandes Ribeiro retornou ao Rio de Janeiro logo após a formatura da primeira turma da UFBA, em 11 de janeiro de 1974.

⁵⁴ Foi o primeiro museólogo contratado pela FIOCRUZ pra montar o museu na década de 1970. Disponível em: http://www.unirio.br/ppg-pmus/copy_of_carlos_vitor_silveira_de_souza.pdf Acesso: 16 set. 2019.

Figura 9 - Foto da pasta funcional do Professor Luiz Fernando Fernandes Ribeiro



Fonte: Arquivo FFCH/UFBA.

Luiz Fernando Ribeiro, professor das disciplinas Técnica de Museu II e Estágio III, ministrava suas aulas seguindo o programa de conteúdo, a seguir:

Plano de Curso da disciplina FFCH 222⁵⁵ – Técnica de Museu II (90h)
1º Sem. 1973

- 1 Coleções: Origens, Documentação, Legislação, Movimentação
 - 1.1 Princípios gerais
 - 1.1.1 Ética e política das aquisições
 - 1.1.2 Problemas particulares; Condições e utilidade, falsificação, réplicas
 - 1.2 Modos de aquisição
 - 1.2.1 Coleta no terreno
 - 1.2.2 Compras
 - 1.2.3 Legados
 - 1.2.4 Empréstimo
 - 1.2.5 Depósito
 - 1.2.6 Trocas
 - 1.3 Documentação
 - 1.3.1 Tecnologia elementar, terminologia descritiva de certas categorias de objetos e espécimes
 - 1.3.2 Identificação de aquisição a) questionários de perguntas e formulários de aquisição b) notas no local c) técnica de identificação, de datação, uso de meios áudio-visuais.
 - 1.3.3 Registro e inventários
 - 1.3.4 Numeração e marcação de objetos e espécimes
 - 1.3.5 Catálogos e classificação
 - 1.3.5.1 Catálogos descritivos e catálogos classificatórios
 - 1.3.5.2 Guias e formulários para o catálogo
 - 1.3.5.3 Tipos de fichas

⁵⁵ Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

- 1.3.5.4 documentação sobre as coleções em monumento (fichamento ou restauração especiais)
 - 1.3.5.4.1 Coleções em tratamento
 - 1.3.5.4.2 Envio ao exterior: empréstimo, depósito, trocas, objetos colocados em depósito permanente
- 1.3.5.5 Coleções e técnicas áudio-visuais
 - 1.3.5.5.1 Fotografia e organização de uma fototécnica
 - 1.3.5.5.2 Dia...
 - 1.3.5.5.3 Filmes e filmoteca
 - 1.3.5.5.4 Registro de som e fonoteca
- 1.3.6 A biblioteca do museu
 - 1.3.6.1 Obras de referência
 - 1.3.6.2 Classificação e catálogo
- 1.3.7 Informações sobre coleções de uso de grande público
- 1.3.8 Técnicas de recepção, expedição e armazenamento
 - 1.3.8.1 Recepções das coleções
 - 1.3.8.2 Manipulação, expedições
 - 1.3.8.3 Reservas e armazenamentos: normas
 - 1.3.8.4 Coleções de estudos

A ementa anteriormente apresentada da disciplina Técnica de Museu II, ministrada pelo professor Fernando Ribeiro, indicava os temas Origens, Documentação, Legislação e Movimentação das coleções. Dentro da Museologia, o objeto é o principal condutor das informações. Informa sobre as possibilidades de museologia: geral – conserva, pesquisa e comunica; aplicada – museografia, especial – relação entre a geral e outras disciplinas; histórica – perspectiva histórica); teórica – fundamento filosófico. O objeto teria três dimensões: semântica, sintaxe e *práxis*, responsáveis por fornecer a “estrutura teórica através da qual o objeto é abordado museologicamente” (MENSCH, 1990, p. 58). Uma característica do objeto seria a grande quantidade de informação de que é portador, daí o método fenomenológico. Sua leitura deve ser objetiva e isenta de preconceitos, mas nunca estará livre de ideologias. Os objetos podem ser tratados individualmente ou em coleções, como instrumento de transmissão de conhecimento ou de pesquisa científica; sua preservação pode ser dada *in situ* ou *ex situ*. Fato é que carregam informações que podem confrontar outras fontes. O treinamento do profissional museólogo deve ser amplo e diverso, teórico e prático, aliado à capacidade de comunicar esses conhecimentos.

Em Estágio III (90h) 1º Sem. 1973 - Plano de Curso da disciplina FCH 231⁵⁶ o plano era preparado com a seguinte formatação: TRABALHO/ 2 - ASSUNTO:

⁵⁶ Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

Elaboração de projeto de Setor Educativo da Exposição Cívico Militar “Bandeiras e Armas da Independências e 1º Reinado, no Forte de São Pedro.

1ª ETAPA: PREPARAÇÃO.

SETOR TÉCNICO: EQUIPE A

Objetivo: Assistência ao pessoal do setor de CURSOS E CONFERÊNCIAS, com documentação didática, sugestões pedagógicas – ilustrações relativas ao assunto da conferencia. Propaganda.

SETOR DE CURSOS E CONFERÊNCIAS: EQUIPE B

Objetivo: realização de conferencia relativa ao assunto da exposição.

SETOR DE CURSOS E CONFERÊNCIAS: EQUIPE C

Objetivo: atendimento ao público em geral, notadamente crianças (escolares ou não).

ESQUEMA DE FUNCIONAMENTO:

Integrados, os três setores, irão armar os roteiros a serem seguidos, nas diferentes fases do trabalho. A EQUIPE B, montará a explanação a ser feita por um de seus participantes, sendo esta equipe, assessorada, pela EQUIPE A, fornecendo ambas, todo o conhecimento necessário à EQUIPE C, que se ocupa da monitoria.

FASES E CALENDARIOS CORRESPONDEENTES:

EQUIPE A: 16/10 A 25/10.

Seleção de Material auxiliar mediante consulta a Bibliografia.

25/10 a 6/11. Organização deste material e entrosamento com a EQUIPE B.

8/11 – Apresentação e explanação do projeto.

EQUIPE B: 16/10 a 25/10. Escolha do tema da conferencia mediante consulta bibliográfica.

25/10 a 6/11 – Organização do material selecionado e estruturação da conferencia.

EQUIPE C: 16/10 a 25/10. Entrosamento com Estágio I e II, paralelo a consulta bibliográfica.

Em Estágio no ano de 1973, era desenvolvido projeto no setor educativo de instituições museológicas. Para a turma de 1973, foi solicitada a elaboração de projeto de Setor Educativo da Exposição Cívico-Militar “Bandeiras e Armas da Independência e 1º Reinado, no Forte de São Pedro.

Com o retorno do professor Luiz Fernando Fernandes Ribeiro para o Rio de Janeiro, em 1974, as disciplinas Técnica de Museu II e Estágio II passam a ser ministradas pela professora Sylvia Maria Menezes⁵⁷, e Técnica de Museu III e Estágio II ficam com a professora Maria Célia Santos, ex-estudantes do curso de Museologia da UFBA.

⁵⁷ Professora Sylvia Maria Brandão Menezes nasceu em 24/02/1940 em Salvador – BA, foi professora do curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), de 1973 a 1997, quando ministrou as disciplinas Técnicas de Museu, Artes Decorativas (Mobiliário, Cerâmica e Ourivesaria), Heráldica, Museografia e Estágio de Museologia. Foi coordenadora e vice-coordenadora do Colegiado do Curso de Museologia de 1974 a 1976. Membro da Comissão Nacional de Museus, criada pelo ministro Francisco Weffort, em 1994; do Conselho de Cultura da Associação Comercial da Bahia; do Conselho de Cultura do

Em 1974, logo após a finalização da graduação, Maria Célia Santos foi convidada para ministrar aulas no Curso de Museologia da UFBA. “Após muito conflito e insegurança, aceitei o convite, tendo assumido as disciplinas Estágio Supervisionado e Técnica de Museu III, que abordava a Ação Educativa dos Museus e a Relação entre os Museus e a Comunidade”. Em seguida, realizou concurso e continuou ensinando as mesmas disciplinas (SANTOS, 2014, p. 78).

Figura 11 - Foto da pasta funcional da Professora Sylvia Maria B. Menezes



Fonte: Arquivo FFCH/UFBA.

Figura 10 - Foto da pasta funcional da Professora Maria Célia Teixeira Moura Santos



Fonte: Arquivo FFCH/UFBA.

Atualmente, como professora aposentada da UFBA, tenho atuado em diversos projetos, no Brasil e no Exterior, o que me tem permitido continuar atuando com a formação do museólogo, bem como na

Estado da Bahia (1979-1983-1987); da Comissão Julgadora (designada pelo Ministério da Educação e Cultura) para o reconhecimento do Curso de Museologia das Faculdades Integradas Estácio de Sá, Rio de Janeiro – 1981; e da Associação Portuguesa de Museologia e do Conselho Curador da Fundação Pierre Verger.

formação de cidadãos em um rico processo de ação e reflexão, que nos tem motivado a utilizar o patrimônio cultural como suporte fundamental para o desenvolvimento social e para o exercício da cidadania. (SANTOS, 2008, p. 170).

Antônio Oliveira Rios – que também foi estudante da primeira turma em Museologia da UFBA – tornou-se igualmente professor do curso de Museologia da UFBA em 1974. A disciplina FCH222 – Técnica de Museu II foi uma das disciplinas que ofertou no curso, organizada por módulos: Módulo I – estudo da arquitetura de museu, Módulo II – o tema-trabalho eram as exposições de museu, e Módulo III – estudava a conservação nos museus: a disciplina tinha um extenso programa de conteúdo e utilizava a referência bibliográfica⁵⁸ em sua maioria de base internacional, como as publicações da Unesco, garantindo, assim, material técnico para a disciplina.

Antes de se pensar o currículo em Museologia, é necessário avaliar a definição de Museu e Museologia que permeia o curso; o nível de educação e os assuntos que circulam nas disciplinas acadêmicas. Por ser uma área multidisciplinar, a Museologia tem a especificidade de depender da produção de conhecimento de outros campos e de disciplinas diversas para fortalecer seu campo conceitual. O currículo de Museologia deve prover aos estudantes ferramentas necessárias para a atuação profissional e educá-los de maneira que compreendam suas futuras responsabilidades no campo, gerando a necessidade de ampliar as discussões sobre Museu e Museologia.

A Museologia e o museu têm uma importância central no contexto de reconstrução das nações, na busca de um mundo livre e equitativo. Para tanto, torna-se necessária a formulação de novas diretrizes, à luz dos conhecimentos historicamente acumulados. (SANTOS, 2002, p. 27).

O currículo mínimo que fundamentou a criação do curso de Museologia da UFBA, determinado pelo Parecer nº. 971/69, aprovado em 05 de dezembro de 1969, implantou, entre outros aspectos, as disciplinas que deveriam integrar o currículo mínimo do curso de Graduação em Museologia: Museologia, História da Civilização, História Luso-Brasileira e Ibero-Americana, História do Brasil, Estética, História da Arte, Arte No Brasil, Introdução Ao Estudo da Ciência, Museografia, Metodologia da Pesquisa, Técnicas e Processos Artísticos e Comunicação Museológica. Além dessas disciplinas, era

⁵⁸ No ANEXO E, ao final deste trabalho, podem-se ver Referências do programa da Disciplina Técnica de Museu II – aprovado em 10 de outubro de 19740.

necessário realizar Atividades Extracurriculares – visitas, viagens, estágios, excursões, etc. Porém, mesmo fixando as disciplinas do tronco comum, a instituição tinha flexibilidade para definir o currículo pleno do curso. Conforme Resolução nº. 14, de 27 de fevereiro de 1970, que fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Museologia, a instituição de ensino poderia acrescentar disciplinas que julgasse fundamental, desde que a duração mínima fosse de 2.700 horas/aula, ministradas no mínimo em três e no máximo em cinco anos letivos.

4 AS TRANSFORMAÇÕES DO CAMPO DA MUSEOLOGIA NA EXPERIÊNCIA DA UFBA

4.1 Primeira Reforma Curricular

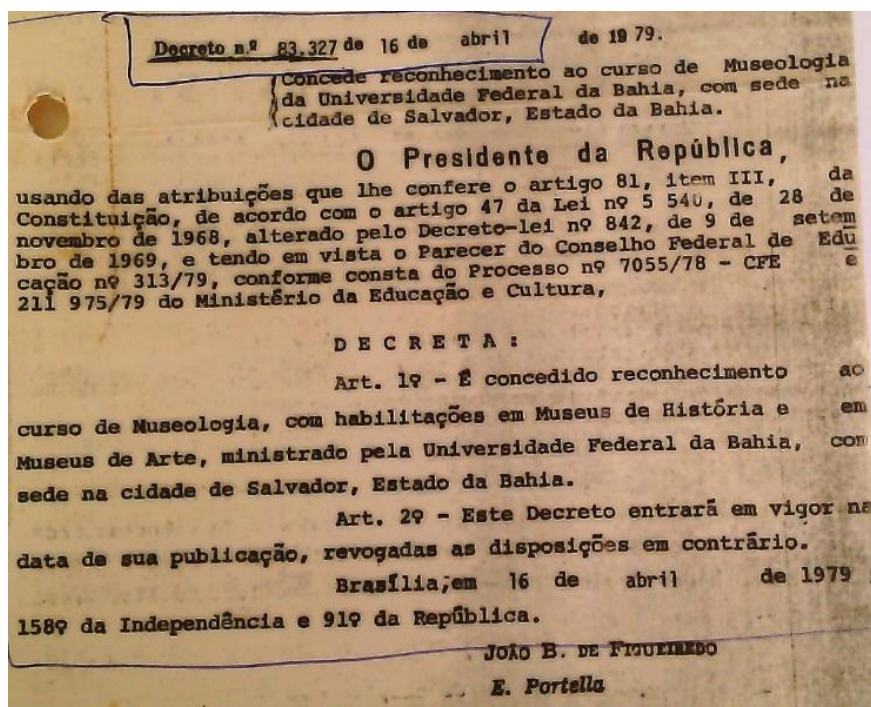
Em 1979, o curso passou pela primeira reforma curricular, ampliando “a carga horária e a creditação das disciplinas específicas, voltadas para a formação do profissional museólogo, e acrescentadas outras disciplinas com o objetivo de atender às especificidades regionais e do mercado de trabalho” (UFBA, 2010, p. 3).

Com a primeira reforma curricular, desenvolveu-se o processo de reconhecimento do curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia pelo Conselho Federal de Educação, resultando no Decreto 83.327, de 16 de abril de 1979, que concede reconhecimento ao curso, com habilitação em Museus de História e em Museus de Arte. SANTOS (2008) contextualiza o cenário:

Quando assumi pela primeira vez a coordenação do curso de Museologia, este não era reconhecido pelo Ministério da Educação. Preparei o processo de reconhecimento, preenchendo inúmeros formulários, um para cada professor dos diversos departamentos que ministravam aulas, revendo a carga horária e reestruturação do currículo, pois este não estava de acordo com o parecer do MEC. Foi uma batalha de idas e vindas que culminou com a vinda da comissão designada pelo Conselho Federal de Educação e com o reconhecimento do curso. (SANTOS, 2008, p. 13).

O reconhecimento do curso de Museologia se deu, formalmente, 8 (oito) anos depois de iniciadas as suas atividades; logo depois, foram aumentadas as cargas horárias e a creditação das disciplinas específicas, sendo que outros professores, já graduados pelo curso, assumiram essas disciplinas. A base legal para a estruturação do currículo foi, e ainda é, hoje, o Parecer nº. 971/69, do Conselho Federal de Educação, aprovado em dezembro de 1969 (SANTOS, 2002, p. 183).

Figura 12 - Diário Oficial – Seção I – Parte I, p. 362, 17 de abril de 1979. Decreto que concede reconhecimento do curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia



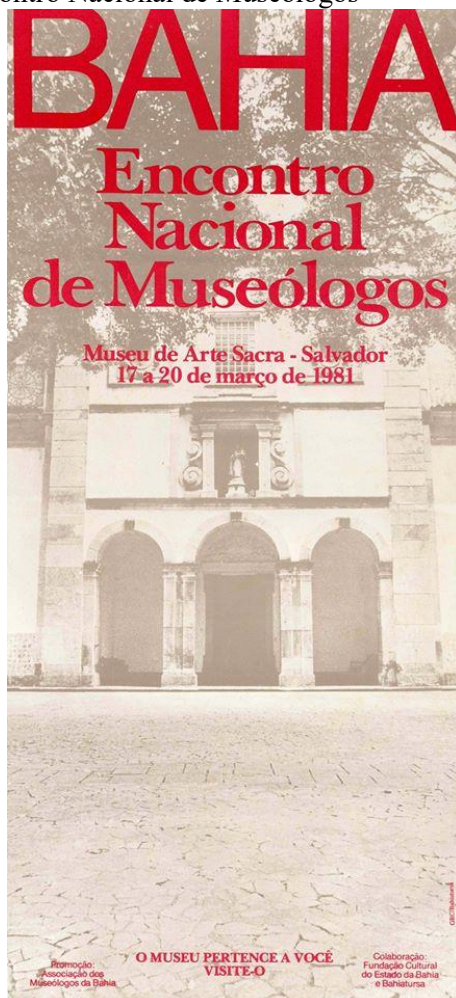
Fonte: Arquivo FFCH/UFBA.

Foi realizada, através da Superintendência Acadêmica, uma pesquisa que sinalizava a falta de vagas para o profissional museólogo no mercado de trabalho na região, o que levou a se cogitar a exclusão do curso na seleção do vestibular (SANTOS, 2015). E isso induziu a comunidade museológica a levantar um movimento em favor da permanência do curso no vestibular. O movimento foi positivo para a categoria e fez nascer a Associação de Museólogos da Bahia.

De acordo com a professora Maria Célia, a Associação de Museólogos da Bahia teve papel ativo no processo de regulamentação da profissão, foi responsável por realizar, em 1981, o I Encontro Nacional de Museólogos, no momento em que, pela primeira vez, os autores do campo museológico discutiam o anteprojeto de regulamentação da profissão (SANTOS, 2015). Em março de 1981, foi realizado, em Salvador, no Museu de Arte Sacra da UFBA, o I Encontro, organizado pelo curso de Museologia da UFBA e a Associação de Museólogos da Bahia. Com o objetivo de discutir a formação, a regulamentação e o mercado de trabalho do museólogo, a Associação de Museólogos da Bahia, o Comitê Brasileiro do Icom, a Associação Brasileira de Museologia e a Associação Paulista de Museólogos, os cursos de Museologia da UFBA e de São Paulo fizeram o movimento a favor da regulamentação da profissão. O resultado desse movimento foi a Lei nº. 7.287,

de 18 de dezembro de 1984, que regulamenta a profissão do museólogo (SANTOS, 2004, p. 190-191).

Figura 13 - Cartaz do I Encontro Nacional de Museólogos



Fonte: Museu da Imagem e do Som (MIS-SP).

O anteprojeto de lei construído no Encontro fundamentou a regulamentação da profissão, quase cinco anos depois, em 18 de dezembro de 1984, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente José Sarney. A Lei nº. 7.287 dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – O desempenho das atividades de Museólogo, em qualquer de suas modalidades, constitui objeto da profissão de Museólogo, regulamentada por esta Lei.

Art. 2º – O exercício da profissão de Museólogo é privativo:

I – dos diplomados em Bacharelado ou Licenciatura Plena em Museologia, por cursos ou escolas reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura;

II – dos diplomados em Mestrado e Doutorado em Museologia, por cursos ou escolas devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura;

III – dos diplomados em Museologia por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da legislação;

IV – dos diplomados em outros cursos de nível superior que, na data desta Lei, contem pelo menos 5 (cinco) anos de exercício de atividades técnicas de Museologia, devidamente comprovados.

Parágrafo único. A comprovação a que se refere o inciso IV deverá ser feita no prazo de 3 (três) anos a contar da vigência desta Lei, perante os Conselhos Regionais de Museologia, aos quais compete decidir sobre a sua validade.

(BRASÍLIA, DOU de 14 de janeiro de 2009).

As ações apresentadas, mesmo que não mencionassem nenhuma proposta de reforma curricular, já assinalavam para alguns caminhos relacionados às reformulações do currículo do Curso de Museologia. Portanto, ao idealizar o currículo como uma construção social, em que os indivíduos são postos através das suas ações concretas, das subjetividades e das relações estabelecidas com todos os outros indivíduos, é necessário considerar todos os aspectos preliminares dessa sucessiva construção, conseqüentemente as transformações curriculares não acontecem do dia para a noite, são resultados de grandes transações, conflitos, interesses e crenças, e nem sempre são alcançadas em sua totalidade.

4.2 Segunda Reformar Curricular

Diante da conjuntura dos anos 1980, com o crescimento das lutas de classe, a vinculação de muitos museólogos, estudantes e docentes aos movimentos pelos direitos profissionais, foi implantada, em 1989, a segunda reforma curricular.

Os documentos produzidos em 1972, (durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile), e em 1984, (durante a reunião internacional de Quebec), produziram impactos teóricos e práticos no Brasil. Os desafios de pensar e desenvolver práticas de uma museologia popular e comunitária e os desafios de refletir e agir sobre o patrimônio, considerando-o como agente de mediação, foram assumidos por praticantes da museologia. (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS, 2007, p. 18).

A Segunda Reforma Curricular do Curso de Museologia da UFBA, aconteceu em decorrência dos encontros promovidos por representantes do curso a fim de discutir sobre o “perfil do profissional, sua área de atuação, os avanços da Museologia e o papel dos museus na sociedade”⁵⁹, tendo por base a legislação que regulamentou a profissão de museólogo – Lei nº. 7.287, de 18 de dezembro de 1984; do Decreto nº. 91.775, de 15 de outubro de 1985.

[...] “foi influenciada por importantes documentos advindos de encontros internacionais, a exemplo da Carta de Santiago do Chile, de 1972, na qual foi firmada a noção de “museu integral”, com o fito de responder e incorporar questões geradas pela difícil situação da América Latina com países então sob ditaduras. Também foi importante a Carta de Quebec, de 1982, que apontava a necessidade de que a museologia se ocupasse de questões sociais em substituição à prática museológica centrada unicamente no estudo de coleções. Esse movimento inseriu novas idéias e conceitos sobre museologia que provocaram mudanças nas práticas museológicas e/ou surgimento de novas formas de museu: eco-museus, museus comunitários, museus de vizinhança, entre outras tipologias”. (UFBA, 2010).

A professora Célia comenta:

Realizamos discussões conjuntas em vários seminários e congressos, em que a presença de Waldisa⁶⁰ era marcada por seus pronunciamentos, em prol de uma museologia voltada para o social, enfatizando a necessidade de um intercâmbio mais produtivo entre os Cursos de Museologia existentes no País, salientando, sempre, a necessidade de revisão de seus currículos, adequando-os às necessidades regionais e a uma museologia que tivesse como enfoque principal o homem e, não somente, o objeto. (SANTOS, 2002, p. 30).

Em continuidade às discussões internacionais promovidas pelo Icom/Unesco, com o objetivo de refletir sobre “a missão do museu no mundo contemporâneo”, foi realizado na Venezuela, em 1992, o Seminário A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios, que resultou na Declaração de Caracas, que propôs a noção de “museu

⁵⁹ De acordo com o Projeto Pedagógico FFCH – Colegiado de Museologia de 2010, p. 3.

⁶⁰ Waldisa Russio Museóloga e professora, graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ingressou no serviço público estadual e, dentre suas múltiplas atividades docentes e administrativas, estabeleceu contato com a área cultural, em especial com o universo museológico. Auxiliou a estruturação do Museu de Arte Sacra e do Museu da Casa Brasileira entre outros. Especializou-se com mestrado e doutorado na área de museologia, disciplina que foi uma das pioneiras no Brasil. A museologia e o patrimônio cultural foram suas áreas de atuação privilegiadas. À frente da luta pela regulamentação da profissão de museólogo, foi fundadora dos principais órgãos reguladores e de apoio à nova categoria de profissionais. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/waldisa-russio-camargo-guarnieri/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

integrado”, no qual “o museu é entendido como agente para a participação do público na construção e reconstrução permanente dos processos culturais, agente este integrado e integrador” (CURY, 2014, p. 62).

Com o Movimento Internacional da Nova Museologia (Minom), constituído nos anos 80, chegaria também a formar um novo conjunto de forças capazes de ampliar, ao mesmo tempo, o campo museal e o cenário patrimonial. [...] “No Brasil destacou-se em termos teóricos e práticos o trabalho de Waldisa Russio,” [...] “politicamente engajada e comprometida com os processos de transformação social” (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS, 2007, p. 19).

A segunda Reforma Curricular do curso de Museologia buscou apresentar uma visão mais antropológica, “voltada para noção ampliada dos conceitos cultura e patrimônio”, “dos movimentos paralelos, a exemplo do Movimento Internacional da Nova Museologia”. Dessa forma, o curso foi deixando o “estudo das coleções e direcionou as ações museológicas trabalhadas na academia para o reconhecimento da realidade social soteropolitana” (COSTA, 2009, p. 245).

4.2.1 O Currículo do Curso de Museologia da Bahia (1991)⁶¹

Currículo do Curso de Museologia⁶²

O PROFISSIONAL – São atribuições do Museólogo: **lecionar Museologia nos seus diversos conteúdos**, em todos os graus e níveis, obedecidas as apreciações legais; planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins; executar todas as atividades técnicas concernentes ao funcionamento dos museus; solicitar o tombamento de bens culturais e seu registro em instrumento específico; coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico; planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais; promover estudos e pesquisas sobre cervos museológicos; definir o espaço museológico adequado à apresentação e guarda das coleções; informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior; dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de Museologia nas instituições governamentais da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como em órgãos particulares de finalidades; prestar serviços de consultoria e assessoria na área de museologia; realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem como sua autenticidade; orientar, supervisionar e executar programas de

⁶¹ Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

⁶² No ANEXO F, ao final deste trabalho, pode-se ver o Currículo do Curso de Museologia da UFBA (1991).

treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoa das áreas de Museologia e Museografia, como atividade de extensão; orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposição de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, bem como nelas fazer-se representar.

BASES LEGAIS – Parecer nº. 961/69 e Resolução nº. 14 de 27 de fevereiro de 1970, do C.F.E. Lei que regulamenta a profissão – 7.287 de 18.12.84. Decreto – 94.775 de 15.10.85. [grifo meu].

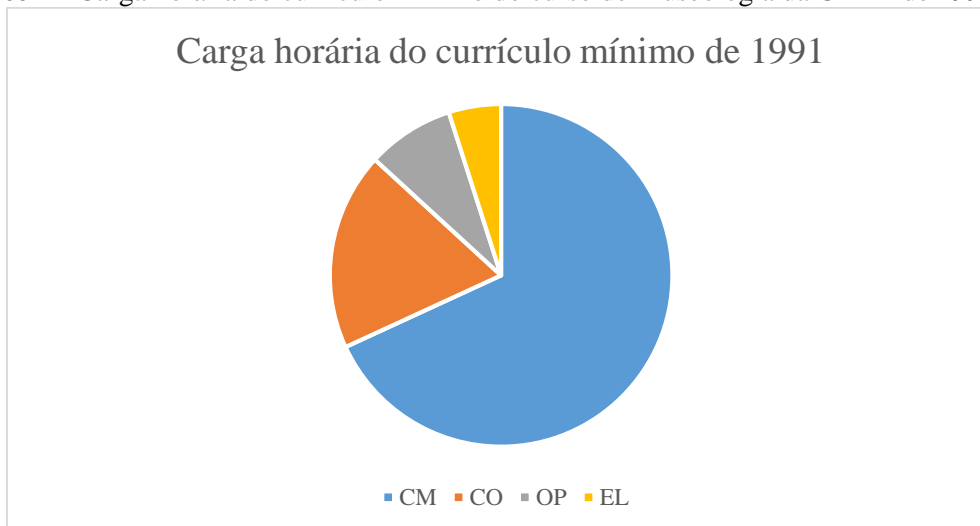
O novo currículo apresentou novidade a respeito da formação do museólogo, mais uma habilidade atribuída ao profissional, “lecionar Museologia nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis”, além de algumas mudanças que visavam à atualização conceitual e filosófica do museu integral e inclusão social.

As disciplinas Técnicas de Museu deixaram de existir e surgiram as disciplinas Introdução à Museologia, Introdução à Conservação, Museologia I e II, Ação Cultural e Educativa dos Museus.

O programa da disciplina Técnica de Museu II foi aprovado em 10 de outubro de 1974, do Departamento de História, e utilizado na disciplina Museografia II, do currículo novo, tendo em vista que o conteúdo programático é o mesmo, apenas modificado a carga horária semanal. Na ementa de Museografia II consta Planejamento e Instalação de Exposições.

A disciplina Introdução à Museologia inseria as discussões e os conceitos sobre o Museu e a Museologia. Dividida em 3 módulos: módulo I – identidade cultural, os patrimônios culturais e as políticas de preservação dos patrimônios; módulo II – história dos museus, as coleções, a museologia e seu objeto de estudo, como também o profissional museólogo – e documentos norteadores; módulo III – teorias da administração, planejamento e legislação.

O Currículo de 1991 fixando para sua integralização o mínimo de 3 e o máximo de 5 anos letivos, também teve mudanças na carga horária, ficando com um total de 2.730 h/a, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Carga horária do currículo mínimo do curso de Museologia da UFBA de 1991⁶³

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Sendo 1.860h correspondentes as disciplinas do Currículo Mínimo (CM) e 510h das disciplinas Complementares Obrigatórias (CO). As disciplinas Complementares Optativas (OP), sendo 8% do total de horas utilizadas, essa porcentagem equivale a um total de 225 horas, e as disciplinas Eletivas (EL) um total de 135h.

As disciplinas Técnicas de Museu deixaram de existir e surgiram as disciplinas Introdução à Museologia, Introdução à Conservação, Museologia I e II, Ação Cultural e Educativa dos Museus.

O programa da disciplina Técnica de Museu II foi aprovado em 10 de outubro de 1974, do Departamento de História, e utilizado na disciplina Museografia II, do currículo novo, tendo em vista que o conteúdo programático é o mesmo, apenas modificado a carga horária semanal. Na ementa de Museografia II consta Planejamento e Instalação de Exposições.

A disciplina Introdução à Museologia inseria as discussões e os conceitos sobre o Museu e a Museologia. Dividida em 3 módulos: Módulo I – Identidade cultural, os patrimônios culturais e as políticas de preservação dos patrimônios; Módulo II – História dos museus, as coleções, a museologia e seu objeto de estudo, como também o profissional museólogo – e documentos norteadores; Módulo III – Teorias da

⁶³ Fonte: Dados retirados a partir da análise das matrizes curriculares do curso Museologia da UFBA no ano de 1991. Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

administração, planejamento e legislação. O Plano de Curso da disciplina FCH 334 – Introdução à Museologia do curso de Museologia era disposto por três módulos:

- Módulo I – IDENTIDADE CULTURAL – Relação entre nacionalidade e a Identidade cultural, dinâmica de Ação Cultural, Política Oficial de Preservação Cultural, Ação dos Grupos sociais. PATRIMÔNIO CULTURAL – Conceito Geral, Classificação, Organismo Internacionais de Proteção, Leis, Histórico da Preservação. PATRIMÔNIO CULTURAL X PATRIMÔNIO NATURAL - Problemas de Interface, A Intervenção do Homem, A Preservação do Meio Ambiente Frente a Ação Cultural. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - Definição, Composição, Importância de preservação, Legislação vigente. POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL - Histórico, Organismo de Proteção, Criação do SPHAN, Questão pertinentes ao registro – Tombamento e Inventário -, Cartas internacionais, Cartas de Brasília e Salvador.

- Módulo II – HISTÓRIA DOS MUSEUS
ORIGEM DAS COLEÇÕES – O Homem enquanto colecionador, Grécia, Alexandria, Roma, China, o Cristianismo. Bizâncio, Idade Média, Acumulação dos Tesouros. DA COLEÇÃO AO MUSEU – O Renascimento, os Mecenas, os Gabinetes de Curiosidade, As Galerias, As Coleções Papais. SÉCULO XVII e XVIII - A coleção privada, Finalidade Pública, A Afirmação do Museu enquanto Equipamento cultural coleções reais, Pesquisas arqueológicas (descoberta de Herculano e Pompeias) Revolução Francesa. SÉCULO XX - A função científica e histórica, As guerras Napoleônicas, Museus nacionais, Categorias de Museus de acordo com seu acervo, Museu universitário e (Democratização dos Museus). A MUSEOLOGIA COMO CIÊNCIA – Objeto de estudo de Museologia, Reedificação do conceito de museu, o museu na atualidade, função social do museu. O PROFISSIONAL MUSEOLOGO – Ética profissional, lei de Regulamentação, o mercado de trabalho.

- Módulo III – ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS MUSEUS – Estatutos e Organização. Administrativa, conselhos, Órgãos deliberativos, Problemas de gestão, Programação, Organização de Serviços e Departamentos.

O Estágio Supervisionado (FCH262), com 306 horas e 06 créditos, era realizado em 01 semestre letivo e tinha como objetivo inserir o estudante nas experiências de atuação no espaço profissional, proporcionando ambiente de aprendizagem adequado com acompanhamento pedagógico. Para os estudantes do curso de Museologia da UFBA, essa experiência era realizada em museus, escolas, centros comunitários ou instituições afins que proporcionassem conhecimento e desenvolvimento da atividade técnica da

museologia, com supervisão de um professor que orientava o estudante no planejamento das atividades e avaliando de acordo a participação e desempenho.

Aprovado em reunião de Colegiado de Museologia em 24 de agosto de 1989, pelo Departamento de História em 29 setembro de 1989 e pela Câmara de Ensino de Graduação através do Parecer nº. 035/90, na sessão do dia 01 de fevereiro de 1990, o Estágio Supervisionado tem por objetivo treinar o estudante, em situação específica do exercício profissional, no uso adequado dos instrumentos de trabalho e na emissão dos comportamentos exigidos do profissional.

O estudante que cumprir todas as disciplinas técnicas de museu, poderá matricular-se e cursar o Estágio Supervisionado conforme fluxograma do Curso de Museologia. E deverá optar por uma das cinco áreas – Organização e Planejamento dos Museus, Classificação e Documentação do acervo museológico, Conservação, Exposição e Ação Cultural e Educativa dos Museus. Como campo de estágio capaz de absorver os estagiários do curso de Museologia da UFBA, serão considerados os Museus e Instituições Afins, públicas e privadas, escolas da rede particular e oficial de ensino, centros comunitários, educacionais, instituições que apresentem suporte para o desenvolvimento de trabalhos técnicos na área da museologia, tendo prioridade os museus da UFBA. Os locais para estágio deverão obedecer às seguintes condições: permitir a estabilidade do estágio durante 18 horas semanais para a realização de atividades programadas com o supervisor; consentir ao supervisor acesso ao local durante o período de estágio para acompanhamento direto do estudante; apresentar na instituição museológica técnico credenciado pelo Colegiado que possa acompanhar diretamente as atividades exercidas pelo estagiário; prover as informações solicitadas pelo Colegiado, referentes ao desempenho do estagiário; fornecer as condições materiais necessárias para o desenvolvimento das atividades práticas planejadas. As atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado deverão ser pertinentes com projetos, programas ou atividades que estejam em andamento na instituição a que o estagiário estava vinculado.

4.3 O Departamento de Museologia da UFBA

O Professor Fernando Peres do Departamento de História, no Parecer de 01 de julho de 1970⁶⁴, já apresentava razões para o Curso de Museologia ter o seu próprio Departamento, “[...] somos pela conveniência da vinculação do Curso de Museologia à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, com um Departamento autônomo com estreita cooperação com os Departamentos de História, Antropologia, etc.”(PERES, 1970, p.3). [grifo do autor].

Até o ano de 1992, o curso de Museologia funcionou vinculado ao Departamento de História, no total de 23 anos, sob várias gestões. Assim, buscou-se a sua desvinculação, para maior autonomia e, portanto, crescimento qualitativo e quantitativo.

De acordo com a professora Heloisa Costa (2009),

Coube então ao Departamento de História a responsabilidade de gerir, acadêmica e administrativamente, o curso e essa não foi uma administração simples e sem divergências, [...] tamanhas foram as divergências quanto à então recém-chegada “disciplina científica”, não bem aceita por todos os demais professores, à época (anos 70-80). (COSTA, 2009, p. 243).

O Departamento de Museologia foi aprovado por unanimidade em sessão realizada em 26 de novembro de 1991 pelo Conselho Universitário da UFBA, e foi implantado em 04 de fevereiro de 1992 na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Sendo eleitas as professoras Maria Célia T. Moura Santos – Chefe de Departamento e Heloisa Helena G. da Costa – Vice-Chefe para o biênio 92/94. Com corpo docente de 06 professores, faziam parte do Departamento de Museologia: Silvia Maria Menezes de Athayde, Oswaldo Gouveia Ribeiro, Antonio Oliveira Rios e Rosana Andrade Dias do Nascimento.

⁶⁴ No ANEXO C, ao final deste trabalho, pode-se ver o documento completo.

Figura 14 - “FFCH ganha mais um Departamento” – Instalação na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas o Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia, matéria publicada na *Folha de São Lázaro*, Caderno 2, Salvador/BA, 1992.

Folha de
2 SÃO LÁZARO

FFCH ganha mais um Departamento

O Conselho Universitário da UFBA, em sessão realizada no dia 26 de novembro de 1991, aprovou por unanimidade, a criação do Departamento de Museologia.

Tal pleito havia sido formalizado desde 1985, quando a Congregação da FFCH aprovou a solicitação de criação do referido Departamento, a qual foi encaminhada, imediatamente, pela Direção da FFCH, às instâncias superiores. Nestes sete anos, várias gestões foram encaminhadas, nesse sentido, pela Direção da FFCH, pelo Colegiado do Curso de Museologia e pelo Departamento de História, ao qual o Curso estava vinculado.

Em reunião realizada no dia 04 de fevereiro de 1992, foi finalmente instalado, nesta Faculdade, o Departamento de Museologia, tendo sido eleitos Chefe e Vice-Chefe, respectivamente, as Professoras Maria Célia T. Moura Santos e Heloisa Helena G. da Costa para o biênio 92/94.

Também fazem parte do corpo docente do Departamento de Museologia, os Professores:

Sílvia Maria Menezes de Athayde
Oswaldo Gouveia Ribeiro



Antonio Oliveira Rios e Rosana Andrade Dias do Nascimento.

Os professores do Curso de Museologia, neste momento, registram que o fato de terem participado do Departamento de História, contribuiu de modo significativo para o amadurecimento e crescimento do referido Curso, sobretudo pela convivência respeitosa e profissional que foi mantida durante todo o período em que atuaram conjuntamente.

Fonte: Arquivo FFCH/UFBA.

Durante o período em que esteve vinculado ao Departamento de História, o curso funcionou com o corpo docente reduzido. Em 1979, contava com apenas 03 professores, com a primeira reforma curricular e o reconhecimento do curso pelo Conselho Federal da Educação. Tendo uma aposentadoria, houve a substituição na vaga e uma contratação, o que completava um total de 04 professores. No transcorrer de 10 anos, houve mais uma contratação, em 1989, após a segunda reforma curricular, que foi implementada no 1º semestre, tendo a necessidade de acrescentamento do corpo docente, que resultava em abertura do concurso público para o mês de dezembro. Com a aposentadoria da professora Valdete Paranhos, em 18 de novembro de 1991, cuja vaga não pôde ser preenchida na Museologia, devido às novas normas e critérios estabelecidos na universidade, a carga

horária foi mais agradável e a necessidade de concurso público ampliada (OF. N.º. 58/92, DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA, SALVADOR, 23 nov. 1992).

O curso de Museologia da UFBA ganha seu próprio Departamento, mas continuava funcionando com reduzido número de professores. Em regime de (Dedicação Exclusiva), eram 04 docentes, com carga horária de 40h era apenas 01 docente, e mais 01 de 20h. Conforme o Ofício n.º. 11/93 do Departamento de Museologia, os professores tinham sempre que desempenhar atividades administrativas e representativas, ao mesmo tempo em que realizavam seus cursos de Pós-Graduação na própria universidade, sendo 01 docente cursando doutorado e 03 no mestrado. Muitas vezes, em função de não inviabilizar as atividades do curso, e em busca do reconhecimento do nível nacional por sua qualidade e desempenho, deixavam de fazer uso dos seus direitos básicos, como férias, licenças-prêmio. Em 1992, a situação funcional e as atribuições dos professores do curso de Museologia da UFBA era a seguinte:

1. Antonio Oliveira Rios – Professor Assistente 01 com carga horária de 40h, e estava dispensado 20h para cursar o Mestrado em Educação; era representante do Departamento junto à congregação de FFCH e docência da disciplina FCH 222 – Técnica de Museu II.

2. Heloisa Helena Fernandes Gonçalves Costa – Professora DE, Docente da disciplina FCH 262 – Estágio supervisionado com o total de 270h, Vice-Chefia do Departamento de Museologia e representante dos Professores Assistentes à congregação de FFCH.

3. Maria Célia T. Moura Santos – Professora DE, Docente dispensada em 20h para cursar o Doutorado em Educação na UFBA, e Chefe de Departamento de Museologia, com 03 licenças-prêmio vencidas.

4. Osvaldo Gouveia Ribeiro – Professor DE, Assiste 04, Docente da disciplina FCH 260 – Técnica I B com carga horária de 60h, e FCH 336 – Arte Sacra Cristã com carga horária de 90h. Dispensado de 20h para cursar Mestrado em História da Arte na UFBA. Coordenador do Colegiado do Curso de Museologia, com 02 licenças-prêmio vencidas.

5. Rosana Andrade Dias do Nascimento – Professora RT=DE/Auxiliar 01, Docente da disciplina FCH 262 – Estágio Supervisionado, com carga horária de 270h, no período estava concluindo o Mestrado em Educação, não tendo solicitado dispensa de carga horária. Vice-Coordenadora do Colegiado do Curso de Museologia.

6. Sylvia Maria Menezes de Athayde – Professora Assistente 04, com carga horária de 20h, Docente da disciplina FCH 261 – Técnica de Museu I B, com carga horária de 60h e FCH 335 – Arte Decorativa, com carga horária de 90h. Com 03 licenças-prêmio vencidas e necessitava fazer mestrado.

Em 06 de outubro de 1993, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas FFCH-UFBA, em reunião do Departamento de Museologia aprovaram as resoluções para o concurso Público de Professor da UFBA. Concurso Público para professor do Departamento de Museologia a ser realizado no 2º semestre do ano de 1993. Com as tais especificações para o Edital Geral: Matéria – Museologia Teórica e Prática, com 02 vagas para docente de Nível Auxiliar, Carga Horária – Regime de (Dedicação Exclusiva). Seleção com provas – escrita, com leitura pública, prova didática e prova de títulos.

Pela Resolução 01/93, relativa às normas e critérios da política de alocação de vagas para docentes no quadro da UFBA o departamento de Museologia foi considerado inabilitado. Com a tentativa de conseguir a alocação de vagas para docente, o Dep. de Museologia encaminha, em 30/03/93, nova análise de Parecer, através do Of. nº. 11/93, justificando a necessidade de concurso público para docente do departamento. O curso existente há 23 anos só tinha sido contemplado por 03(três) concursos para contratação de docentes, com uma vaga para cada seleção. Por ter sido vinculado ao Departamento de História por muito tempo, o curso não foi privilegiado com vagas para a contratação de professores.

Com a implantação do novo currículo, o Departamento de Museologia vivia um período muito peculiar, para ministrar 02 currículos – um para os estudantes ingressos até o ano de 1989 e outro para os que ingressaram a partir do vestibular de 1990, sob as determinações do currículo reformulado. Dessa forma, os professores do curso recebiam uma carga horária intensa, além dos cargos administrativos de chefias, representações e a qualificação na pós-graduação.

Procurando sempre oferecer à universidade e ao corpo discente a melhor atuação do curso, em 14 de setembro de 1994, a professora Heloisa Helena da Costa – Chefe do Departamento de Museologia, através do Ofício nº. 80/94, encaminha o conjunto do processo de alocação de vagas de docente, em virtude da exoneração do professor Oswaldo Gouveia Ribeiro – solicitando que seja concedida 01 vaga de professor para o Dep. de Museologia com regime de 40h, com DE, solicitando em caráter de expansão do Departamento a concessão de 03 vagas de professores, em regime de 40h, com DE, para as disciplinas de Museologia Teórica e Prática. O departamento oferecia 13 disciplinas e

como perspectivas e ampliação, de acordo estudos preliminares da reforma curricular, e o plano de Metas do Departamento, para isso seriam necessários mais 12 docentes, além dos 06 professores já existentes no curso.

O Plano de Metas do Departamento de Museologia relacionava-se ao ensino de graduação, de pós-graduação *stricto e lato sensu*, pesquisa e extensão. Para o ensino da graduação, foram estabelecidos os prazos de 02 semestres do ano de 1995 para a realização das seguintes atividades:

- Efetuar revisão do currículo do curso, atualizando-o dentro de novas perspectivas teórico-metodológicas;
- Analisar possibilidades de oferta das disciplinas de Introdução (Museologia e Conservação) como optativas ou eletivas, para outros cursos da UFBA, tendo em vista a pertinência dos programas;
- Estabelecer um programa periódico de apresentação dos trabalhos de pesquisa dos docentes aos estudantes do curso, objetivando discussão e avaliação dos resultados até então obtidos;
- Enviar esforços para a criação de um laboratório didático para o curso, que atenda às disciplinas técnicas;
- Promover ações integradas com os Museus da própria UFBA, de acordo com planejamento global.

No que diz respeito às Atividades de Pesquisa e Extensão do Plano de Metas, foram organizadas para a realização das suas atividades no 2º semestre de 1994 e no 1º semestre de 1995. Seguem as atividades propostas:

- Promover ações integradas de Pesquisa e Extensão com museus da UFBA e outras instituições afins no Estado da Bahia, a exemplo do Museu Didático Comunitário de Itapoá;
- Dar continuidade, com periodicidade anual, ao Seminário de Integração Curso de Museologia/Museus de Salvador;
- Implementar o Projeto Reciclagem e Conservação de Papel, com curso teórico/prático, tendo em vista um futuro núcleo de reaproveitamento de papel em FFCH, que poderá atender também a outras unidades;
- Estabelecer um cronograma de envio de textos, resultantes das pesquisas dos docentes, à gráfica Universitária para que, após análise do Conselho Editorial, sejam indicados a modalidade e os procedimentos para publicação.

Após a reformulação curricular do curso, algumas disciplinas do CM – currículo mínimo sofreram mudanças nos seus planos. Como foi o caso das disciplinas FCH 335 – Arte Decorativa, FCH 342 – Ação Cultural e Educativa dos Museus do Curso, FCH 337 – Classificação e Documentação e FCH 336 – Arte Sacra Cristã. Com a reformulação curricular o Plano de Curso da disciplina FCH 335 – Arte Decorativa do Curso de Museologia no ano de 1994⁶⁵, foram implementados os seguintes conteúdos programáticos:

1. Introdução às Artes Decorativas
 - 1.1 Estilos – conceitos – Cronologia
- 2 Mobiliário
 - 2.1 Terminologia – elementos técnicos – elementos decorativos – materiais;
 - 2.2 O mobiliário da idade média ao renascimento
 - 2.3 O mobiliário barroco – séc. XVII (França, Inglaterra, Holanda, Itália)
 - 2.4 O mobiliário barroco – séc. XVII (Portugal, Espanha)
 - 2.5 O mobiliário indo-português – séc. XVI
 - 2.6 O mobiliário barroco séc. XVIII (França, Inglaterra, Holanda, Itália)
 - 2.7 O mobiliário barroco séc. XVIII (Portugal)
 - 2.8 O mobiliário Neoclássico (França – Inglaterra)
 - 2.9 O mobiliário Neoclássico (Portugal)
- 3 Cerâmica
 - 3.1 Os diferentes tipos de cerâmica: terracota, faiança, majólica, grés, porcelana)
 - 3.2 Técnicas de fabricação, técnicas decorativas, marcas
 - 3.3 A porcelana europeia: principais manufaturas – características gerais
 - 3.4 A porcelana oriental: China e Japão. A porcelana de exportação: Cia. das Índias
 - 3.5 A identificação das peças e sua classificação
- 4 Heráldica
 - 4.1 Definição, origem, evolução
 - 4.2 Escudos, formas, pontos, divisões, esmaltes, metais e peles
 - 4.3 Peças honrosas, peças móveis, figuras e atributos
 - 4.4 Ornatos externos – ornatos eclesiásticos
 - 4.5 Leitura e descrição técnica dos brasões

⁶⁵ Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

O Plano de Curso da disciplina FCH 342⁶⁶ – Ação Cultural e Educativa dos Museus de 1994, contemplam conteúdos do processo museológico como processo educativo e de comunicação – aspectos teóricos metodológicos:

- 1 Patrimônio Cultural, Educação e cidadania
 - 1.1 Patrimônio cultural e a dinâmica do processo social
 - 1.2 A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania
 - 1.3 Identidade cultural e processo educativo
- 2 Patrimônio Cultural, Educação e cidadania
 - 2.1 Patrimônio cultural e a dinâmica do processo social
 - 2.2 A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania
 - 2.3 Identidade cultural e processo educativo
- 3 Processo Museológico e Educação
 - 3.1 Políticas cultural e educacional no Brasil: inserido a museologia e o museu neste contexto
 - 3.2 Teoria museológica e ação educativa
 - 3.3 A dimensão pedagógica do museu
 - 3.4 Procedimentos metodológicos
- 4 Museologia e Ação Cultural
 - 4.1 A ação museológica como ação educativa e de comunicação
 - 4.2 Ação cultural X extensão
 - 4.3 O compromisso social do profissional museólogo
 - 4.4 A museologia e o trabalho comunitário: aspectos teóricos-metodológicos

Análise da teoria documental e dos procedimentos técnicos museológicos para a criação de sistemas de gerenciamento das informações dos acervos museológicos é o Plano de Curso da disciplina FCH 337⁶⁷ – Classificação e Documentação do Curso de Museologia no ano de 1994, organizado na seguinte forma:

- 1 Conceito de Documento
- 2 Documentação
 - 2.1 Definição básica (técnica e administrativa)
 - 2.2 Ciência da Informação: A documentação na Museologia, na Biblioteconomia e na Arquivologia
 - 2.3 O Homem como centro de documentação
 - 2.4 A interdisciplinaridade e a documentação museológica
 - 2.5 Documentação e pesquisa – problemas práticos de inter-relação
- 3 A documentação Museológica através dos tempos

⁶⁶ Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

⁶⁷ Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

- 4 Ética de Aquisição
 - 4.1 Políticas de Aquisição
 - 4.2 instrumentos de Controle
 - 4.3 Deontologia profissional X Ética de Aquisição
 - 4.4 Falsificação e réplicas
 - 4.5 Questões jurídicas – direito de autor e do proprietário
 - a. Tipos de Aquisição
- 5 Documentação Técnicas Museológica
 - 5.1 Documentação de campo
 - 5.2 Importância da Identificação
 - 5.3 Documentação Provisória Aquisição
 - 5.4 Coleções em fase de tratamento
 - 5.5 Inventário, Registro e Tombamento
 - 5.6 Sistema de Numeração
 - 5.7 Marcação de artefatos e espécimes
 - 5.8 Catalogação e classificação (THESAURUS)
 - 5.9 Catálogos descritivos e científicos
 - 5.10 Sistema de Fichas
 - 5.11 Ficha de Identificação/Classificação
 - 5.12 Ficha de localização com Planta baixa
 - 5.13 Ficha de Conservação
 - 5.14 Organização e Acondicionamento dos Fichários
 - 5.15 Índice Remissivo
 - 5.16 Planejamento e organização de Dossiê
 - 5.17 Documentação para exposição itinerante
- 6 Documentação Audiovisual
 - 6.1 Organização e manuseio
 - 6.2 Fototeca e Negatoteca
 - 6.3 Filmoteca
 - 6.4 Fonoteca
- 7. Informatização da Documentação Museológica

O Plano de Curso da disciplina FCH 336⁶⁸ Arte Sacra Cristã no ano de 1994 tinha como ementa - Estudo da escultura, da talha, da pintura, dos paramentos e da ourivesaria religiosa cristã, constituída assim:

- 1. Pintura
 - 1.1 Considerações gerais
 - 1.2 Primórdios de Arte Cristã
 - 1.3 Desenvolvimento
 - 1.4 Controvérsias e defesas das imagens
 - 1.5 A pintura medieval
 - 1.6 A crise da Igreja. Reforma e Contra Reforma. Influencia sem a iconografia

⁶⁸ Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

- 1.7 Características da pintura renascentista. Itália, França, Portugal
 - 1.8 Os Estilos brasileiros do XVI ao XIX
 - 1.9 A decadência da Arte religiosa – produção de painéis votivos e sem divulgação, criação de novas devoções populares
- 2 Escultura e talha
 - 1.1 A Escultura/as limitações religiosas
 - 1.2 A escultura religiosa através da História
 - 1.3 A introdução do Renascimento em Portugal para franceses
 - 1.4 A talha e a escultura religiosa em Portugal
 - 1.5 A talha e a escultura religiosa cristã no Brasil. Considerações gerais
 - 1.6 Os estilos brasileiros séculos XVII e XIX na Imaginaria
 - 1.7 Classificação dos retábulos brasileiros
- 3 Ourivesaria
 - 3.1 Considerações gerais
 - 3.2 Técnica: construtiva e decorativa
 - 3.3 Objetos do culto religioso: função
 - 3.4 Desenvolvimento dos estilos brasileiros séculos XVII, XVIII e XIX
- 4 Paramentos
 - 4.1 Considerações gerais: História
 - 4.2 Materiais utilizados e técnicas
 - 4.3 Desenvolvimento do bordado na Idade Média
 - 4.4 Evolução do bordado no período Barroco
 - 4.5 Principais paramentos e sua função litúrgica
 - 4.6 Leitura iconográfica dos paramentos
 - 4.7 Vestes sacerdotais – insígnias

O Departamento de Museologia seguiu ampliando o quadro de docentes do curso. Constituiu uma transição de gerações de docentes, alguns professores pioneiros se aposentaram e foram criadas novas vagas para professores, que constituíram em serem ocupadas por ex-estudantes do curso de Museologia da UFBA, como os/as professores/as Marcelo Cunha, José Claudio Oliveira, Maria das Graças Teixeira e Sidélia Teixeira.

Em 1997, o curso de Museologia da UFBA contava com 09 professores, com titulações variadas – uma Professora Adjunta, 3 Professores Auxiliares e 5 Assistentes, em sua maioria diplomados do curso de bacharelado em Museologia da UFBA. Apenas a professora Heloisa Helena Costa tinha formação no Rio de Janeiro, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 - Professores do Departamento de Museologia em 1997⁶⁹

Professor (a)	Classe	Ano de ingresso na UFBA	Titulação
Antonio Oliveira Rios (UFBA)	Assistente	1982	Especialização
Heloisa Helena F. da Costa (RJ)	Assistente	1990	Mestrado
José Claudio A. de Oliveira ⁷⁰ (UFBA)	Assistente	1996	Mestrado
Maria Célia T. Moura Santos (UFBA)	Adjunto	1974	Doutorado
Marcelo N. B. Cunha ⁷¹ (UFBA)	Auxiliar	1994	Graduação
Maria das Graças de S. Teixeira ⁷² (UFBA)	Auxiliar	1995	Graduação
Rosana A. do Nascimento ⁷³ (UFBA)	Assistente	1991	Mestrado
Sylvia Maria Menezes Athayde (UFBA)	Assistente	1974	Graduação
Sidélia Santos Teixeira ⁷⁴ (UFBA)	Auxiliar	1994	Graduação

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

⁶⁹ Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

⁷⁰ Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil. Pós-doutorado em Comunicação e Tecnologias, pela UMinho, Portugal (FAPESB BOL2757/2012, CAPES BEX18009/12-3). Pós-doutorado PNPd/CAPES em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (88882.317832/2013-01). Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade na Universidade do Estado da Bahia. Professor Associado III do Departamento de Museologia da UFBA. Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (1989-1993). Professor permanente dos Programas de pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e Museologia da UFBA (PPGMuseu). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8556052856793278>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

⁷¹ Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha Graduado em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (1986-1992). Mestre em Ciência da Informação (Universidade Federal da Bahia – 1999). Doutor em História Social (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 2006). Pós-Doutor em Museologia (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – Lisboa – Portugal). Professor do Departamento de Museologia (UFBA), do Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos (FFCH – UFBA), do Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia e Programa de Estudos Pós Graduados em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (Lisboa – Portugal). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8246819454433878>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

⁷² Pós-Doutorado em Sociomuseologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Artes – Lisboa (2018-2019). Doutorado em História pela Universidade Federal da Bahia (2007). Mestrado em Artes Visuais pela Universidade Federal da Bahia (1999). Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (1989-1993). Atualmente, é Professora Associada III da Universidade Federal da Bahia; atuando como professora da graduação do Curso de Museologia/UFBA e do PPGMUSEU/UFBA. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5157646083732098>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

⁷³ Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (1981 - 1986), mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (1993) e doutorado em História pela Universidade Federal da Bahia (2008). Em 1989 foi aprovada em Concurso Público para o Departamento de Museologia da UFBA. Em 2009, foi redistribuída para a Universidade Federal de Santa Catarina, com lotação no Departamento de Expressão Gráfica-EGR/CCE/UFSC. É colaboradora do Ministério da Cultura do Brasil; da Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia – Lisboa. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4874268042003853>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

⁷⁴ Graduada em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (1987-1992), mestre em Muséologie et Mediation Culturelle pela Université D'Avignon e doutora em Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8304917919087345>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

Continuando o processo de transição de professores no curso, em 2002, através de concurso público, a professora doutora em Educação Joseania Miranda Freitas⁷⁵ começou a lecionar no curso de Museologia da UFBA. Também naquele ano, procedente de São Paulo, a professora Suely Moraes Cerávolo⁷⁶ ingressa como Professora Adjunta do curso de Museologia.

4.4 O Currículo do Curso de Museologia da UFBA (2000)

De acordo com a professora Maria Célia Santos, no VI Seminário de Integração do Curso de Museologia com Museus da Cidade de Salvador, realizado em 1996, o curso de Museologia da UFBA apresentou e discutiu com estudantes e profissionais um projeto para reforma do currículo que tinha com objetivo geral:

Realizar a reforma do currículo do curso de Museologia da UFBA, considerando a evolução do processo museológico, permitindo a formação do profissional museológico, a partir da relação entre a teoria e prática, adequando-o às necessidades da sociedade. Específicos: avaliar as disciplinas do atual currículo, propondo modificações nos conteúdos, na carga horária, na creditação e na cadeia de pré-requisitos, realizando eliminações, caso necessários. Ampliar os conteúdos relativos à teoria museológica, desdobrando disciplinas existentes e criando novas. Ampliar a cadeia de disciplinas profissionalizantes relativas à formação do museólogo, atualizando-o para o exercício da musealização. Rever as normas e a aplicação da disciplina de Estágio Supervisionado. Considerar como carga horária de disciplinas complementares-obrigatórias projetos na área de museologia realizados pelos alunos com a supervisão do corpo docente do curso. Propor o oferecimento de algumas disciplinas do currículo do curso de Museologia como eletivas para outro curso da UFBA. (SANTOS, 2004, p. 209).

⁷⁵ Doutora em Educação (UFBA), com pós-doutorado em História (Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP 2016-2017) e pós-doutorado em História (UFG/UNINORTE-Colômbia/UPVD-Perpignan-França 2006-2007). Professora Titular do curso de Museologia da UFBA. Primeira coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Museologia/PPGMuseu/UFBA (2013-2015). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2522358867008495>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

⁷⁶ Graduação em História (iniciada na Sedes Sapientie PUC/SP, finalizada na UFBA); Ms. em Ciência da Informação e Documentação (ECA/USP); Dra. em Ciências da Comunicação (ECA/USP, 2004); pós-doutoramento área Museologia/História dos Museus no Brasil realizado junto ao Museu Paulista/USP (supervisão Dra. Heloisa Barbuy) (concluído em agosto 2009); pós-doutoramento (janeiro-julho 2019) sob a supervisão da profa. Dra. Maria Margaret Lopes – PPGCI/UnB. Docente do Dpto. de Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA. Profa. permanente do PPGMuseum/UFBA. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3520955054532444>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

Entre os anos de 1999 e 2000, os professores do Departamento de Museologia avaliaram a necessidade de uma nova reformulação do currículo do curso. Configurava-se a inserção aprofundada da Museologia nas Ciências Sociais, proporcionando ao estudante uma visão mais ampla de contexto balizado na realidade social. No século XX, os museus como um todo passam a ser espaços mais sociáveis e de frequência difundida por parte de determinadas camadas da população.

Nos museus também, o processo do conhecimento é realizado de duas formas – na ação – pesquisando encontrando novas verdades sobre a realidade (pesquisa científica pura) e na ação de transferência de conhecimento adquirido na forma (pesquisa aplicada), realizado nas exposições e nas atividades educativas – culturais. (GREGOROVÁ, 1990 p. 46).

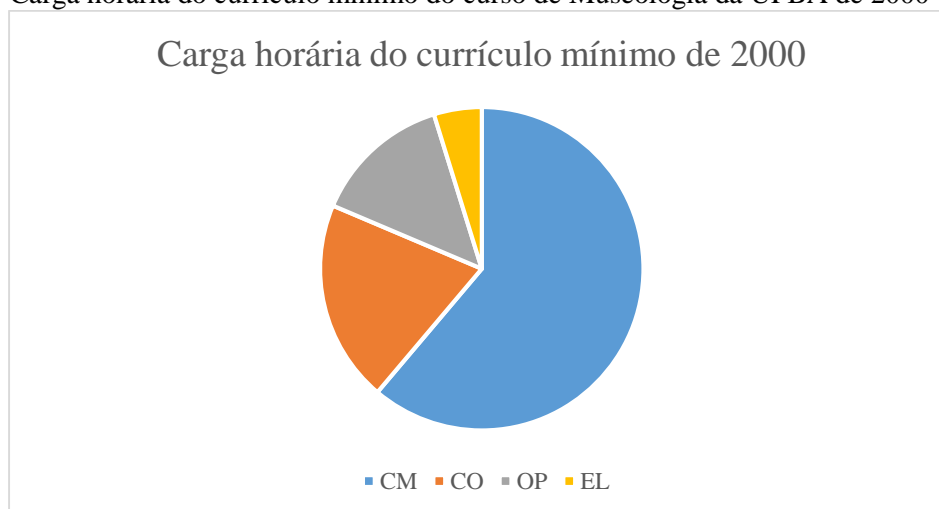
Esperava-se que a atuação dos museus pudesse:

[...] incorporar anseios populares e comunitários tornando-se destes porta voz [...] um meio para subverter e inverter a estratigrafia da pirâmide social ciosa em manter a elite acima, e o popular embaixo. Os museus deveriam se tornar fóruns para debates de problemas sociais, políticos, econômicos, de minorias, das diferenças ou das igualdades. Nas áreas de exposição e nas estratégias de apresentação se casariam conhecimentos cultos, acadêmicos, científicos, e os do senso comum. Todos ocupando um único patamar, o de cima. Waldisa se engajava nessas expectativas, e as idéias do educador Paulo Freire se faziam presente na sua fala e escrita. (CERÁVOLO, 2004, p. 2).

Enquanto museu e sociedade tratam a relação dos museus para a realidade material e social, propiciam condições para a interdisciplinaridade. Seu estudo passou a ser a função social dos museus, os aspectos culturais – influência dos museus e das coleções para o público, educacionais – influência do museu em outro formato de educação e sociológico – influência sociocultural dos museus, são inúmeras as influências que configuram o currículo de 2000⁷⁷.

Fundamentalmente, o currículo mínimo é composto pelos grupos nucleares de matérias no total de 2.820h representadas no Gráfico 3, para sua integralização, o mínimo de 3 e o máximo de 5 anos letivos. Em relação às disciplinas que se enquadram no Currículo Mínimo (CM) de 2000 há um total de 1.725h, sendo 61% da carga horaria do curso.

⁷⁷ No ANEXO G, ao final deste trabalho, pode-se ver Currículo do Curso de Museologia da UFBA (2000).

Gráfico 3 - Carga horária do currículo mínimo do curso de Museologia da UFBA de 2000⁷⁸

Fonte: Elaborado pela Autora, 2019.

As disciplinas Complementares Obrigatórias (CO) ocupam 20% do total da carga horária com 570h. As categorias de Disciplinas Complementares Optativas (OP) e Eletivas (EL) estão presentes nas proporções de 14% (390h) e 5% (135h) respectivamente.

Conseqüentemente, mais uma vez, a atenção em cumprir às resoluções, a fim de que o curso não caminhasse em sentido contrário ao que estava sendo recomendado em torno da formação na área de acordo as leis, normas e regulamentos, foi ampliada a carga horária das disciplinas.

Os museus difundem-se no cenário político e cultural do mundo contemporâneo. Passaram de ser entendidos por “setores da política e da intelectualidade brasileira” somente como local guarda das coleções e transformaram em “práticas sociais complexas”, que se ampliam para a criação, comunicação, produção de conhecimentos e preservação dos patrimônios culturais. Portanto, cresce o empenho político nesse território emblemático em crescimento (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS, 2007, p. 20).

Em 9 de julho de 2001, é publicado no Diário Oficial da União, Seção 1e, p. 50 o Parecer CNE/CES 492/2001 – Homologado Despacho do Ministro em 04/07/2001, que apresenta as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Museologia e expõe o perfil dos formandos, suas competências e habilidades, como também os conteúdos gerais e específicos, a estrutura dos cursos e a avaliação da instituição.

⁷⁸ Fonte: Dados retirados a partir da análise das matrizes curriculares do curso Museologia da UFBA no ano de 2000. Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

[...] A formação do museólogo supõe o domínio dos conteúdos da Museologia e a preparação para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, especialmente, aqueles que demandem intervenções em museus, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural.

[...] Compreender o Museu como fenômeno que se expressa sob diferentes formas, consoante sistemas de pensamento e códigos sociais;

- Interpretar as relações entre homem, cultura e natureza, no contexto temporal e espacial;
- Intervir, de forma responsável, nos processos de identificação, musealização, preservação e uso do patrimônio, entendido como representação da atividade humana no tempo e no espaço;
- Realizar operações de registro, classificação, catalogação e inventário do patrimônio natural e cultural;
- Planejar e desenvolver exposições e programas educativos e culturais. (PARECER CNE/CES 492/2001).

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram estabelecidas novas medidas para o Ministério da Cultura (MinC), sob a gestão do ministro Gilberto Gil, como também foi gerado um plano de implementação de políticas públicas. O MinC criou a Coordenação de Museus e Artes Plásticas e convidou a sociedade museológica para atuar na construção de uma política pública voltada para o setor. A Política Nacional de Museus teve seu lançamento, meio às celebrações do Dia Internacional de Museus, em 16 de maio de 2003. (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS, 2007, p. 19).

Em 2003, a comunidade museológica participa da construção de uma Política Museológica para o País, com o objetivo de promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, ampliando e estimulando as instituições museológicas já existentes e pela promoção à concepção de novas ações de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do País (SANTOS, 2019, p. 265).

A construção da Política Nacional de Museus foi dividida em quatro etapas:

1. Elaboração de um documento básico para discussão geral com a participação de representantes de entidades e organizações museológicas e universidades, além de profissionais de destacada atuação na área;
2. Apresentação e debate público do documento básico, em reuniões ampliadas, no Rio de Janeiro e em Brasília;
3. Ampla disseminação e discussão do documento básico por meio eletrônico e reuniões presenciais;

4. Uma equipe diversificada, formada por representantes do poder público e da sociedade civil, consolidou as diferentes sugestões e apresentou uma nova versão para o documento inicial.

Como resultado, constituiu-se o entendimento de “museus como práticas e processos socioculturais colocados a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento”, “[...] voltados para as ações de investigação e interpretação, registro e preservação cultural, comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza” (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS, 2007, p. 22).

O princípios seguidos na orientação da Política Nacional de Museus foram:

- Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus;
- Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro;
- Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado;
- Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural;
- Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização;
- Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.

Foram organizados sete Eixos Programáticos para a realização de projetos e ações museológicas, definidos assim:

- Gestão e Configuração do Campo Museológico;
- Democratização e Acesso aos Bens Culturais;
- Formação e Capacitação de Recursos Humanos;
- Informatização de Museus;
- Modernização de Infra-Estruturas Museológicas;
- Financiamento e Fomento para Museus;
- Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais.

O Eixo 3 – Formação e Capacitação de Recursos Humanos, voltado para as ações de criação e implementação de um programa de formação e capacitação em museus e em Museologia, foi implantado em junho de 2003. Segundo Célia, o Eixo Bahia foi implantado antes mesmo que o Departamento de Museus (Demu) estivesse devidamente estruturado; docentes, discentes e profissionais da área se mobilizaram e criaram uma comissão local, atendendo à demanda do Projeto-Piloto Eixo 3 da PNM. O Eixo 3 desenvolveu ações em Salvador e no interior da Bahia, realizando diálogos e intercâmbio entre profissionais de diferentes áreas de atuação, entre as instituições da capital e do interior do Estado (SANTOS, 2019, p. 265).

Com a participação do curso de Museologia da UFBA na Política Nacional de Museus (PNM), com Projeto-Piloto do Eixo 3 da PNM, como resultado das ações desenvolvidas no Projeto-Bahia temos:

- 6 (seis) Encontros Museológicos, com um total de 287 participantes;
- 5 (cinco) Cursos de Extensão, com participação de 352 pessoas e 8 projetos;
- 1 (um) Projeto Museológico – Seminário com 80 participantes;
- 7 (sete) Seminários Internos com participação de 27 municípios;
- 10 (dez) Encontros – “Merenda Acadêmica”, com o total de 350 participantes em média;
- 1 (uma) Publicação com 1.500 exemplares;
- 1 (um) Grupo de Estudo com 60h/a com um total de 58 participantes;
- 1 (um) Projeto de Mestrado com adesão de 2 (duas) universidades portuguesas e 3 (três) museus da UFBA;
- 2 (duas) Oficinas para professores no Interior do Estado da Bahia com 80 participantes.

Nos dias 12 e 13 de setembro de 2007, foi atendida, conforme deliberação da reunião ordinária do Comitê Gestor do SBM – Sistema Brasileiro de Museus, a adesão do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia. Através do Decreto nº. 5.264, de 5 de novembro de 2004, foi criado o SBM, um marco na ação das políticas públicas direcionadas para o setor museológico, cumprindo os princípios prevenidos na Política Nacional de Museus, contribuindo, assim, para a valorização, a preservação e o gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro.

4.5 Projeto Pedagógico de 2010⁷⁹

Em 2010, após 40 anos, o curso passou por outra reforma, implantada em 2011. Atualmente, oferece 40 vagas anuais, que podem ser cursadas em 07 semestres, no turno diurno, com estudos analíticos e conceituais da Museologia, dando ênfase na história da Bahia e seus patrimônios, formando profissionais com uma visão abrangente sob a realidade social e oferecendo atenção às reflexões sobre a Museologia nacional e internacional.

Com a Reforma Curricular da Universidade Federal da Bahia, em 2010, as matrizes curriculares do curso de museologia disponibilizadas oferecem um quadro para discussões e avaliações que levam a uma melhor compreensão do perfil do bacharel em Museologia que tem se diplomado nos últimos 50 anos.

Segundo o Projeto Pedagógico do Colegiado de Museologia (2010), os reflexos dos debates internacionais influenciaram na proposição, em junho de 1997, de novas adaptações ao currículo do curso, elaboradas por uma comissão do Departamento de Museologia⁸⁰.

Dentre as preocupações que nortearam a proposta constavam as “exigências da ciência histórica bem como as demandas da sociedade brasileira”. Foi observada a necessidade crescente de dotar o museólogo de habilidades que o preparassem inclusive para a prática da investigação científica. A discussão teórico-conceitual em torno da Museologia prosseguiu, e os documentos internacionais refletem suas mutações. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, p. 4).

A matriz curricular do curso de Museologia em vigor desde o semestre 2011.1 apresenta os conteúdos divididos em atividades acadêmicas de formação geral, ofertando conhecimento no campo museológico e em atividades acadêmicas de formação específica. Em sua formação de caráter propedêutico, as disciplinas abarcam subsídios teóricos e práticos incluídos no projeto pedagógico do curso, estabelecidos nas disciplinas obrigatórias e optativas.

Tal currículo do curso de Museologia, período de 2011, turno diurno com duração mínima de 3 anos e máxima de 6 anos. Com base legal datada de início de 06 de março

⁷⁹ Disponível em:

<<https://alunoweb.UFBA.br/SiacWWW/CurriculoCursoGradePublico.do?cdCurso=311140&nuPerCursoInicial=2011>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

⁸⁰ O documento não informa os membros da comissão.

de 1970, seu Reconhecimento pelo Decreto nº. 83.327⁸¹, de 16 de abril de 1979, Parecer CFE nº. 313 DE 1979. Diretrizes Curriculares: Resolução CNE/CES nº. 21, de 13.03.2002. Tem como descrição profissional:

O museólogo é o profissional capaz de preservar, investigar e comunicar, através de exposições e ações culturais e educativas, referenciais sócio-culturais dos diversos grupos que compõem uma sociedade, utilizando conceitos e técnicas apreendidos a partir da formação em Museologia. O profissional museólogo estará habilitado a atuar em museus, museus virtuais, memoriais, empresas de consultoria, centros de documentação e informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural e demais equipamentos culturais públicos e privados, bem como poderá atuar como pesquisador e docente no âmbito acadêmico da graduação e pós-graduação. (PARECER Nº. 419/10 da CEG).

Como esta perspectiva se traduziu nas disciplinas obrigatórias e ementas, na Diretrizes Curriculares: Resolução CNE/CES nº. 21, de 13.03.2002:

Disciplinas Obrigatórias – Museologia⁸²

1º SEMESTRE

- EBA001 HISTÓRIA DA ARTE 1 (OB) – Visão dos fenômenos artísticos e sua relação social e econômica, desde os primeiros registros dos povos primitivos e das civilizações mediterrâneas que constituíram a base da cultura ocidental. Período compreendido entre a Pré-História e o final da Idade Média.
- FCH001 INTRODUÇÃO À FILOSOFIA (OB) – Propedêutica à área de Filosofia e Ciências Humanas. Noções elementares sobre Filosofia em geral e de Lógica. Método e Epistemologia no particular, assim como outros temas do mundo contemporâneo numa perspectiva filosófica.
- FCH007 INTRODUÇÃO SOCIOLOGIA II (OB) – Não disponível.
- FCH124 ANTROPOLOGIA I (OB) – Principais conceitos teóricos e metodológicos da Antropologia Cultural. A questão epistemológica e a delimitação do âmbito da Antropologia. Objeto formal e principais ramos e estudos especializados. Histórico do pensamento teórico e correntes representativas.

⁸¹ No ANEXO I, ao final deste trabalho, pode-se ver o documento completo.

⁸² Fonte: Projeto Pedagógico FFCH – Colegiado de Museologia 2010.

- FCHG23 MUSEOLOGIA (OB) – Análise da construção do conhecimento na área da Museologia, estudo das políticas de preservação no Brasil e questões relativas a identidade cultural, perfil do profissional museológico e ética profissional.

- FCHG24 PESQUISA MUSEOLÓGICA I (OB) – Análise da metodologia do trabalho científico aplicado à Museologia. Estudo dos métodos e procedimentos aplicados à pesquisa museológica em museus, instituições afins e com o patrimônio cultural com o objetivo de prover subsídios científicos para que o aluno identifique linhas de pesquisa em Museologia.

- FCHG56 SEMINÁRIOS TEMÁTICOS I (OB) – Apresentação e discussão de temas contemporâneos e/ou pesquisas relacionadas, ou correlatas às áreas de Museologia e Patrimônio, de Documentação Museológica, de Conservação, Exposição e Espaços Museológicos e de Ação Cultural e Educativa com Patrimônios.

2º SEMESTRE

- EBA002 HISTÓRIA DA ARTE II (OB) – Visão crítica e analítica dos movimentos da criação artística do pré-Renascimento ao pós-Impressionismo, relacionando-os com aspectos socioculturais.

- EDCA04 SOCIEDADE E EDUCAÇÃO (OB) – Conceitos de sociedade e educação sob diferentes enfoques sociológicos e da natureza e caráter da relação entre essas categorias. Compreensão das práticas e processos educativos na sociedade contemporânea.

- FCHG37 HISTÓRIA DOS MUSEUS E COLEÇÕES (OB) – Estudo relativo à constituição das coleções, museus e suas tipologias: métodos e técnicas de análise.

- FCHG38 HISTÓRIA E PATRIMÔNIO NA BAHIA (OB) – Análise do patrimônio cultural baiano e sua relação no contexto da história da Bahia.

- FCHG40 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA (OB) – Análise teórica e metodológica da documentação museológica. Estudo de princípios e procedimentos para a criação de sistemas de gerenciamento de coleções e de informação de acervos museológicos, voltados para a análise e identificação de formas documentais museológicas nos diversos suportes, incluindo os digitais.

- FCHG CONSERVAÇÃO DE ACERVOS (OB) – Estudo dos princípios da preservação e teorias da conservação, aplicados a programas de conservação

preventiva de patrimônios, análise das ações de agentes de deterioração, programas de segurança e normas para Reservas Técnicas.

- FCHG85 SEMINÁRIOS TEMÁTICOS II (OB) - Apresentação e discussão de temas contemporâneos e/ou pesquisas relacionadas, ou correlatas às áreas de Museologia e Patrimônio, de Documentação Museológica, de Conservação, Exposição e Espaços Museológicos e de Ação Cultural e Educativa com Patrimônios.

3º SEMESTRE

- EBA010 HISTÓRIA DA ARTE BRASILEIRA (OB) – Análise crítica e interpretativa da obra de arte brasileira e das circunstâncias que motivaram o processo de transferência e projeção dos movimentos artísticos europeus e sua adaptação no Brasil; estudo das artes indígena e africana e suas contribuições.

- FCH187 HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (OB) – Compreensão dos elementos culturais, sociais, políticos e econômicos que participaram da formação da civilização brasileira.

- FCHG25 PESQUISA MUSEOLÓGICA II (OB) – Aplicação de procedimentos e métodos da pesquisa científica museológica com o patrimônio cultural para subsidiar a elaboração e o desenvolvimento de projetos nessa área.

- FCHG39 MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEA (OB) – Estudo e análise de processos museológicos contemporâneos pautados por diretrizes teóricas ou experimentos em desenvolvimento, abordados também pela ótica da comunicação com vistas à compreensão da relação do museu e seus públicos.

- FCHG41 LABORATÓRIO DE DOCUMENTAÇÃO (OB) – Aplicação dos procedimentos para o gerenciamento de coleções e de informação para acervos de natureza museológica com tratamentos específicos para suportes documentais diferenciados, verificando o desenvolvimento de instrumentos para a recuperação e difusão da informação.

- FCHG43 LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO (OB) – Elaboração de diagnósticos de conservação dos diversos patrimônios utilizando equipamentos de aferição e monitoramento, enfatizando normas técnicas relativas ao manuseio, transporte, armazenamento, exibição e higienização de acervos, objetivando sua aplicação em planos de conservação preventiva.

- FCHG55 ESTUDOS DE CULTURA MATERIAL (OB) – Estudo e interpretação da cultura material presente nos diversos registros constituídos, ou a

constituir, em acervos de instituições museológica seus afins, relacionados à estrutura social e a seu próprio tempo histórico.

- FCHG86 SEMINÁRIOS TEMÁTICOS III (OB) – Apresentação e discussão de temas contemporâneos e/ou pesquisas relacionadas, ou correlatas às áreas de Museologia e Patrimônio, de Documentação Museológica, de Conservação, Exposição e Espaços Museológicos e de Ação Cultural e Educativa com Patrimônios.

4º SEMESTRE

- FCHG45 CONCEPÇÃO DE ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS (OB) – Estudo de espaços abertos ou fechados nos campos presencial e virtual para elaboração e aplicação do plano museológico.

- FCHG50 ESTÁGIO CURRICULAR I (OB) – Período dedicado a atividades de experimentação museológica em projetos nas áreas da Documentação e Conservação, desenvolvidos em instituições museológicas e/ou com o patrimônio cultural em geral.

- FCHG52 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (OB) – Apresentação e discussão dos objetos de estudo selecionados pelos discentes, objetivando subsidiar a construção da argumentação que fundamente a elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

- FCHG87 SEMINÁRIOS TEMÁTICOS IV (OB) – Apresentação e discussão de temas contemporâneos e/ou pesquisas relacionadas, ou correlatas às áreas de Museologia e Patrimônio, de Documentação Museológica, de Conservação, Exposição e Espaços Museológicos e de Ação Cultural e Educativa com Patrimônios.

5º SEMESTRE

- FCHG46 EXPOSIÇÃO MUSEOLÓGICA (OB) – Princípios de comunicação museológica. Estudo e análise de concepções expositivas. Elaboração e desenvolvimento do projeto expográfico.

- FCHG48 AÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA COM PATRIMÔNIOS (OB) – Planejamento de ações voltadas para a elaboração e aplicação do programa da ação cultural e educativa direcionado à preservação de patrimônios em instituições museológicas e afins, incluindo estratégias de acessibilidade.

- FCHG53 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (OB) – Aperfeiçoamento e elaboração do projeto final do Trabalho de Conclusão do Curso.

- FCHG88 SEMINÁRIOS TEMÁTICOS V (OB) – Apresentação e discussão de temas contemporâneos e/ou pesquisas relacionadas, ou correlatas às áreas de Museologia e Patrimônio, de Documentação Museológica, de Conservação, Exposição e Espaços Museológicos e de Ação Cultural e Educativa com Patrimônios.

6º SEMESTRE

- FCH128 CULTURA BRASILEIRA (OB) – Introdução de conceitos básicos sobre cultura e uma visão da realidade cultural brasileira, sob o ponto de vista historiográfico, desde a sua formação até o presente, com uma interpretação de conjunto em cada época ou período.

- FCHG47 LABORATÓRIO D EXPOGRAFIA (OB) – Estudo de espaços e suas condições ambientais, incluindo aspectos luminotécnicos para compor o circuito expográfico, análise de materiais e produtos para mobiliário e suportes expositivos. Procedimentos para o desenvolvimento, execução e avaliação de todas as etapas do processo de desenvolvimento do projeto expográfico.

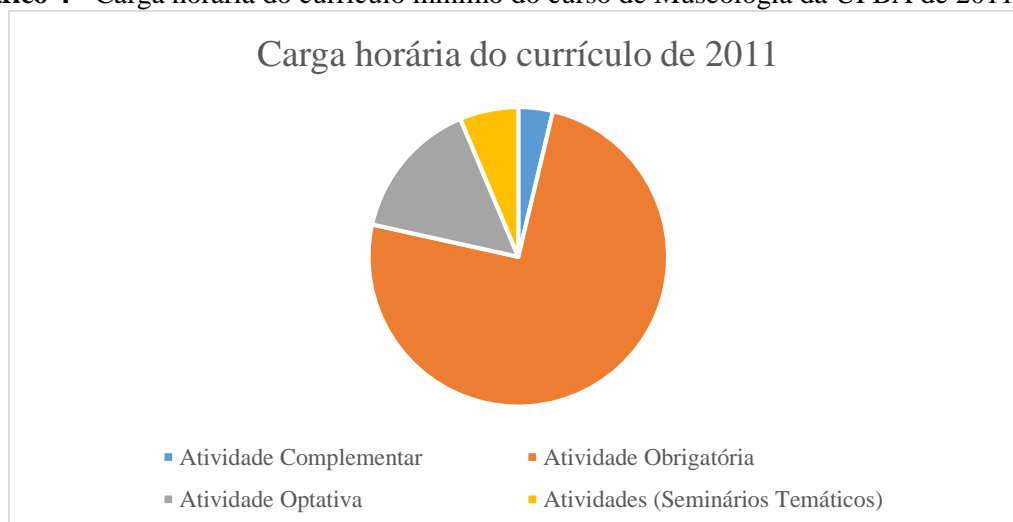
- FCHG49 GESTÃO MUSEOLÓGICA (OB) – Estudo e análise das diretrizes operacionais para elaboração, organização e gerenciamento do Plano Museológico.

7º SEMESTRE

- FCHG51 ESTÁGIO CURRICULAR II (OB) – Período dedicado a atividades de experimentação museológica com vistas a consolidar a formação profissional prática do discente nas áreas de Gestão Museológica e Ação Cultural e Educativa com Patrimônios.

- FCHG54 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III (OB) – Elaboração final do Trabalho de Conclusão do Curso e apresentação pública.

O currículo de 2011 tem uma maior carga horária de disciplinas referentes à Obrigatórias (2.006 horas/aula), que equivale a 75% de um total de 2.684h da carga horária do curso, representadas no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Carga horária do currículo mínimo do curso de Museologia da UFBA de 2011⁸³

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

As Atividades Optativas (OP), com carga horária de 408h (15%), Atividades Seminários Temáticos (ST), com carga horária de 170h (6%), e Atividade Complementar (AC), com carga horária de 100h (4%).

A reforma de 2010 apresenta a implantação no novo currículo, o Trabalho de Conclusão de Curso, que prevê a elaboração uma produção acadêmica – monografia ou resultado de um projeto em área específica e apresentação pública, conforme explica o Projeto Político-Pedagógico do curso:

O Trabalho de Conclusão do Curso de Museologia (TCC III) visa contribuir para a elevação do nível de qualificação do egresso, contempla as seguintes modalidades de produção acadêmica: monografia ou apresentação pública de resultados de projetos nas áreas específicas: Documentação, Conservação, Ação Cultural e Educativa, Espaços Museológicos, Expografia, Cenografia. As duas modalidades de TCC (monografia ou apresentação pública de resultados de projetos nas áreas específicas) têm como objetivo capacitar o aluno para a atividade de pesquisa, aliando teoria e prática, de forma a propiciar o aprofundamento dos conhecimentos em um determinado campo de interesse, relacionado à sua formação, com orientação de professores. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010, p. 23).

O currículo do curso expressa a relevância da pesquisa, com três disciplinas referentes ao trabalho monográfico: Trabalho de Conclusão I, II e III, como também as

⁸³ Fonte: Dados retirados a partir da análise das matriz curricular do curso Museologia da UFBA no ano de 2011. Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

disciplinas Pesquisa Museológica I e II, sendo a maioria de suas disciplinas ofertadas pelo Departamento de Museologia, tendo maior concentração na área de comunicação com as disciplinas de exposição, ação educativa e arquitetura em museus.

Entre todas as disciplinas, a área de comunicação museológica aparenta o maior percentual de 16,20%, enquanto que as áreas de gestão museológica, memória e patrimônio, e filosofia figuram com 2,82% da carga horária das disciplinas com maior percentual são de arte e história da arte (9,86%), sociologia (6,34%), antropologia e metodologia científica (5,83%).

Nas disciplinas apenas da área museológica, verifica-se um equilíbrio entre as disciplinas de comunicação museológica e conservação e restauração com 11,83%, assim como estágio e projeto e trabalho de conclusão de curso com 12,90%.

Na área de maior concentração, comunicação museológica, os maiores percentuais de carga horária estão com as disciplinas de exposição (47,83%), ações educativas (34,78%) e arquitetura de museus (17,39%). Não são oferecidas disciplinas obrigatórias de pesquisa de público. (OLIVEIRA *et al.*, 2012, p. 57).

Percebe-se uma distinção no que se refere a todos os outros currículos já numa primeira abordagem, no que diz respeito a sua estruturação e concepção. Oferece, assim, um conhecimento total ao pensar a concepção de maneira articulada entre núcleos de fundamentação que precisam efetivar-se não apenas em disciplinas, mas em outros tipos de atividades, que aumentam a ideia de formação no aspecto de lidar e estimular as diferentes formatos de ensino-aprendizagem e percepção de saber, na importância das diferentes capacidades e potencialidades de estudantes e professores.

A proposta de reforma do currículo apresentada em 2010 no referido projeto pedagógico se pautou no discurso internacional sobre Museologia que “reflete e retrata – da prática para a teoria e vice-versa –, a importância da dimensão social e política dos museus, a importância da ética no trabalho e dissemina princípios de experiências inovadoras sem ter neles modelos fechados como bem cabe a uma ciência social e não somente às ciências aplicadas” (p. 5). Teve por objetivo “ampliar o enfoque voltado para práticas de articulação e integração com o público e/ou diferentes comunidades, a democratização das informações contidas nos bens culturais, entendidos na sua relação com os respectivos contextos de produção e de apropriação” (p. 5). A partir dessa lógica, os docentes do curso de Museologia entendiam “que a formação do profissional

museólogo deve levá-lo a assumir seu papel na articulação e na expressão das diversas identidades sócio-culturais” (p. 5).

Note-se que tanto no objetivo da proposta quanto no entendimento dos docentes do curso de Museologia não há menção à formação do discente em gestão, apesar da nova matriz curricular proposta incluir a disciplina Gestão Museológica (FCHG49), com carga horária semestral de 68 horas assim distribuídas: Teoria – 51h e Prática – 17h, como demonstrado no Projeto Pedagógico do curso (p. 8) ofertado pelo Departamento de Museologia. Tal ressalva justifica-se por ser um anseio dos estudantes e profissionais egressos da UFBA, cujos currículos cursados não contemplavam disciplinas de gestão voltada para museus. Mesmo considerando que trata-se de uma disciplina com carga horária de 68 horas, acredita-se que contribua para a formação de um profissional capacitado para ser também um gestor de instituições museológicas ou culturais, além de “assumir seu papel na articulação e na expressão das diversas identidades sócio-culturais”.

A contemporaneidade tem sido marcada, também, por contrastes, por avanços e recuos, que nos surpreendem, a cada momento, com a crescente produção de conhecimento, em diferentes áreas, como os até então inimagináveis avanços tecnológicos, e, ao mesmo tempo, nos deixam assustados com a falta de ética, com a violência, com os contrastes entre países e regiões de um mesmo país, com a concentração de renda entre um grupo de privilegiados, e, sobretudo, com a péssima qualidade de vida de vários segmentos da sociedade. (SANTOS, 2002, p. 172).

De acordo com a análise do currículo, é possível observar que a instituição se preocupa em formar um museólogo com conhecimentos em diversas áreas, capaz de atuar no planejamento, organização das instituições, nas atividades técnicas, nos serviços educativos, na preservação, pesquisa e demais atividades das instituições museológicas, devido às disciplinas integralizadas do currículo.

O curso de Museologia tinha ênfase em coleção, em geral tinha como referencial para a montagem de seus currículos o Museu e pretendia-se formar curadores de museus que repetissem o conhecimento produzido nas diversas áreas relacionadas com as categorias específicas de museu: história, arte, etnologia, etc. Formam-se conservadores, catalogadores, expositores, através de um ensino meramente descritivo, aplicado a um conjunto de técnicas. No decorrer da formação, percebe-se uma tentativa de relacionar a teoria à prática, dando ênfase à interdisciplinaridade (SANTOS, 2008, p. 182).

A contribuição do curso da UFBA para o desenvolvimento da Museologia no Brasil implica na compreensão de um quadro que nos leva, em um primeiro momento, ao curso do Rio de Janeiro, que desde 1932 passou a formar conservadores para atuarem em museus brasileiros. Dentre os fatores que impulsionaram na Bahia, destaca-se a criação da Associação de Museólogos da Bahia, em março de 1981, que toma a iniciativa de realizar o I Encontro Nacional de Museólogos, para discutir o anteprojeto de regulamentação da profissão, aprovado em 1986. Outro fator diz respeito à participação do Curso da UFBA na formulação e implantação da Política Nacional de Museus, que a professora Maria Célia Santos destaca:

[...] “a liderança do Curso de Museologia da UFBA, nos Fóruns realizados, com uma participação ativa de professores e estudantes, tanto no planejamento como na organização e realização de todos os encontros, durante oito anos. O Fórum Nordeste de Museologia teve uma grande importância no sentido de congregar a classe (profissionais, estudantes de Museologia e trabalhadores de museus), de levantar e discutir problemas, de construir e apresentar reivindicações e de estimular a produção de conhecimento”⁸⁴. (SANTOS, 2015).

Considerando o avanço sucedido nos últimos anos, no campo museológico, no que tem contribuído para a produção do conhecimento dos cursos de Museologia, possibilitando a reflexão constante na academia e na atuação do profissional museólogo.

O curso de Museologia da UFBA, hoje, já progrediu em relação ao Projeto Pedagógico de 2010, tem a participação de alguns grupos de pesquisa, devidamente reconhecidos pelo CNPq, com a Revista Eletrônica de Museologia, além de possuir a Empresa Júnior de Museologia, pela qual os acadêmicos podem desenvolver a prática profissional do ofício de museólogo.

O corpo docente do curso continua devidamente qualificado para ministrar as disciplinas do Curso de Museologia da UFBA. E atualmente está constituído por 07 professoras e 02 professores que atuam no curso – Anna Paula da Silva⁸⁵, Joseania

⁸⁴ Texto preparado para conferência realizada no VIII Encontro Nacional de Estudantes de Museologia e II Encontro Regional de Estudantes de Museologia da Região Sul, promovido pela Executiva Nacional de Estudantes de Museologia, com apoio da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), realizado entre os dias 25 e 29 de agosto de 2015, em Pelotas-RS.

⁸⁵ Licenciada em História pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), bacharel em Museologia pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Educação à Distância pelo Centro de Educação à Distância da Universidade de Brasília (CEAD/UnB), mestre em Museologia pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (PPGMUSEU/UFBA) e doutoranda em Artes Visuais pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade de Brasília (PPGAV/UnB). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6547407566305194> Acesso em: 01/05/2018.

Miranda Freitas, José Cláudio Alves de Oliveira, Luciana Messeder Ballardó⁸⁶, Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha, Rita de Cassia Maia da Silva⁸⁷, Sidélia Santos Teixeira e Suely Moraes Cerávolo.

A partir da análise da trajetória do Curso de Museologia da UFBA, com base nos currículos apresentados, pode-se notar a variação vivida na formação em museologia na direção de uma perspectiva reflexiva entre a teoria e a prática. Percebe-se o desenvolvimento teórico-político dentro de uma compreensão e atualidade do projeto político pedagógico que direciona a formação dos museólogos nos últimos anos, o que não significa que a realização de avaliações e novas construções não sejam necessárias e que, em coerência com a própria referência de métodos assumida por essa formação, não sejam fundamentais o encontro de novas estratégias e possíveis revisões diante da realidade atual.

⁸⁶ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO-MAST). Graduada em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (2002). Mestre em Patrimônio Cultural com concentração em Arqueologia pelo PPGPPC/UFSM (2013). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2647336540570628> Acesso em: 01 mai. 2018.

⁸⁷ Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (1986), Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (1996) e Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (2003). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7369127117378262>. Acesso em: 01 mai. 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São cinquenta anos de criação do curso em Museologia da Universidade Federal da Bahia, primeiro curso universitário do Brasil e muitas transformações. Transformações na vida mundial e brasileira, na educação, na universidade, na sociedade e na Museologia. Muitas batalhas e muitas aquisições em termos dos movimentos e direitos.

Reconsiderando a trajetória da formação acadêmica-profissional em Museologia na Universidade Federal da Bahia, a partir da pesquisa de seus currículos, grandes modificações e conquistas na perspectiva de garantir a influência de uma proposta certa do profissional e sujeito social que se pretende formar: reflexivo, teórica e tecnicamente, e, acima de tudo, comprometido com os serviços das instituições museológicas, tendo a Museologia como instrumento transformador da sociedade e valorização do ser humano.

Dez anos transcorridos do Estatuto dos Museus – Lei nº. 11.904, de 14 de janeiro de 2009, temos vivido difíceis condições políticas, econômicas e sociais na direção oposta à afirmada no Estatuto: a valorização da dignidade humana; a promoção da cidadania; a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental; a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural.

Todas essas demandas (e muitas outras) proporcionam adversidades cotidianas à efetivação do Projeto Político-Pedagógico em cada unidade de formação acadêmica, bem como desafios profundos a serem enfrentados pelos profissionais.

Uma trajetória de cinquenta anos, direcionada à formação das/dos museólogas/os e à constituição de uma identidade profissional. Acredito que rever essa história seja essencial para refletir as direções que a formação em Museologia necessita tomar, diante das novas requisições e demandas colocadas à profissão, da avaliação do processo de implantação das diretrizes e da realidade política e social no País, sem, no entanto, desistir da expectativa determinada nos últimos anos.

Na sequência do presente trabalho apareceram alguns aspectos que se revelaram interessantes para uma abordagem mais detalhada, que poderão vir a ser objeto de futura investigação: as biografias das/dos professoras/es e/ou estudantes do curso e o protagonismo feminino no Curso de Museologia da UFBA.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rodrigo de M. F. O Patrimônio Histórico e Artístico e a Missão da Universidade. In: **IPHAN, Revista do Patrimônio**, n. 31, 2005. p. 82-87.
- ALVES, Marcos Francisco. **Pesquisa e Formação em Museologia no Brasil: tendências nos cursos de graduação**. São Paulo: Editora Appris, 2018.
- BELLAIGUE, Mathilde. O desafio museológico. In: **V Fórum Nordestino de Museologia**, 1992.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. (Coord). **Na trilha de Pedro Calmon**. Salvador: Quarteto/Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2010.
- BRASIL. **Decreto-Lei 9.155, 8 abr. 1946**. Cria a Universidade da Bahia e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, 12 abr. 1946. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/19371946/De19155.htm>. Acesso em: 12 mar. 2017.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Instrumento de avaliação de cursos de graduação. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <<http://www.uesb.br/cpa/downloads/leituras/INSTRUMENTO%20DE%20AVALIA%C3%87219%C3%83O%20DE%20CURSOS%20DE%20GRADUA%C3%87%C3%82O.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- BRASIL. Ministério da Cultura. A Plano Nacional de Cultura (Lei nº. 12.343/2010). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Brasília: MinC, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Consulta aos cursos de Museologia. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Instrumento de avaliação de cursos de graduação. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <<http://www.uesb.br/cpa/downloads/leituras/INSTRUMENTO%20DE%20AVALIA%C3%87219%C3%83O%20DE%20CURSOS%20DE%20GRADUA%C3%87%C3%82O.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- BRUNO, Maria Cristina (Org.). **O Icom-Brasil e o pensamento Museológico brasileiro: documentos selecionados (Volumes 1 e 2)**. São Paulo: Pinacoteca, Governo do Estado de São Paulo, 2010.
- CERÁVOLO, S. Moraes. Delineamento para uma teoria da museologia. In: **Anais do Museu Paulista**, v.12. São Paulo: Museu Paulista, 2004.

CHAGAS, Mário de Souza. O campo de atuação da museologia. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 2, n. 2. Lisboa: ULHT, 1994.

CHAGAS, Mário de Souza; GOUVEIA, Inês. Museologia Social: reflexões e práticas (à

CHAGAS, Mário de Souza. Às portas do domínio museal e patrimonial. In: CHAGAS, Mário. **A imaginação museal: museu, memória e poder** em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ibram/Garamond, 2009.

CHAGAS, M. S.; STORINO, C. M. P. (Org.) **Relatório do 2º Fórum Nacional de Museus**. 2. ed. Brasília: Iphan – Demu, 2008. v. 2.

COELHO, Priscilla Arigoni. **Metáforas em rede no processo de institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932 a 1985)**. 2015. 360 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA. **Código de Ética dos Museólogos**. Disponível em: cofem.org.br/legislacao_/codigo-de-etica/ Acesso em: 13 jan 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR RESOLUÇÃO CNE/CES 21, DE 13 DE MARÇO DE 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES212002.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

COSTA, Heloísa Helena F. G. da. Formação em Museologia: o caso da Bahia. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 41, Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, Heloisa Helena F. G. da. 40 anos do Curso de Museologia da Bahia. In: Seminário em homenagem aos 40 anos do Curso de Museologia da Bahia, 2010, Salvador. **Anais do Seminário 40 anos do Curso de Museologia da UFBA**. Salvador: EDUFBA, 2010. v. 1. p. 6-10.

CURY, Marília Xavier. Museologia e Conhecimento, Conhecimento Museológico – uma perspectiva dentre muitas. In: **Museologia & Interdisciplinaridade**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação. v. III, n. 5. Brasília: Ed. UnB, 2014. p. 55-73.

DECLARAÇÃO da cidade de Salvador. Salvador, 2007. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/DeclaracaoSalvador.pdf>. Acesso em: 4 maio 2017.

DIÁRIO OFICIAL. **Decreto nº. 83.327**, de 16 de abril de 1979.

FERNANDES, José R. O. **Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)** Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDOORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A fase moderna. In: **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC/Iphan, 2005.

GREGOROVÁ, Anna. A discussão da museologia como disciplina científica. In: **Cadernos Museológicos**, v. 3. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação e Educação/Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos: IBPC, 1990.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Carmargo. Conceito de cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro: IBPC, 1990.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Carmargo. Museologia e identidade. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **Waldisa Rússio Carmargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca, 2010. v 1.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. Demarcando fronteiras urbanas: a transformação de moradias em patrimônio cultural. In: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond/Minc/Iphan/Demu, 2007.

IBRAM. **Museus em números**. Brasília, 2011, v. 2.

IBRAM. **Política Nacional de Museus**. Relatório de Gestão 2003-2010. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: MinC/Ibram, 2010. pp. 23-24. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus/o-que-e-museu/>. Acesso em: 18 de mar 2019.

IBRAM. **Política Nacional de Museus**. Relatório de gestão 2003-2010 (2010: Brasília – DF). Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/04/relato_gestao.pdf>. Acesso em: 30 set. 18.

IBRAM. **Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006**. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. [Brasília]: MinC/Iphan/Demu, 2006. 144 p. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/relatorio_2003_2006_1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

ICOM. Internacional Council Of Museums, Portugal. **Definição de museu**. 2015. Disponível em: <<http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

IPHAN. Compromisso de Salvador. **II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil**. Ministério da Educação e Cultura. 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 31. Museus. Organização: Mário Chagas. Rio de Janeiro, 2005. p. 83/87.

JULIÃO, Letícia. A pesquisa histórica no museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/cadernodiretrizes/cadernodiretrizes_quintaparte.pdf>.

OLIVEIRA, A. *et al.* Proposta de diretrizes para um currículo referência de formação de graduação em museologia: bacharelado. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de; OLIVEIRA, Luciane Monteiro (Org.). **Sendas da Museologia**. Ouro Preto: Ufop, 2012.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; COSTA, Carlos Alberto Santos; NUNES, Gilson Antônio. Perfil dos cursos de graduação em museologia do Brasil. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de; OLIVEIRA, Luciane, Monteiro (Orgs.). **Sendas da Museologia**. Ouro Preto: Ufop, 2012.

MEC. PARECER CNE/CES 492/2001 – HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2018.

MEC. Parecer CNE/CES 492/2001. Diário Oficial da União de 29/1/2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículos e Programas no Brasil. Campinas – SP: PAPIRUS, 1990. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=PcPjuvh21wC&printsec=frontcover&dq=curr%C3%ADculos+e+programas&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=curr%C3%ADculos%20e%20programas&f=false>. Acesso em: 27 set. 2018.

PARECER Nº. 971/69 E RESOLUÇÃO Nº 14/1970, DO CFE – CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Segue Parecer da Comissão Central de Revisão de Currículos Mínimos dos cursos de Bacharelado em Museologia – Recomenda a aprovação de currículo. MEC – 07 de setembro de 1969 – Separata nº. 33, p. 132.

PARECER CNE/CES 492/2001 – HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.

POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. **Programa de Formação e Capacitação em Museologia – Eixo-3**. Projeto – BA. Relatório 2003-2005. M^a Célia Teixeira Moura Santos (Org.). MinC/Iphan/Demu. Salvador, 2005.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 7.287**, de 18 de dezembro de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7287.htm#:~:text=LEI%20No%207.287%2C%20DE%2018%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201984.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20da,O%20PRESIDENTE%20>

DA%20REP%C3%9ABLICA%3A&text=1%C2%BA%20%2D%20O%20desempenho%20das%20atividades,Art>. Acesso em: 27 set. 2018.

SANTOS, Maria Celia T. Moura. A aplicação da Museologia no contexto brasileiro: a práxis e a formação. **Encontros Museológicos: reflexões sobre a Museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MinC/Iphan/Demu, 2008.

SANTOS, Maria Celia T. Moura. A formação do museólogo e o seu campo de atuação. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 18, p. 169-198, 2002.

SANTOS, Maria Celia T. Moura. Um compromisso social com a museologia. **Cadernos do Ceom/Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina**, ano 27, n. 41. Chapecó: Unochapecó, 2014.

SANTOS, Maria Celia T. Moura. A formação do museólogo e o seu campo de atuação. **Cadernos de Sociomuseologia**, América do Norte, 18 jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/365/274>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

SANTOS, Maria Celia T. Moura. Reflexões Museológicas: caminhos de vida. **Cadernos de Sociomuseologia, América do Norte**, 18 jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/359/268>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

SANTOS, Maria Celia T. Moura. O Curso de Museologia da UFBA: retrospectivas e perspectivas. Conferência. **VIII Encontro Nacional de Estudantes de Museologia e II Encontro Regional de Estudantes de Museologia da Região Sul**. Pelotas, 2015. Cópia impressa fornecida pela autora.

Revista e-Curriculum, São Paulo, v.15, n.1, p. 200 – 220 jan./mar.2017 e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum219C3%83O%20DE%20CURSOS%20E%20GRADUA%C3%87%C3%82O.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação**: por outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 1998.

SCHEINER, Tereza C. M. Conferência “40 anos da Mesa de Santiago do Chile: entre o idealismo e a contemporaneidade”. In: **Relatório do 5º Fórum Nacional de Museus**. 40 anos da Mesa de Santiago do Chile: entre o idealismo e a contemporaneidade. Brasília, DF: Ibram, 2014. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/Relatorio_5FNM_2012.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2016.

SCHEINER, Teresa Cristina. Museu, museologia e a relação específica: considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. In: **Ciência da Informação**, v. 42, n. 3. Brasília: IBICT, 2013. p.358-378.

SCHREINER, Klaus. Discussão sobre o lugar da museologia no sistema das ciências. In: **Cadernos Museológicos**, v. 3. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação e Educação/Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos: IBPC, 1990.

SIMÕES, Ruy. **A Faculdade de Filosofia e sua identidade perdida**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.

TANUS, G. F. de S. C. A trajetória do ensino da Museologia no país. In: **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 3, 2013. p. 76-88.

TOUTAIN, Lúcia Maria Batista Brandão; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Orgs.). **UFBA: do século XIX ao século XXI**. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação. Salvador: EdUFBA, 2010.

UFBA. **Folha De São Lázaro**, Caderno 2, Salvador/BA, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Projeto Pedagógico FFCH: Colegiado de Museologia 2010**. Disponível em: <http://www.museologia.ffch.UFBA.br/sites/museologia.ffch.UFBA.br/files/projeto_pedagogico_curso_de_museologia.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Curso de Museologia**. Disponível em: <<https://ffch.UFBA.br/spip.php?article235>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

VAN MENSCH, Peter; POUW, Piet J. M.; SCHOUTEN, Frans F. J. Metodologia da museologia e treinamento profissional. In: **Cadernos Museológicos**, v. 3. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação e Educação/Coordenadoria-Geral de Acervos Museológicos: IBPC, 1990.

VAN MENSCH, Peter. **O objeto de estudo da Museologia**. Rio de Janeiro: Unirio/UGF, 1994.

YOUNG, Michael. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 51, jan./mar. 2014. p. 190-202.

ANEXO A

ANDRADE, Rodrigo de M. F. O Patrimônio Histórico e Artístico e a Missão da Universidade. In: IPHAN. *Revista do Patrimônio*, n. 31, 2005. p. 82-87.

O alto título de professor *honoris causa* da Faculdade de Arquitetura da Universidade da Bahia, que hoje venho receber, com o mais profundo reconhecimento, não posso considera-lo distinção merecida pessoalmente, mas tão-só manifestação do proposito desta Faculdade de prestigiar a obra de proteção ao patrimônio histórico e artístico do país. À importância cada vez maior que a defesa do espólio cultural herdado de nossos maiores assume, para o povo brasileiro e para as instituições de ensino superior que ele possui, mais representativas e cômicas de suas responsabilidades, a Faculdade de Arquitetura e a própria Universidade da Bahia tinham de ser, por motivos óbvios, extremamente sensíveis. Eis por que, compenetrada de que lhe cabe participar da tarefa da preservação do acervo monumental do Brasil, nomeou seu professor honorário o servidor público que há mais de um quatro de século chefia o órgão destinado àquele encargo. Deliberou assim a Faculdade associar-se à campanha visando resguardar o legado inestimável das gerações brasileiras que nos antecederam, por meio de um ato expressivo, que não enaltece determinado indivíduo e sim a causa nele representada.

Agradeço, em nome de meus dedicados companheiros da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e no meu próprio, à nobre e douta Congregação da Faculdade de Arquitetura, a proposta da outorga do título e ao egrégio Conselho Universitário a aprovação da honrosa iniciativa. Agradeço-a particularmente a um dos professores mais distintos da mesma Faculdade, o doutor Admar Guimarães, ao qual nossa repartição já devia serviços assinalados. Tanto maior e mais calorosa é a gratidão, minha e de todos os servidores da DPHAN, quanto cada dia mais árduo se tem tornado o labor que nos cumpre executar, valendo-nos a solidariedade da Universidade da Bahia como estímulo precioso, nas circunstâncias atuais.

Agravam-se e multiplicam-se, de fato, ultimamente, as ameaças ao espólio cultural que nos incumbe proteger. Apesar das prescrições bem inspiradas das constituições que têm regido o Brasil, desde a de 1934, complementadas pela legislação especial em vigor a partir de 1937, os riscos a que está exposto nosso patrimônio histórico e artístico só tendem a aumentar. Concorrem para esse efeito a ação do desgaste do tempo e a dos fatores climáticos desfavoráveis na fragilidade intrínseca da maioria dos monumentos, de par com os danos produzidos pelo comércio imobiliário, frequentemente

convertido em especulação, tudo isso piorado por certo espírito de “desenvolvimento” mal concebido, decorrente da incompreensão quase generalizada entre nós da importância fundamental dos valores a proteger. Há, pois, necessidade presente da mobilização de nossos compatriotas mais esclarecidos, no seio das instituições educativas e em todos os setores, a fim de fazer a população nacional compenetrar-se do dever cívico e do próprio interesse utilitário que tem de defender vigorosamente seu acervo cultural.

A Universidade da Bahia não começa agora a tomar em consideração o problema, uma vez que desde vários anos, por benemérita iniciativa de seu eminente e saudoso reitor Edgard Santos, cuja lembrança me desperta grande emoção, realizou a obra notável da restauração de um dos mais belos monumentos dessa cidade, para aí instalar, na condição de órgão universitário, o Museu de Arte Sacra, que V. Ex^a., magnífico reitor Albérico Fraga, como digno sucessor de tão ilustre pioneiro, tem prestigiado e favorecido excepcionalmente. O estabelecimento se tem enriquecido e elevado no conceito público, graças ao apoio firme concedido por V. Ex^a. Ao erudito historiador beneditino, dom Clemente da Silva Nigra, a quem coube a honra de assumir-lhe a direção e que foi trazido do quadro dos servidores Da DPHAN, circunstância que dá motivo justificado para nosso envaidecimento. Cabe afirmar que o alcance da fundação avultou extraordinariamente no Brasil, não só por ter sido o primeiro museu nacional dedicado à arte religiosa, à altura do estágio atual de desenvolvimento do país, mas sobretudo por ter constituído a primeira criação universitária de fato significativa no domínio de museus.

Sem dúvida, ligado à universidade da então capital da República, já existia o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. Mas este foi criado ainda ao tempo do Brasil reino, evoluiu por meios próprios e só razões de conveniência administrativa o fizeram integrar-se naquela universidade, na qual permanece, não obstante, como elemento excêntrico. Nem a riqueza de suas coleções, nem a formação esmerada ou a obra de alta categoria de seu pessoal técnico devem coisa alguma à Universidade da Bahia, com a criação do Museu de Arte Sacra, demonstrou verdadeira compreensão do papel do museu como instituição peculiar de cultura no mundo moderno. Não teve em vista prover qualquer de seus institutos de ensino superior de uma dependência, destinada a exposição de acervo com finalidades didáticas. Empreendeu a recuperação da belíssima edificação do antigo Convento de Santa Teresa, para convertê-la na sede de um museu de arte, compatível com a classe do monumento e cujas atribuições consistiam e consistem, não nas de órgão complementar de ensino acadêmico ou profissional, mas nas de instituição de cultura com objetivos próprios, visando, na espécie, a afinar a inteligência e a

aprimorar a sensibilidade da mocidade estudantil e da população em geral, por meio de emoções estéticas. A função dos museus, na sociedade contemporânea, adquiriu tal relevo e tem produzido tais benefícios culturais, que a criação de um deles, com a categoria e as condições desejáveis, constitui realização de mérito indiscutível. Prova do valor cada vez maior atribuído universalmente a essas instituições é sua multiplicação e prestígio nos Estados de regime socialista, ao mesmo tempo que nos países mais evoluídos no regime da democracia representativa. E, quanto a museus de arte integrantes de universidades das grandes nações, bastará referir que as três mais famosas universidades norte-americanas – Harvard, Yale e Princeton – possuem estabelecimentos do gênero que correspondem, pela excelência da organização e do acervo, à celebridade de cada um daqueles centros de estudos superiores, cumprindo notar que Harvard, além do prestigioso Fogg Museum, situado no próprio *campus* em Cambridge, se orgulha de um outro museu, de arte bizantina, localizado em Dumbarton Oakes, na proximidade de Washington.

Atendendo-se a esses exemplos, verifica-se que não tinham fundamento as críticas feitas à criação do Museu de Arte Sacra da Universidade da Bahia. O desinteresse e a ignorância da população nacional em matéria de artes plásticas e da história do desenvolvimento da civilização material em nosso país é uma lacuna grave de cultura e lamento dizer que atinge os diplomados em cursos superiores. Urgia, pois, e urge ainda criar museus dignos desse nome, como o fez esta Universidade, ou contribuir para sua criação, em condições de permitir e estimular o contato direto mais fácil possível de todas as amadas de nosso povo, mas particularmente da mocidade acadêmica, com obras de arte expressivas dos mestres do passado e do presente, como também com outros testemunhos significativos da evolução histórica do Brasil. A atração proveitosa que instituições daquela natureza, de boa qualidade e orientadas convenientemente, podem exercer nos meios universitários tive oportunidade de ver comprovada há alguns anos, no museu da Universidade de Princeton, onde um grupo de visitantes, notáveis, procedentes de uma reunião internacional dedicada à história das artes e à museologia, foi assessorado por um estudante de curso jurídico.

Estou certo de que o museu universitário baiano não tardará a exercer, nos círculos acadêmicos e em toda a população local, a influência viva e benéfica observada na ação de instituições congêneres estrangeiras. Desde agora, ele desperta extraordinário interesse nos forasteiros e sua notoriedade já considerável no país aumentará muito com a realização, entre as paredes evocativas do antigo Convento de Santa Teresa, no recinto ora

ajustado as exigências de um estabelecimento moderno, do 3º Congresso Nacional de Museus, reunido na Bahia por proposta formulada no 2º Congresso, nas últimas horas de sua vida fecunda, pelo queridíssimo e insubstituível amigo e colega José Antônio do Prado Valadares, brilhante professor desta Universidade e emérito diretor do Museu do Estado.

Organizado pela eminente doutora Heloísa Alberto Torres, que ocupa, com autoridade e proficiência incomparáveis, a presidência da Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus, aquele congresso tem debatido algumas das questões de maior atualidade que interessam aos especialistas e à causa dos museus em geral. Entre estas uma das mais relevantes se relaciona com as atribuições das universidades: é a da formação dos museologistas no Brasil. Peço permissão para rogar, para seus aspectos principais, a benévola atenção do magnífico reitor e do egrégio Conselho Universitário.

A importância da questão resulta da magnitude do papel reclamado aos museus na vida contemporânea das nações civilizadas. Não são mais admissíveis nos responsáveis pela orientação e o funcionamento dessas instituições a improvisação de capacidades, nem o empirismo de técnicas. E, se na administração federal, desde a década de 1930, foi criado um curso de museus, no Museu Histórico Nacional, por iniciativa e a direção do ilustre Dr. Gustavo Barroso, curso esse que se ampliou apreciavelmente e se considera de extensão universitária, ele não pode, todavia, *data vênia*, bastar às necessidades do país. Por mais dedicada e esclarecida que seja sua superintendência, por mais proficientes e zelosos que sejam os respectivos professores e por muito melhoradas que tenham sido as instalações do curso, não há possibilidade de o currículo comportar as disciplinas à formação de especialistas para as diversas modalidades de museus modernos. Somente as universidades têm condições para corresponder aos reclamados da preparação adequada dos museologistas de que o Brasil precisará, não apenas em futuro remoto, mas em futuro próximo.

Sobretudo em virtude da autonomia e da flexibilidade que a nova lei de diretrizes e bases da educação nacional atribuiu às universidades e aos órgãos regionais de ensino para constituição de currículos, torna-se possível, com a simples introdução de mais algumas poucas disciplinas, utilizar os cursos universitários existentes para formação dos museologistas licenciados, de cuja falta nosso meio já se ressentia e cada vez mais se ressentirá. Com as matérias ministradas nos cursos de belas-artes e de arquitetura, nos de ciências, de história e sociologia, acrescidas das disciplinas novas do campo da museografia, a viabilidade e o proveito do concurso das universidades para o fim

pretendido me parecem indubitáveis. Os órgãos competentes da Universidade da Bahia saberão, porém, muito melhor que eu, como planejar e efetivar a formação plenamente satisfatória dos especialistas desejados. A ambiência prestigiosa da cidade de Salvador contribuirá para que a questão suscitada conte com apreço merecido e propiciará a solução satisfatória, espero que sem demora inconveniente.

Entretanto, impõe-se aos poderes públicos da União, dos estados e dos municípios compenetrarem-se, de sua parte e preliminarmente, da grande importância do problema. O excesso de liberdade com que têm sido nomeados, regular e irregularmente, funcionários para as repartições federais, estaduais e municipais contrasta com a parcimônia que caracteriza a admissão de pessoal técnico e administrativo para museus. No tocante em particular a funcionários técnicos da carreira de conservador, o quadro de servidores do Ministério da Educação, do qual dependem todos os museus federais, é vergonhosamente irrisório, isso ocorre também na área do funcionamento estadual e municipal. Urge, portanto, remediar a situação.

Ao submeter aos órgãos da Universidade da Bahia essas questões, referente a instituições de cultura da mais alta importância na hora presente e à formação, para servi-las, de técnicos de nível superior, estou certo de que me dirijo aos que podem senti-las mais vivamente em todo o Brasil.

Aos doutos membros da Congregação da Faculdade de Arquitetura, aos quais fiquei a dever a lembrança gêneros do título hoje recebido, peço permissão para dizer que, num meio beneficiado com parcela insigne do acervo monumental do país, missão de primeiro plano deve contar com seu concurso: a de mostrar que preservação cuidados de nossos monumentos do passado não é incompatível e sim mais impetuosos do progresso brasileiro. Com a responsabilidade de preparar os jovens arquitetos e urbanistas que deverão edificar e aperfeiçoar têm condições excepcionalmente favoráveis, na ambiência sugestiva da primeira cidade construída no Brasil, para incutir a convicção de que o espírito progressista esclarecido se ajusta com a maior espontaneidade à conservação e à valorização do patrimônio histórico das nações. Ninguém melhor, no território brasileiro, do que os mestres universitários da Bahia poderá ensinar que o desenvolvimento feito à custa e com o sacrifício de valores genuínos insubstituíveis não é progresso verdadeiro, mas demonstração de atraso e inconsciência.

Nunca o Brasil precisou tanto quanto agora de resguardar os testemunhos da obra realizada pelas ínclitas gerações que formaram a nacionalidade.

Muito Obrigado.

ANEXO B**Parecer nº. 971/69 e Resolução nº.14/1970**

Parecer nº. 971/69 e Resolução nº.14/1970, do CFE – Conselho Federal de Educação. Segue Parecer da Comissão Central de Revisão de Currículos Mínimos dos cursos de Bacharelado em Museologia – Recomenda a aprovação de currículo. MEC – 07 de setembro de 1969 – Separata nº. 33, pag. 132:

CURSO DE MUSEOLOGIA

- Bacharelado

Parecer nº. 971/69, aprovado em 05 de dezembro de 1969

Relator: Cons, José Borges dos Santos

Há no País um patrimônio cultural a preservar e expandir, tarefa que exige instituições especializadas e profissionais altamente qualificadas.

Bibliotecas, monumentos e sítios históricos, exemplares da arquitetura civil, militar e religiosa, residências assinaladas por fato histórico ou por personalidades de ação meritória localidades destacadas pela beleza do cenário natural, merecem amparo e cuidados do Poder Público, por meio de órgãos para isso criados e mantidos em nível mínimo de exigências e atendimentos.

“O museu, como a biblioteca e o arquivo, é o local onde se reúnem, identificam, avaliam, classificam, restauram, conservam e apresentam de modo adequado os produtos mais significativos e duráveis do trabalho dos homens na terra onde vivem e sofrem”.

“O museu é o laboratório e é um teatro”, isto é, o local onde os apaixonados do conhecimento se absorvem na pesquisa e onde comparecem também espectadores. Num país em formação seria preferível, talvez, dizer que o museu será antes de tudo escola, e sua missão é primariamente inspiracional e formadora. Formação do espírito mais sensível, mais humano e solidário.

“O Brasil, entretanto, ainda não se apercebeu da imensa utilidade do museu: como elemento insubstituível da ação educativa em profundidade. O número de museus em funcionamento no País e a reduzida faixa populacional atendida são falhas na educação brasileira que estão a exigir a implantação de uma nova política museológica nacional”.

“Porque o museu moderno é um instrumento didático do mais alto valor. É esta função que o transforma em um corpo vivo e atuante”.

A três espécies de visitantes se abre o museu: os especialistas, os estudantes e o povo em geral. (p.01)

Os especialistas, quando vão, observam e apreciam por sua própria conta.

O povo, em geral, e, salvo algumas exceções, vai para ver, admirar no momento e, depois, lembrar-se, de vez em quando, do nome do museu.

Os estudantes é que aproveitam melhor e mais produtivamente o museu, principalmente as crianças e os adolescentes quando as suas visitas são convenientemente preparadas e conduzidas.

Não ficaria mal parafrasear certo slogan de propaganda comercial: “Dona Escola vai ao Museu”.

Mas o Museu também pode ir à escola, como tão bem o recomenda e demonstra o Parecer nº. 513/68 do CFE, que trata especificamente dos museus didáticos.

É certo que os professores não dispõem de tempo, nem escola de meios de transporte e outras facilidades para manter a visitação regular dos museus pelos estudantes.

O museu moderno não é um luxo caro, apesar das despesas que custa. É um valor crescente, um instrumento necessário posto democraticamente à disposição do povo, da escola e dos interesses imediatos e futuros do País.

O ônus desse encargo recai totalmente sobre o Poder Público. O museu, malgrado possíveis coleções particulares, não é como a escola em que a iniciativa privada pode concorrer e colaborar com o governo.

Como em todos os empreendimentos a mola mestra é o homem.

É o conservador a personalidade fundamental do museu, aquele a quem todos recorrem, aquele que dirige, pesquisa, classifica, arruma, ensina, anima. Sua cultura terá que ser tanto geral como técnica, específica. Com a primeira integrará os objetos num complexo de valores, e com a segunda encontrará meio para dar-lhe relevância dentro desse complexo.

A formação de novos museólogos é problema que tem preocupado os atuais dirigentes de museus, tendo sido tema exclusivo do penúltimo congresso do “International Council of Museums”.

“O mínimo que se pode exigir de um candidato a um cargo em(p.02) um museu é o diploma de curso superior em arte ou em história, e mais o domínio de, pelo menos, duas línguas estrangeiras.

Um principiante bem habilitado deverá ter conhecimentos gerais dos elementos essenciais de uma obra de arte, bem como dos processos e métodos usados para sua criação.” (Charles Cunninghans, Formação de pessoal dos museus de arte dos Estados Unidos, citado pela museóloga Professora Regina Monteiro Real, Presidente da Associação Brasileira de Museologistas).

Duas modalidades de curso podem ser adotadas.

Uma sugerida pelo Curso de Museologia do Museu Histórico Nacional.

Em vez de séries ou anos letivos o curso será feito em ciclos; ao todo, três.

Cada ciclo, além de preparar o aluno para o ciclo ou curso subsequente, lhe dará também um certificado profissional. O primeiro ciclo habilitará o aluno a ser Guia de Museu. O segundo a ser auxiliar Técnico de Museu (artístico, histórico e científico).

O terceiro conferirá o diploma de museólogo em um dos três ramos e com uma especialização (arte, história, ciência ou tecnologia).

Nessa modalidade não haverá séries ou anos escolares. O curso será dimensionado em horas de acordo com o artigo respectivo.

Havendo cursos intensivos com mais de seis horas diárias um aluno excelente poderá terminá-lo até em dois anos. O próprio escolherá a seriação das matérias.

Em vista destas e de outras peculiaridades esta modalidade deverá ser considerada como regime experimental, o que de modo nenhum a torna menos recomendável. Aliás só as escolas mais acreditadas é que podem pretender o regime experimental, entendendo-se porém que cada caso está sujeito a pronunciamento do Conselho Federal de Educação.

Outra modalidade será um regime de seriação determinada pela própria escola. Uma vez graduado o museologista está habilitado a começar a sua carreira em qualquer tipo de museu desde que se disponha aplicar-se à especialização no ramo a que se destina – arte, história, ciência. Para os museus de ciência, por exemplo, os estudos próprios da especialidade, (p.03) incluindo o histórico respectivo no tempo e no espaço. Examinadas as sugestões e contribuições recebidas, poderiam ser adotados as seguintes matérias para um currículo de museologia.

14. MUSEOLOGIA

a) Museologia Teoria e Prática, tipologia, organização administrativa e técnica, legislação relativa aos museus e ao patrimônio cultural, o museólogo.

b) História dos Museus: origens e evolução. Matéria correlatas: Arquitetura e Museus.

15. HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

Disciplinas correlatas: Arqueologia e Etnografia, Heráldica, Numismática, Sigilografia, Filatelia.

16. HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA E IBERO-AMERICANA

Disciplinas correlatas: Folclore

17. HISTÓRIA DO BRASIL

Disciplinas correlatas: Etnografia e Arqueologia Brasileiras, História Militar e Naval do Brasil, inclusive armaria, fardamento, fortificação e bandeiras.

18. ESTÉTICA

19. HISTÓRIA DA ARTE

Disciplinas correlatas: Análise Crítica da Arte, Artes Menores (Cerâmica, Prataria, Joalheria, indumentária, Mobiliário, etc), Arte Sacra.

20. ARTE NO BRASIL (arte indígena, popular, etc).(p.04)

Disciplinas correlatas: História da Arte Brasileira, Cosmologia Brasileira, Arquitetura Brasileira, Artes Menores no Brasil, Arte Sacra Brasileira, Artes Gráficas do Brasil, etc.

21. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA CIÊNCIA

Disciplinas correlatas: História da Ciência, Paleontologia, Antropologia, Botânica e Zoologia Taxonômicas, Ecologia, Geologia, Geografia, e outra afins.

22. MUSEOGRAFIA

(Problemas de circuito, mostruários, depósitos, catalogação, iluminação, etiquetagem e outras técnicas museológicas). A disposição, o funcionamento e a seleção na valorização dos museus.

23. METODOLOGIA DA PESQUISA

24. TÉCNICAS E PROCESSOS ARTÍSTICOS (técnica da pintura, das artes gráficas, de conservação e restauração, etc).

25. COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA (relacionamento entre o museu e a comunidade, especialmente com a escola, museu-didático, orientação de visitas, etc).

26. ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES (visitas, viagens, estágios, excursões, etc).

Dada, entretanto, a multiforme variedade de especificações que a museologia, qualquer que seja a sua modalidade, sempre poderá abranger e das funções que, segundo a multiplicidade dos fatos, serão atribuídos ao museólogo, será conveniente dar ao currículo mínimo a maior flexibilidade (p.05) possível.

Fixadas as matérias do tronco comum, que podem ser desdobradas e completadas no currículo pleno de cada escola, o que já mostra alguma flexibilidade – é na área das matérias da parte diversificada que se fará sentir mais a flexibilidade do currículo mínimo.

ANEXO C

Parecer de 01 de julho de 1970

Senhor Chefe do Departamento de História:

Antes do parecer solicitado por V.S. em reunião de 30.6.70, faremos uma síntese da matéria e uma breve "estória" burocrática do processo: a) em ofício de 17/4/70, ao Magnífico Reitor, alega e Escola de Belas Artes, através do seu Vice Diretor em exercício, que o presente Curso de Museologia "foi descolado para a área das Ciências Humanas, com estreita vinculação à História", ficando a aludida escola "privada do referido curso, o qual, já desde 1964, compõe um dos cinco a que nos promusemos (o grifo é nosso), e que o egrégio Conselho Universitário deu eficácia em sessão do dia 24 de Agosto de 1964"; b) em 30/4/70 o processo é encaminhado para a Câmara de Graduação; c) em 4/5/70 o processo é despachado para a Conselheira Zilma Parente de Barros; d) em 11/5/70 a referida Conselheira solicita diligência ao Departamento de História; e) em 11/5/70 o processo é remetido para a Escola de Belas Artes; f) em 14/5/70 o Vice Diretor em exercício da referida escola solicita parecer, em caráter urgente, e audiência do Departamento I; g) em 03/06/70, o Departamento I da Escola de Belas Artes opina que o Curso de Museologia está "sobretudo vinculado à Arte; à uma confrontação de formas; e uma de nossas disciplinas básicas a História da Arte, entre tantas outras que concorrem para o êxito do Curso de Museologia, funciona plenamente, com a mais elevada seriedade na Escola de Belas Artes"; h) em 4/6/70 o processo retorna à Câmara de Graduação; i) em 8/6/70 é devolvido à Conselheira Zilma Parente de Barros; j) em 10/6/70 a Conselheira volta a pedir o encaminhamento do processo ao Departamento de História, "conforme fôra solicitado anteriormente", e) em 10/6/70 o processo é enviado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; m) em 30/6/70, já no Departamento de História, o processo é despachado para o parecer que

se segue:

P A R E C E R

O projeto do Curso e Currículo de Museologia, aprovado em parecer de órgão superior, na Comissão Central de Revisão de -
Currículos, de 7/11/69, não define ou especifica a que Unidade
Universitária deve estar vinculado o supra citado, curso. Esta
flexibilidade foi consentida, no nosso entender, devido ao ca-
râter interdisciplinar do curso em pauta, e da exigência de uma
formação integrada e humanista para o museólogo. Este não será,
um especialista em Arte, mas será um,
sòmente, um coletor, um selecionador, um analisador, um preser-
vador e divulgador dos objetos culturais e por isto mesmo terá
que ter uma visão mais abrangente da cultura.

É na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, em espe-
cial no Departamento de História, onde podem ser encontradas as
disciplinas necessárias para este museólogo. Para comprovar esta
nossa assertiva basta uma rápida consulta ao citado parecer de
7/11/69, e nêle serão encontradas diversas disciplinas minis-
tradas no Departamento de História (História da Civilização, -
História Ibero-Americana, História do Brasil, Folclore, etc),
e outras que fatalmente terão que ser solicitadas a este Depar-
tamento, tais como História Militar e Naval do Brasil, Herál-
dica, Numismática, Sigilografia, etc.

Ainda para mais esclarecimento do assunto o mencionado pa-
recer de 7/11/69 é bastante claro quando diz que o "curso de -
graduação do qual resultará o grau de Bacharelado em Museologia",
dará habilitação para Museus de Arte, de História, de Ciências
e Tecnologia, e Museus escolares polivalentes. Como podemos /
observar a própria habilitação não é restritiva ao campo espe-
cial das Belas Artes, mas possui um sentido ampliativo para o

30
Peres

âmbito próprio da História, para uma abrangência com os objetos da cultura material, da civilização e até um compromisso com os mais avançados técnicos pedagógicos.

Por estas razões somos pela conveniência da vinculação do Curso de Museologia à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, com um Departamento autônomo em estreita cooperação com os Departamentos de História, Antropologia, etc.

É o nosso parecer.


Salvador, 1 de julho de 1970

Fernando da Rocha Peres

Prof. Fernando da Rocha Peres

Departamento de História

ANEXO D
Parecer nº 450/73

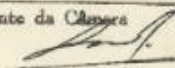

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

(01)
SALVADOR-BA.

CONSELHO DE COORDENAÇÃO
CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Aprovado pela Câmara de Ensino de
Graduação em sessão de 19/10/73
Salvador, 19/10/73

PROCESSO Nº: 646/73
ASSUNTO : Modificações de Currículo
ORIGEM : Colegiado de Curso de Museologia

Presidente da Câmara

Vânia Galvão
Secretária

PARECER Nº 450/73

O Colegiado de Curso de Museologia introduziu no seu currículo as seguintes modificações:

1. Incluiu as disciplinas nucleares:
FCH-001 - Introdução à Filosofia - 60 hs.- 4 créditos
FCH-007 - Introdução à Sociologia I - 75 hs.- 5 créditos
2. As complementares obrigatórias:
FCH-203 - Curso Monográfico sobre formação Étnica de Arte Baiana - 45 hs. - 3 créditos.
GEO-004 - Geologia Geral - 45 hs. - 3 créditos, passaram a integrar o elenco das complementares optativas.
A carga horária das complementares totaliza assim 420 e 26 créditos.
3. Das complementares optativas foi excluída a FCH-006 - Introdução à Sociologia I, com 45 horas e 3 créditos. O aluno deverá cumprir 6 créditos em disciplinas complementares optativas, equivalentes à carga horária de 90 horas, ao invés de 9 créditos e 135 horas anteriormente exigidas.

A carga horária global fica assim distribuída:

Disciplinas nucleares	- 135 hs.	- 9 créditos
" currículo mínimo	- 1.515 hs.	- 70 "
" Compl.obrigatórias	- 420 hs.	- 26 "
" optativas	- 90 hs.	- 6 "
" eletivas	- 45 hs.	- 3 "
Total	2.205 hs.	114 créditos

UFBA - Mod 015
100000 - 06/73

.2.

(01)

Atende-se ao Parecer nº 306/73, à exigência do art. 19 do Regimento Geral da UFPA., sem ultrapassar a carga horária global. Somos, portanto, favoráveis à sua aprovação, S.M.J.

Salvador, 10.10.1973

Maria Stela Santos Pitta Leite
- Reitor -

Confere com o original

Salvador, 19/10/73

Vênio Galvão
Secretário

ANEXO E

Referências do programa da Disciplina Técnica de Museu II – aprovado em 10 de outubro de 1974.

Referências Bibliográficas usadas na disciplina Técnica na de Museu II
<p>Módulo I</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. GUIMARÃES, Antônio Carlos. Plano Diretor, uma Metodologia, Publicação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1967; 2. SILVA, Elvan. Uma introdução ao Projeto arquitetônico. Porto Alegre, Editora Universidade, UFRGS, Brasília, MEC/SESU/PROED, 1983. 122p. il(livro-texto, 23); 3. VALDETE, Magno. S.P. Conforto Técnico em Salvador. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Centro Editorial e didático, 1977; 4. BENOIST, Luc. Arquitetura dos Museus. Texto Traduzido do “Muséos et Museologie”. 1ª edição. Paris, PUF, 1960, p. 31/45. Collection “QUE SAIS-JE?”; 5. NOVAES, L. do Rego. Les musées brésiliens em 1986. Museum, nº. 151, 1986. Revista trimestral publicada pela UNESCO; 6. MONTEIRO, Gildo. Desenho arquitetônico. São Paulo. Edgard Blucher, 1978; 7. OBERG, L. Desenho arquitetônico, 21ª ed. Rio de Janeiro, ao livro técnico, 1976; 8. LEHMBRUCK, Manfred. Museu y Arquitetura. (Algumas idéias extraídas do denso estudo sobre o tema da relação Museu-Arquitetura), publicado em Museum, nº. ¾, 1974. In Museum, seleccion de ArtículosGeo; 9. RIVIERE, George Henri. Processo de preparación del programa y del proyecto para la construcción de um museo. Revista Trimenestral publicada pela UNESCO; 10. MAIAJOLI, Bruno. A arquitetura do Museu, in L’ORGANIZATION dis MUSÉES. Publicado pela UNESCO, 1985. Coleção Museus e Monumentos; 11. HELG, Franca. La Arquitetura del museo.in Museologia y Patrimonio Cultural: Criticas y perspectivas. UNESCO/PNUD, Instituto Italo Latinoamericano, Roma, 1979; 12. KASTEL, Bart Van. La arquitectura y la función del museo como punto central para la ´promoción y difusión cultural. UNESCO/PNUD, Instituto Italo Latinoamericano, Roma, 1979; 13. FAIDER – FEYTMANS, G. L’architecture des Musées, Museum, vol. XX/nº.

4, 1967, Paris. Revista Trimestral publicada pelo UNESCO.

14. LASSALE, H elene. Le Mus ee d'art moderne de Ciudad Boliviari (Fon dation Soto) Museum, n . 147, 1985, p.156-162; Museum, IMAGES DE L'ECOMUS EE. 1985 n . 148. Número especial.

15. VARINE-BOHAN, Hugues de, los museos en el mundo. Ed. SALVAT S/A. Biblioteca SALVAT DE GRANDES TEMAS – LIBROS GT. P. 34 – 40. México, 1946;

16. INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISA SOCIAIS. Subsídios para implanta o de uma política Museológica brasileira. Recife, 1976;

17. MASCAR , Lúcia R. Luz. Clima e Arquitetura. Ed. NOBEL, São Paulo, 1983.

18. SUANO, Marlene. O que   museu. Editora Brasiliense. São Paulo, 1986.

19. FRANÇA. MINISTERIO DA CULTURA E MEIO AMBIENTE.

Dire o dos Museus.

Preven o e segurança nos Museus/dire o dos museus. Ministério da Cultura e Meio Ambiente/ da França; tradu o de Fernando de Camargo e Almeida Moro/ Lourdes M. Martins do Rego Novaes. – Rio de Janeiro: Associa o de Membros do ICOM. Comitê Técnico Consultivo de Segurança, 1978. Tradu o de: Pr v ntion et s urte dans les mus os.

20. TILLOTSON E MENKES, ROBERT E DIANAND. LA seguridad en los museos. Consejo Internacional de Museos (ICOM). Paris, 1977.

Módulo II

1. EECKHOUT, P. MUSÉES ET EXPOSITIONS TEMPORAIRES, Museum, vol. XX n . 4,1967. Paris, Revista Trimestral Publicada pela UNESCO.

2. BENES, JOSEF. Variabilit  des modes d'exposition. Museum. n . 138, 1983. Revista Trimestral Publicada pela UNESCO.

3. STANTON, Jonh E. La comunicacion et ses agentes: quelques problèmes de presentation. Museum, vol XXXVI/n . 3 (139), 1983. Revista Trimestral Publicada pela UNESCO.

4. CUISENIER, Jean. Exhibir y significar: sem ntica de la exposición em los musseos de agriculture. Museum, n . 143, 1984. Revista trimestral publicada pela UNESCO.

5. VARINE-BOHAN, Hugues de. Los museos em el mundo. Ed. SALVANT, S/A. biblioteca Salvat de GRANDES TEMAS – LIBROS GT, p. 41-49. México, 1976.

6. BUCK, Teodora Tomasevic. Une ville romaine et as présentatin na publico. Museum, n°. 147, 1985, p. 127-135.
7. SULTOV, Bogdan. Um musé à ciel ouvert prés de Pavli-kéni, eu Bulgarie-Museum, n°. 147, 1985, p. 136-139.
8. ABREY, D. S. L'exposition em tant qu'instrument d'éducation. Museum, n°. 151, 1986, p. 172-175. Revista trimestral publicada pela UNESCO.
9. UNESCO, Expositions Temporaires, Museum, n°. 152, 1986, p. 196-212. Número Especial. Revista trimestral publicada pela UNESCO.
10. UNESCO, Expositions Permanentes, Museum, n°. 154, 1987, p. 56-119. Número Especial. Revista trimestral publicada pela UNESCO.
11. UNESCO, Expositions Temporaires et Itinérantes. Coleção Musées et monuments – X, Paris, 1965.
12. MADRID, Miguel Alfonso, Las Exposiciones. Centro Interamericano de capacitación Museográfica. México, 1975.

Módulo III

1. PLENDERLEITH, o PHILIPPOT, H. J. e P., Climatologia et conservation dans les musées. MUSEUM, vol. XIII, n°. 4, 1960. Parais. Revista Trimestral publicada pela UNESCO.
2. SNEYERS, R. V., La conservation dans les Musées de Belgique. NOTES SUR LES LABORATOIRES DES MUSÉES. MUSEUM vol. XX n°. 4, 1967, Paris. Revista Trimestral publicada pela UNESCO.
3. JANSSEN, Victoria. La conservation de matériaux organiques gorges de'eau: NOTRE HONTE CACHEÉ. MUSEUM n°. 137, 1983. Paris. Revista Trimestral publicada pela UNESCO.
4. GRATAN, DAVID ET. Progrrés recettes dans la domaine de la conservation du bois Gorgé d'eau. Museum n°. 173, 1983. Paris. Revista Trimestral publicada pela UNESCO.
5. NICKLIN, Keith. Méthodes Traditionnelles de Conservation: réflexions sur quelques pratiques africaines, Museum, n°. 138, 1983. Revista Trimestral publicada pela UNESCO.
6. RENSHAW-BEAUCHAMP, Richard B. Lá conservation des objets ethnographiques. Museum, vol XXXVI n°. 3 (139), 1983. Revista Trimestral publicada pela UNESCO.

7. MCLEOD e MCCORD, M.D. e M.A. Les textiles du Museum of mankind. Museum, vol. XXXV, n° 3 (139), 1983. Revista Trimestral publicada pela UNESCO.
8. BASILE, Giuseppe. Pour un musée didactique de la conservation et la restauration. Museum, n° 142, 1984. Revista Trimestral publicada pela UNESCO.
9. PIOTTOVSKI, Boris Borissovitch. La destruction et la restauration des palais musées de Leningrad – Museum, n° 147, 1985. p. 169-174.
10. ANTONOVA, Irina alexandrovna. Une épopée de la protection: les nioux maîtres de dresde na musée d’Etat des beaux-arts Pouckine à Moscou. Museum, n° 147, 1985, p. 175-180.
11. MORGES, Geneviève. La conservation des spécimens d’histoire na turelle (dialogue entre um museólogo, Geneviene. Meurges, et um usager des musée Serge Cron, animateur socieéducatif). Museum, n° 150, 1986. P. 92-97.
12. URBAN E JUSTA, J. e P., La radioconservation au Musée de la Bohme centrale, à Roztoky. Museum, n° 151. 1986. p. 165-167. . Revista Trimestral publicada pela UNESCO.
13. SERJEANT, Denis. La protection des tableaux des expositions d’ oeuvres prêstées. Museum, n° 152, 1986. p. 246-249.
14. MARIJNISSEN, R.H., Laissez-nous le Bruegel! Museum, n° 152, 1986. p.249-252.
15. TELLECHEA, Domingo. Enciclopédia de la conservacion y Restauración. Editorial Technotransfer S. R. L. Argentina, 1981.
16. UNESCO. La conservación de los bienes Culturales. Coleção Museos y Monumentos – XI. Paris. 1969.
17. RESCALA, João José. Restauração de obras de Arte (Pinturas, imaginaria e obras de talha). Salvador: Centro Editorial e didático da UFB. 1984.
18. FUNARTE. Materiais de Arte no Brasil, analise das tintas a óleo – Rio de Janeiro. FUNARTE/INAP, 1985.
19. MARTOS, Arturo diaz. Restauración y conservación del Arte Pictorico. Arte Restauraao, S/A., Monteclaro. Madrid, 1975.

ANEXO F

O Currículo do Curso de Museologia da Bahia (1991)

Currículo do Curso de Museologia

O PROFISSIONAL – São atribuições do Museólogo: **lecionar Museologia nos seus diversos conteúdos**, em todos os graus e níveis, obedecidas as apreciações legais; planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins; executar todas as atividades técnicas concernentes ao funcionamento dos museus; solicitar o tombamento de bens culturais e seu registro em instrumento específico; coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico; planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais; promover estudos e pesquisas sobre cervos museológicos; definir o espaço museológico adequado à apresentação e guarda das coleções; informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior; dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de Museologia nas instituições governamentais da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como em órgãos particulares de finalidades; prestar serviços de consultoria e assessoria na área de museologia; realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem como sua autenticidade; orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoa das áreas de Museologia e Museografia, como atividade de extensão; orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposição de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, bem como nelas fazer-se representar.

BASES LEGAIS – Parecer nº. 961/69 e Resolução nº. 14 de 27 de fevereiro de 1970, do C.F.E. Lei que regulamenta a profissão – 7.287 de 18.12.84. Decreto – 94.775 de 15.10.85. . [Grifo meu]

Elenco de Disciplinas Habilitação: Museus de Arte

DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO (CM)	DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS (CO)
FCH 001 – Introdução à Filosofia	EBA 130 – Técnicas de Processos Artísticos
FCH 007 – Introdução à Sociologia II	EBA 138 – Percepção Visual
EBA 001 – História da Arte I	EDC 100 - Introdução à Educação
EBA 002 – História da Arte II	FCH 264 – História das Religiões I-A
EBA 010 – História da Arte Brasileira	FCH 309 - Antropologia do Negro no Brasil
EDC ...	FCH 315 – Antropologia das Sociedades Indígenas
EDC ...	EBA 009 – História da Arte Contemporânea
EDC ...	EBA 131 – Curso Normativo da Formação Étnica da Arte Baiana
FCH 002 – Estética I	FCH 180 – Estética II
FCH 124 – Antropologia I	DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS (OP)
FCH 126 – História da Economia, Política, Social, Geral e do Brasil I	Pré-requisitos:
FCH 254 – Estudo de Problemas Brasileiros I	ADM 001 – Introdução à Administração
FCH 255 – Estudo de Problemas Brasileiros II	EBA 121 – Conservação e Restauração da Obra de Arte EBA 130
FCH 262 – Estágio Supervisionado	FCH 317 – Etnologia do Brasil
FCH 263 – História de Portugal I-A	FCH 308 – Antropologia do Folclore FCH 124
FCH 334 – Introdução à Museologia	FCH 179 – Cultura Baiana
FCH 335 – Arte Decorativa	FCH 128 - Cultura Brasileira
FCH 336 – Arte Sacra Cristã	LET 051– Francês Básico I
FCH 337 – Classificação e Documentação	LET 052 – Francês Básico II LET 051
FCH 338 – Introdução à Conservação	LET 053 – Inglês Básico I
FCH 339 – Metodologia Científica	LET 054 – Inglês Básico II LET 053
FCH 340 – Museografia I	
FCH 341 – Museografia II	
FCH 342 – Ação Cultural e Educativa dos Museus	

Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

Elenco de Disciplinas – Habilitação: Museus de História

DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO (CM)	DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS (CO)
FCH 001 – Introdução à Filosofia	EBA 130 – Técnicas de Processos Artísticos
FCH 007 – Introdução à Sociologia II	EBA 138 – Percepção Visual
EBA 001 – História da Arte I	EDC 100 - Introdução à Educação
EBA 002 – História da Arte II	FCH 264 – História das Religiões I-A
EBA 010 – História da Arte Brasileira	FCH 309 - Antropologia do Negro no Brasil
EDC ...	FCH 315 – Antropologia das Sociedades Indígenas
EDC ...	FCH 188 – História da Civilização Brasileira
EDC ...	FCH 197 – História da África
FCH 002 – Estética I	FCH 177 – História da Cultura
FCH 124 – Antropologia I	DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS (OP)
FCH 126 – História da Economia, Política, Social, Geral e do Brasil I	Pré-requisitos:
FCH 254 – Estudo de Problemas Brasileiros I	ADM 001 – Introdução à Administração
FCH 255 – Estudo de Problemas Brasileiros II	EBA 121 – Conservação e Restauração da Obra de Arte EBA 130
FCH 262 – Estágio Supervisionado	FCH 317 – Etnologia do Brasil
FCH 263 – História de Portugal I-A	FCH 308 – Antropologia do Folclore FCH 124
FCH 334 – Introdução à Museologia	FCH 179 – Cultura Baiana
FCH 335 – Arte Decorativa	FCH 128 - Cultura Brasileira
FCH 336 – Arte Sacra Cristã	LET 051– Francês Básico I
FCH 337 – Classificação e Documentação	LET 052 – Francês Básico II LET 051
FCH 338 – Introdução à Conservação	LET 053 – Inglês Básico I
FCH 339 – Metodologia Científica	LET 054 – Inglês Básico II LET 053
FCH 340 – Museografia I	
FCH 341 – Museografia II	
FCH 342 – Ação Cultural e Educativa dos Museus	

Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

ANEXO G

Currículo do curso de Museologia (2000)

O PROFISSIONAL – São atribuições do Museólogo: lecionar Museologia nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as apreciações legais; planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins; executar todas as atividades técnicas concernentes ao funcionamento dos museus; solicitar o tombamento de bens culturais e seu registro em instrumento específico; coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico; planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais; promover estudos e pesquisas sobre cervos museológicos; definir o espaço museológico adequado à apresentação e guarda das coleções; informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior; dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de Museologia nas instituições governamentais da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como em órgãos particulares de finalidades; prestar serviços de consultoria e assessoria na área de museologia; realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem como sua autenticidade; orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoa das áreas de museologia e Museografia, como atividade de extensão; orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposição de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, bem como nelas fazer-se representar.

BASES LEGAIS – Parecer nº. 961/69 e Resolução nº. 14 de 27 de fevereiro de 1970, do C.F.E. Lei que regulamenta a profissão – 7,287 de 18,12,84. Decreto – 94,775 de 15,10,85

Tabela 20 - Elenco de Disciplinas – Habilitação: Museus de Arte

DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO (CM)	DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS (CO)
FCH 001 – Introdução à Filosofia	EBA 130 – Técnicas de Processos Artísticos
FCH 007 – Introdução à Sociologia II	EBA 138 – Teoria da Percepção Visual
EBA 001 – História da Arte I	EBA 131 – Curso Normativo da Formação Étnica da Arte Baiana
EBA 002 – História da Arte II	EBA 181 – História da Arte Contemporânea
EBA 010 – História da Arte Brasileira	EDC246 – Educação e sociedade
FCH 002 – Estética I	FCH 309 - Antropologia do Negro no Brasil
FCH 124 – Antropologia I	FCH 315 – Antropologia das Sociedades Indígenas
FCH 126 – História da Economia, Política, Social, Geral e do Brasil I	FCH 180 – Estética II
FCH 127 – História da Economia, Política, Social, Geral e do Brasil II	FCH248 – História das Religiões
FCH187 – História de Civilização Brasileira	DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS (OP)
FCH 199 – História de Portugal	Pré-requisitos:
FCH 262 – Estágio Supervisionado	ADM 001 – Introdução à Administração
FCH 334 – Introdução à Museologia	FCH 128 - Cultura Brasileira
FCH 335 – Arte Decorativa	FCH177 – História da Cultura I
FCH 255 – Estudo de Problemas Brasileiros II	FCH 179 – Cultura Baiana
FCH 336 – Arte Sacra Cristã	FCH188 - História de Civilização Americana
FCH 337 – Classificação e Documentação	FCH197 - História Da África
FCH 338 – Introdução à Conservação	FCH246 – Introdução aos Estudos Históricos
FCH 339 – Metodologia Científica	FCH 317 – Etnologia do Brasil
FCH 340 – Museografia I	FCH 308 – Antropologia do Folclore FCH 124
FCH 341 – Museografia II	LET 051– Francês Básico I
FCH 342 – Ação Cultural e Educativa dos Museus	LET 052 – Francês Básico II LET 051
	LET 053 – Inglês Básico I
	LET 054 – Inglês Básico II LET 053

Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

Tabela 21- Elenco de Disciplinas Habilitação: Museus de História

DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO (CM)	DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS (CO)
FCH 001 – Introdução à Filosofia	EBA 130 – Técnicas de Processos Artísticos
FCH 007 – Introdução à Sociologia II	EBA 138 – Teoria da Percepção Visual
EBA 001 – História da Arte I	FCH248 – História das Religiões
EBA 002 – História da Arte II	EDC246 – Educação e sociedade
EBA 010 – História da Arte Brasileira	FCH 309 - Antropologia do Negro no Brasil
FCH 002 – Estética I	FCH 315 – Antropologia das Sociedades Indígenas
FCH 124 – Antropologia I	FCH188 - História de Civilização Americana
FCH 126 – História da Economia, Política, Social, Geral e do Brasil I	FCH044 – Laboratório de Cultura Material Africano
FCH 127 – História da Economia, Política, Social, Geral e do Brasil II	FCH188 - História de Civilização Americana
FCH187 – História de Civilização Brasileira	DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS (OP)
FCH 199 – História de Portugal	Pré-requisitos:
FCH 262 – Estágio Supervisionado	ADM 001 – Introdução à Administração
FCH 334 – Introdução à Museologia	EBA123 – Cerâmica
FCH 335 – Arte Decorativa	EBA 181 – História da Arte Contemporânea
FCH 255 – Estudo de Problemas Brasileiros II	FCH 179 – Cultura Baiana
FCH 336 – Arte Sacra Cristã	FCH 128 - Cultura Brasileira
FCH 337 – Classificação e Documentação	FCH180 – Estética II
FCH 338 – Introdução à Conservação	FCH 308 – Antropologia do Folclore FCH 124
FCH 339 – Metodologia Científica	FCH 317 – Etnologia do Brasil
FCH 340 – Museografia I	LET 051– Francês Básico I
FCH 341 – Museografia II	LET 052 – Francês Básico II LET 051
FCH 342 – Ação Cultural e Educativa dos Museus	LET 053 – Inglês Básico I
	LET 054 – Inglês Básico II LET 053

Fonte: Arquivo do Departamento de Museologia da UFBA.

ANEXO H

Diário Oficial Decreto nº. 83.327, de 16 de Abril de 1979.

Concede reconhecimento ao curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da constituição, de acordo com artigo 47 da Lei nº. 5540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº. 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº. 313/79, conforme consta do Processo nº. 7055/78 – CFE e 211 975/79 do Ministério da Educação e Cultura.

DECRETA:

Art. 1º - É concedido **reconhecimento ao curso de Museologia, com habilitação em Museus de História e m museus de Arte, ministrado pelo Universidade Federal da Bahia, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia.**

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília; em 16 de Abril de 1979: 158º da Independência e 910º da República.

JOÃO B. DE FIGUEIREDO

E. Portela.

ANEXO I

PARECER CNE/CES 492/2001 - HOMOLOGADO Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE MUSEOLOGIA

1. Perfil dos Formandos

A formação do museólogo supõe o domínio dos conteúdos da Museologia e a preparação para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, especialmente, aqueles que demandem intervenções em museus, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural.

2. Competências e Habilidades

Dentre as competências e habilidades dos graduados em Museologia, enumeram-se as de caráter geral e comum, típicas desse nível de formação, e aquelas de caráter específico.

A) Gerais

- identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento; • gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; • desenvolver e aplicar instrumentos de trabalho adequados; • formular e executar políticas institucionais; • elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; • desenvolver e utilizar novas tecnologias; • traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; • desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; • responder a demandas de informação determinadas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo.

C) Específicas

- Compreender o Museu como fenômeno que se expressa sob diferentes formas, consoante sistemas de pensamento e códigos sociais; • Interpretar as relações entre homem, cultura e natureza, no contexto temporal e espacial; • Intervir, de forma responsável, nos processos de identificação, musealização, preservação e uso do patrimônio, entendido como representação da atividade humana no tempo e no espaço; • Realizar operações de registro, classificação, catalogação e inventário do patrimônio

natural e cultural; • Planejar e desenvolver exposições e programas educativos e culturais.

3. Tópicos de Estudo

Os conteúdos dos cursos distribuem-se em atividades acadêmicas de formação geral, destinadas a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Museologia, e em atividades acadêmicas de formação específica.

Parecer CES 492/2001 38

A. Conteúdos de Formação Geral

De caráter propedêutico ou não, as matérias de formação geral envolvem elementos teóricos e práticos e têm por objetivo o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos do curso. B. Conteúdos de formação específica

Os Conteúdos específicos ou profissionalizantes, sem prejuízo de ênfases ou aprofundamentos programados pelas IES, constituem o núcleo básico no qual se inscreve a formação de arquivistas.

As IES podem adotar modalidades de parceria com outros cursos para:

- ministrar matérias comuns;
- promover ênfases específicas em determinados aspectos da carreira;
- ampliar o núcleo de formação básica;
- complementar conhecimentos auferidos em outras áreas.

4. Estágios e Atividades Complementares

Mecanismos de interação do aluno com o mundo do trabalho em sua área, os estágios serão desenvolvidos no interior dos programas dos cursos, com intensidade variável segundo a natureza das atividades acadêmicas, sob a responsabilidade imediata de cada docente.

5. Estrutura do Curso

Os cursos devem incluir em seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas e a organização modular, por créditos ou seriada.

6. Conexão com a Avaliação Institucional

O processo de avaliação implica a consideração dos objetivos preestabelecidos, a mensuração dos resultados obtidos, em função dos meios disponíveis, com ênfase nos aspectos técnico-científicos; didático-pedagógicos e atitudinais.